



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS MILTON SANTOS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE

**DIVERSIDADE CULTURAL NO GOVERNO LULA: UM OLHAR
PARA A SECRETARIA DE IDENTIDADE E DIVERSIDADE
CULTURAL**

ANA MARIA AMORIM CORREIA

SALVADOR

2013

ANA MARIA AMORIM CORREIA

**DIVERSIDADE CULTURAL NO GOVERNO LULA: UM OLHAR
PARA A SECRETARIA DE IDENTIDADE E DIVERSIDADE
CULTURAL**

Dissertação apresentada ao Programa
Multidisciplinar de Pós Graduação em
Cultura e Sociedade da Universidade Federal
da Bahia.

Orientador: Professor-Doutor Antônio Albino
Canelas Rubim

SALVADOR

2013

Sistema de Bibliotecas da UFBA

Correia, Ana Maria Amorim.
Diversidade cultural no governo Lula : um olhar para a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural / Ana Maria Amorim Correia. - 2013.
128 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Albino Canelas Rubim.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2013.

1. Brasil. Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural. 2. Brasil. Política e governo - 2003-2010. 3. Brasil. Presidente (2003-2010 : Luís Inácio Lula da Silva). 4. Pluralismo cultural - Brasil. 5. Política cultural - Brasil. I. Rubim, Antônio Albino Canelas. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. III. Título.

CDD - 305.800981
CDU - 316.72/.73(81)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA & SOCIEDADE

ANA MARIA AMORIM CORREIA

**“Diversidade Cultural no Governo Lula: Um Olhar para a Secretaria de
Identidade e Diversidade Cultural”**

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Cultura e Sociedade, na Linha de Pesquisa Cultura e Desenvolvimento em 12 de agosto de 2013, foi aprovada pela comissão formada pelos professores:

Prof. Dr. Antonio Albino Canelas Rubim

Prof.ª Dr.ª Mary Garcia Castro

Prof. Dr. Paulo C. Miguez de Oliveira

Agradecimentos

Nada seria possível sem o incondicional apoio de minha mãe. Para ela dedico cada palavra e pensamento nas linhas e entrelinhas dessa dissertação. Meus eternos agradecimentos pela compreensão e apoio sempre presentes. Agradeço a minha irmã e meu primo também pelo apoio e por acreditarem neste meu caminho. A toda a minha família, pela ternura. Agradeço, incomensuravelmente, ao meu companheiro Lucas, por todo amor, paciência e trocas de saberes.

Nos passos da academia, o meu sincero agradecimento e respeito ao meu orientador, Albino, pelo importante papel pedagógico e pelo enriquecimento do meu trabalho. Agradeço, ainda, o generoso gesto de me receber no grupo de pesquisa e de ter aceitado me orientar por estes últimos anos. Agradeço a Paulo Miguez, Mariella Pitombo, José Márcio Barros, Mary Garcia Castro e Daniela Matos, por serem solícitos e pela disposição em contribuir com diversos pontos deste trabalho.

Esse trabalho é possível também a partir de conversas formais e informais. Agradeço aos pesquisadores, professores e funcionários do Ministério da Cultura que ajudaram a construir as muitas etapas deste trabalho. Um agradecimento especial ao ex-secretário Américo Córdula, pela prontidão e interesse em ajudar. Agradeço aos professores do Programa Pós Cultura, pelo aprendizado e pelo companheirismo. Aos colegas do programa, meu agradecimento pela recepção, discussões e amizade, especialmente a Luana Vilutis e Ana Aragão, que compartilharam as dúvidas e desafios das políticas culturais comigo. Dentre as conversas informais, agradeço aos amigos que, em caminhos diferentes, souberam somar e provocar dúvidas quanto ao trabalho. Lívia e Elder, obrigada pelas valiosas contribuições nas poucas passagens pelo Rio de Janeiro. Victor, Elisa e Carol, agradeço o envolvimento com a temática e às discussões que instigaram importantes reflexões.

Na minha passagem pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, redobro meu agradecimento a Albino. Grande aprendizado pôde ser realizado fora da academia. Meus sinceros agradecimentos aos amigos que fiz nestes últimos anos pensando e repensando as políticas culturais, na teoria e na prática. Meu especial agradecimento aos amigos e colegas que acompanharam de perto minhas angústias e alívios, participando das dúvidas, reflexões e inspirações do conturbado e frutífero cotidiano da teoria e prática.

Essencial para as reflexões de igualdade e de transformação, agradeço profundamente aos amigos e amigas da Via Campesina, especialmente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, parte fundamental da minha formação, ensinando na teoria e na prática as principais lições de justiça. Certamente este trabalho reflete cada passo dado nas marchas, nos assentamentos e acampamentos espalhados pelo país, bem como cada conversa e trabalho realizado nas salas de aula, nos pátios das escolas, na redação do jornal e debaixo das árvores e das lonas pretas.

Por fim, agradeço ao acaso, pelos encontros inesperados e valiosos achados.

*Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!*
(Mário Quintana)

Em um país como o nosso, em que os que detêm o poder parecem obsessos pela mais estreita lógica economicista ditada pelos interesses de grupos privilegiados e empresas transnacionais, falar de desenvolvimento como reencontro com o gênio criativo de nossa cultura e como realização das potencialidades humanas pode parecer simples fuga na utopia. Mas que é a utopia senão o fruto da percepção de dimensões secretas da realidade, um afloramento de energias contidas que antecipa a ampliação do horizonte de possibilidades aberto ao homem?
(Celso Furtado)

RESUMO

A política cultural brasileira passa por uma profunda mudança na gestão do Governo Lula (2003-2010), ponto de inflexão às constantes instabilidades e elitismos da atuação do Estado neste campo. Ampliando o conceito de cultura, compreendido de forma antropológica, o Estado passa a pensar e agir para a diversidade e cidadania cultural. Diante do desafio de institucionalizar uma ação programática que possa colocar em prática a inclusão das culturas não contempladas anteriormente pelas ações estatais, o Governo Federal cria a Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural, com as competências de promover a cidadania cultural, acompanhar a implementação de fóruns de políticas culturais e subsidiar o Ministério da Cultura quanto ao tema da diversidade em suas demais políticas. A SID pretende apresentar uma síntese entre teoria e prática para a diversidade cultural no país, com editais diversificados para atender várias expressões culturais. Este trabalho busca apresentar um olhar sobre esta experiência, desde os discursos que a envolvem, como a incorporação do conceito ampliado de cultura e a defesa da diversidade cultural, até os gargalos enfrentados na prática, como financiamento, recursos humanos, aspectos logísticos, continuidade das políticas e articulação institucional.

Palavras-chave: Diversidade Cultural; Política Cultural; Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural; Governo Lula

ABSTRACT

Brazil's cultural policies undergo a profound change during the Lula Government (2003-2010), the tipping point to the constant instabilities and elitisms of the State's actions in this field. Extending the concept of Culture, comprised in the anthropological way, the State starts to think and act towards cultural diversity and citizenship. Faced with the challenge of institutionalizing programmatic action that might put into practice the inclusion of cultures not previously covered by state actions, the federal government creates the Secretariat of Cultural Identity and Diversity (Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural), with the skills to promote cultural citizenship, to monitor the implementation of cultural policy forums, and to subsidize the Ministry of Culture in diversity's matters and its related policies. The SID intends to present a synthesis between theory and practice for Brazil's cultural diversity, with a wide range of calls for proposals to meet the country's various cultural expressions. The aim of this study is to provide an overview of this experience, from the discourses that surround it, like the incorporation of the expanded concept of Culture and the protection of cultural diversity, to the bottlenecks faced in practice, such as financing, human resources, logistics, continuity of policies, and institutional articulation.

Keywords: Cultural Diversity; Cultural Policy; Secretariat of Cultural Identity and Diversity; Lula Government

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Dados consolidados da SID.....	p. 73
Quadro 02	Valor investido e quantidade de editais.....	p. 74
Quadro 03	Investimento total e per capita dos editais.....	p. 77
Quadro 04	Prêmios de culturas populares.....	p. 82
Quadro 05	Prêmios de culturas indígenas.....	p. 87
Quadro 06	Dados dos prêmios de culturas indígenas.....	p. 89
Quadro 07	Prêmios culturas ciganas.....	p. 92
Quadro 08	Prêmio cultura e juventude.....	p. 101
Quadro 09	Prêmios de inclusão cultural da pessoa idosa.....	p. 103
Quadro 10	Editais LGBT.....	p. 108

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Ilustração 01	Distribuição da lei de incentivo Rouanet.....	p. 78
---------------	---	-------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Recurso investido em editais.....	p.74
Gráfico 02	Propostas contempladas por região.....	p. 76
Gráfico 03	Investimento do edital de Sofrimento Psíquico por estado.....	p. 96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros
AI-5	Ato Institucional 5
ANCA	Associação Nacional de Arte e Cultura
CEBES	Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
Concine	Conselho Nacional de Cinema
CPC	Centro Popular de Cultura
CUCA	Centro Universitário de Cultura e Arte
Embrafilme	Empresa Brasileira de Filmes
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
Funarte	Fundação Nacional das Artes
Fundacem	Fundação César Montes
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MHHOB	Movimento Hip Hop Organizado Brasileiro
MinC	Ministério da Cultura
Mondiacult	Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais - México
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTSM	Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
ONU	Organização das Nações Unidas
PPA	Plano Plurianual
PT	Partido dos Trabalhadores
REC-ST	Rede Escola Continental em Saúde do Trabalhador
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
SDH	Secretaria de Direitos Humanos

SEF	Sociedade de Etnografia e Folclore
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SID	Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p. 14
CAPÍTULO I – Diversidade cultural na agenda.....	p. 20
1.1 – Cultura e culturas.....	p.20
1.2 – As guerras e a criação da ONU.....	p.23
1.3 – A cultura através da Unesco.....	p.26
1.4 – Entre o mercado e a cultura.....	p.33
1.5 – Brasil: pensando as políticas culturais até a diversidade.....	p.38
1.6 – A política cultural brasileira.....	p.39
1.7 – O governo Lula: marco para as políticas culturais.....	p.47
CAPÍTULO II – Uma Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural.....	p.51
2.1 – O direito e a cidadania na diversidade cultural.....	p. 53
2.2 – A criação da Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural	p.59
2.3 – Delimitando a atuação para a diversidade cultural.....	p.62
2.3.1 – Sujeitos sociais, sujeitos culturais: as redes.....	p.63
2.3.2 – Conhecimento popular e conhecimento científico.....	p.66
2.3.3 – Participação e cultura popular.....	p.68
2.3.4 – Outras diversidades.....	p.70
CAPÍTULO III – Um Brasil Plural.....	p.72
3.1 – Culturas Populares.....	p.79
3.2 – Culturas Indígenas.....	p.85
3.3 – Culturas Ciganas.....	p.90
3.4 – Cultura e Saúde.....	p.93
3.5 – Grupos Etários.....	p.97
3.5.1 – Cultura e Infância.....	p.98
3.5.2 – Cultura e Juventude.....	p.100
3.5.3 – Cultura e Idosos.....	p.102
3.6 – Culturas LGBT.....	p.104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.112
REFERÊNCIAS.....	p.120
ENTREVISTAS REALIZADAS.....	p.128

Introdução

“A completa igualdade significa irresponsabilidade universal”. A frase de T. S. Eliot está presente nas reflexões dele em “Notas para a definição de cultura” (ELIOT: 2011, p.53). A visão de hierarquias entre culturas foi presente durante séculos. Essa concepção serviu como uma das justificativas de conflitos entre povos e de submissão desses, seja desconsiderando-os enquanto humanos ou aculturando-os, forçando uma integração à sociedade dita superior. Eliot, por exemplo, considera que os sentidos da cultura se encontram na família, na religião e na classe. Essas três bases da cultura são consideradas fixas e essenciais e a quebra deste modelo geraria a impossibilidade de uma real democracia. (ELIOT: 2011, p.53).

A forma como Eliot coloca a cultura é apenas uma expressão possível dos vínculos de significados que o termo encontra durante o passar do tempo, convivendo diversos significados no mesmo tempo. A palavra cultura também esteve diretamente relacionada com a expressão civilização, o que também representou um olhar de referendar os modos de viver de uma nação e de colocar-se como portador dos bons costumes. Por exemplo, civilização se vinculou as boas maneiras aristocráticas e ao avanço das tecnologias, enquanto cultura esteve relacionada aos valores espirituais. *Kultur*, na Alemanha, referia-se ao espírito nacional da pátria germânica, e *Zivilisation* ao lado externo do homem (ELIAS: 2011; SODRÉ: 2005).

No período após a Segunda Guerra Mundial, marcado por questões políticas, mas também culturais, o mundo assiste a queda do muro de Berlim, em 1989, símbolo da divisão ideológica em dois blocos, o comunista e o capitalista. É o momento de ampliação dos mercados sem fronteiras, com a capacidade de comunicação e de fluxos de mercadorias avançando. O mercado consolida, aos poucos, as figuras das multinacionais, com empresas sendo formadas em diversos países e adentrando a rotina das nações. Esse processo de globalização, no campo da cultura, acarreta discussões com temor de homogeneidade cultural e de conflitos mundiais baseados em aspectos culturais (HUNTINGTON: 2004). De outro lado, novas formas de pensar as dinâmicas culturais e suas afirmações neste mesmo contexto refletem sobre a cultura nos países.

Avança a ideia antropológica, de um século anterior, que compreende as culturas, em plural, como expressões igualitárias dos seres humanos, possuindo importância em suas singularidades e distantes de qualquer processo normativo que as coloquem como presas em algum tempo ou as relacionem evolutivamente a outras

culturas. Aqui, dois pontos são importantes para pensar as culturas: elas não são essencialistas, ou seja, não podem ser definidas a partir de um catálogo fixo de como devem se portar nem esperar que se mantenham estáticas e isoladas; elas estão dentro de um contexto social, onde a compreensão das culturas em associação com os demais aspectos da sociedade podem proporcionar repressão, valorização ou aculturação. Esta visão é defendida pelo relativismo cultural.

O relativismo cultural que hoje se conhece deriva indiretamente [...] das proposições de Franz Boas (1858-1942): cada cultura tem um valor próprio a ser reconhecido, um *estilo* específico que se manifesta na língua, nas crenças, nos costumes, na arte e que veicula um *espírito* próprio (a identidade), cabendo ao etnólogo estudar as *culturas* (não a Cultura) e, mais do que verifique em quê consiste uma dada cultura, apreender o elo que une um indivíduo a uma cultura. O conhecimento desse elo – sua estrutura, seus limites, seu alcance – é importante para a política cultural, não porém (*não mais*, em todo caso) com o objetivo habitualmente identificado nesse empreendimento e que é aquele de *reproduzir* esse elo, reforça-lo, preservá-lo, conservá-lo, restaurá-lo. Em todo caso, não apenas com esse objetivo [...]. É que essa modalidade de operação com o cultural conduz quase inevitavelmente, na história mais remota como na mais recente, a políticas normativas (*o que é e como deve ser* uma cultura) [...]. (COELHO: 2008, p.22)

Cabe a uma política cultural que pense as culturas de forma ampla respeitar o caráter dinâmico delas, não partir de um “restauro”, de uma “preservação”. Essa tônica é mantida nos debates internacionais, quando se coloca, para a diversidade cultural, a “promoção” e “proteção”. Esses dois termos se relacionam pelo histórico conflituoso, que deixou estas culturas privadas de seus futuramente reconhecidos direitos culturais e de seus direitos humanos bem como reconhece, no termo “proteger”, o papel do Estado (porque se tratam de debates postulados por unidades de Estados) de regular as relações no que diz respeito às culturas, devido ao aspecto conflitante histórico e ainda existente.

Esse papel atual das relações ásperas entre as culturas ocorrem nas aproximações de culturas diferentes dentro de uma mesma nação. Para a convivência destas culturas, algumas tentativas são apontadas. Uma delas está no chamado multiculturalismo. Contudo, conforme aponta Stuart Hall, há uma carência em delimitar precisamente esta expressão, pois ela é apropriada de várias formas.

Longe de ser uma doutrina estabelecida, o ‘multiculturalismo’ é uma ideia profundamente questionada (May, 1999). É contestado pela direita conservadora, em prol da pureza e integridade cultural da nação. É contestado pelos liberais, que alegam que o ‘culto da etnicidade’ e a busca da diferença ameaçam o universalismo e a neutralidade do estado liberal, comprometendo a autonomia pessoal, a liberdade individual e a igualdade

formal. Alguns liberais afirmam que o multiculturalismo, ao legitimar a ideia dos 'direitos de grupo', subverte o sonho de uma nação e cidadania construídas a partir das culturas de povos diversos – *e pluribus unum*. O multiculturalismo é também contestado por modernizadores de distintas convicções políticas. Para estes, o triunfo do universalismo da civilização ocidental sobre o particularismo de raiz étnica e racial, estabelecido no iluminismo, marcou uma transição decisiva e irreversível do Tradicionalismo para a Modernidade. Essa mudança não deve jamais ser revertida. Algumas versões pós-modernas do 'cosmopolitismo', que tratam o 'sujeito' como algo inteiramente contingente e desimpedido, se opõe radicalmente ao multiculturalismo, em que os sujeitos se encontram mais localizados. Há ainda o desafio de várias posições na esquerda. Os antirracistas argumentam que, erroneamente, o multiculturalismo privilegia a cultura e a identidade, em detrimento das questões econômicas e materiais. Os radicais creem que ele divide, em termos étnicos e particularistas, uma frente racial e de classe unida contra a injustiça e a exploração. Outros apontam as várias versões do multiculturalismo de 'boutique', comercializado e consumista (Fish, 1998), que celebram a diferença sem fazer diferença. Há também aquilo que Sarat Maharaj oportunamente denomina 'gerencialismo multicultural', o qual apresenta 'uma assombrosa semelhança com a lógica do apartheid' (Maharaj, 1999). (HALL: 2009, p.51)

O quadro, portanto, é de variadas leituras possíveis. Mas o pano de fundo é o mesmo: o convívio entre as culturas. As diversas leituras apontam para a complexidade de pensar esses diálogos, em sua origem e em seu futuro: questões de classe, étnicas, de identidade, de mercado, etc. As possibilidades de leitura das culturas no Brasil também acompanham essa diversidade de interpretações.

A identidade cultural e a diversidade de expressões brasileiras passeiam por diversas correntes do pensamento científico e político nacional. A questão cultural, ou, melhor dizendo, o problema da cultura foi levantado por pensadores que marcaram o legado intelectual do país. Este problema é evocado desde os primórdios da conquista ocidental das terras brasileiras até o contexto atual, atravessando diversos momentos de regimes políticos e de concepções culturais.

Um superlativo deste problema esteve acerca das discussões raciais no país enredadas pela defesa da democracia racial conquistada pela miscigenação do povo brasileiro. Este é o pensamento evocado por Gilberto Freyre para compreender a formação da família brasileira em "Casa-Grande & Senzala". No prefácio à primeira edição, Freyre defende que:

A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariada pelos efeitos sociais da miscigenação. A índia e a negra-mina a

princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil. (FREYRE: 2008, p.33)

Freyre não descarta que a história tenha trazido o conflito, extermínio ou degradação. Chega a classificar o missionário como “o grande destruidor de culturas não europeias” (*Idem*, p.178). Reconhece a existência de “conflitos intensamente dramáticos (*Idem*, p. 231) advindos de “extremos de cultura” (*Idem*). Mas reforça o contraponto das realidades brasileira à europeia.

A verdade é que no Brasil, ao contrário do que se observa em outros países da América e da África de recente colonização europeia, a cultura primitiva – tanto a ameríndia como a africana – não se vem isolando em bolões duros, secos, indigestos, inassimiláveis; ao sistema social do europeu. Muito menos estratificando-se em arcaísmos e curiosidades etnográficas. Faz-se sentir na presença viva, útil, ativa, e não apenas pitoresca, de elementos com atuação criadora no desenvolvimento nacional. Nem as relações sociais entre as duas raças, a conquistadora e a indígena, aguçaram-se nunca na antipatia ou no ódio cujo ranger, de tão adstringente, chega-nos aos ouvidos de todos os países de colonização anglo-saxônica e protestante. Suavizou-as aqui o óleo lúbrico da profunda miscigenação, quer a livre e danada, quer a regular e cristã sob a benção dos padres e pelo incitamento da Igreja e do Estado. (FREYRE: 2008, p. 231)

O enaltecimento da miscigenação racial, ainda que percebida como potencial de relações proveitosas entre povos, encobriu aspectos dos preconceitos étnicos vivenciados na estrutura brasileira, sendo o mito de tal democracia na obra de Freyre e a relação direta colocada entre raça e cultura uns dos aspetos mais criticados da obra, o que não desmerece o potencial desta para compreensão do pensamento social brasileiro. Muitos autores desenvolveram pontos de vista em torno da suposta democracia étnica (FRY, 1995; SCHWARCZ, 1999; FERNANDES, 2008), destoando da ideia de integração.

Os habitantes do país, desde o início de sua incursão numa longa história ocidental, já eram entendidos como ‘outros’ e apreendidos sob o signo da falta. Nesse caso, diferença não era mais, se sim menos: carência de costumes, de ordem, de responsabilidade. (SCHWARCZ: 1999, p. 102)

No conturbado pensar das políticas culturais no país, nas experiências dos governos com a cultura, a posição do Brasil para com a diversidade cultural encontrada no Governo Lula será representada como um momento de mudança, pois reconhece

essa falta, essa carência de responsabilidade do Estado e faz um uso diferenciado do conceito de cultura e de diversidade cultural.

Fundamental constatar que toda política cultural traz embutida, de modo explícito ou não, uma concepção a ser privilegiada de cultura. Esclarecer o conceito de cultura imanente à política cultural é um procedimento analítico vigoroso para o estudo aprimorado deste campo. A amplitude do conceito de cultura utilizado não apenas delinea a extensão dos objetos das políticas culturais, mas comporta questões a serem enfrentadas por tais políticas. (RUBIM: 2007a, p. 149)

Neste trabalho, balizados pela ideia de cultura do governo Lula, período onde se compreende o estudo da Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural, tenta-se focalizar na cultura como uma das áreas atingidas por um modelo de exploração. Esta dívida se assiste tanto no extermínio de etnias e na perseguição de identidades culturais. Assim, traça-se uma ideia de diversidade cultural enquanto a possibilidade plena de convívio entre as identidades, e que estas sejam baseadas na percepção dos direitos humanos. Ainda, a compreensão das políticas para as identidades afetadas por uma visão progressista que as excluiu como uma forma do Estado refazer o seu modelo de desenvolvimento e garantir a cidadania. Buscou-se, como forma de trabalhar a temática, a extensiva pesquisa das políticas através de documentos oficiais, de entrevistas realizadas com funcionários do Ministério da Cultura e pesquisadores da temática, além da busca de dados e informações através dos balanços realizados pelo Estado.

No primeiro capítulo, é apresentado um panorama do problema da diversidade cultural entrando nas agendas dos Estados. Esse capítulo intenta demonstrar a ligação das políticas culturais com a conjuntura nacional e internacional, demonstrando desde a forma como o conceito de cultura foi se modificando até o embate com o mercado. Voltando para o Brasil, demonstra como a política cultural ganha espaço na agenda e sua ligação direta com a forma de pensar o governo. No segundo capítulo, a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural é apresentada, dentro das discussões que a cercam, desde a formação propriamente dita a partir da conformação dos quadros do governo até as percepções de cultura, cidadania e direito que cercam o debate da Secretaria. No terceiro capítulo, o programa Brasil Plural é destrinchado para, não apenas de forma relatorial, destacar os caminhos da Secretaria dentro das práticas para a diversidade cultural e as potencialidades e lacunas destas ações.

Assim, a pesquisa busca apresentar a forma como o Governo Lula lidou institucionalmente, através da SID, com as políticas de diversidade cultural. Busca-se

compreender quais foram os sujeitos entendidos como público destas políticas e o porquê da inserção deles como tais, as razões que levaram a Secretaria a ser possível dentro deste momento histórico (a síntese de momentos tanto internacionais como nacionais, tanto de projeto político como de afinidade de gestores), as limitações e potencialidades de suas políticas. Dentro das questões que perpassam pelo trabalho, está a transversalidade necessária para se pensar as políticas de diversidade cultural e as questões logísticas que são intrínsecas às políticas formuladas e implementadas pelo Estado. Enfim, através de um olhar para esta Secretária, busca-se questioná-la enquanto experimento de política cultural para a diversidade e, também, questionar as variáveis que circundam a experiência.

CAPÍTULO I - Diversidade cultural na agenda

O que fez um tema como a diversidade cultural ganhar notoriedade nacional e internacional sendo tratada em convenções e protagonizando declarações e conferências? Para chegar a algumas respostas, é preciso fazer uma busca do contexto mundial e nacional que propiciaram estes debates e resultaram em ações dos Estados voltadas especificamente para este tema. Isso requer pensar como a cultura, a política cultural e a diversidade foram questionadas e adquiriram notoriedade na agenda das nações. Posteriormente, torna-se importante compreender a incorporação deste debate para o Brasil, através de uma remissão histórica que possibilite compreender a relação do país com as políticas culturais do Estado e também com a diversidade de culturas que se expressam pelo território nacional.

1.1 – Cultura e culturas

Nos encontros entre culturas, há uma constante narrativa de estranhamentos, enfrentamentos, conflitos e destruição. Os relatos, iluminados pela ideia de uma linha evolutiva da cultura, por vezes concebendo a própria cultura como modelo civilizatório, trabalham a diferença através da inferioridade/superioridade e comparando os modos de vida a partir dos valores enraizados na cultura do observador. Estas ideias são comuns nas histórias de expansão de civilizações, em pesquisas referentes a outras culturas bem como no léxico utilizado para denominar as outras expressões culturais.

Quando, por exemplo, os portugueses acharam o Brasil, inseriram em seus relatos os comportamentos e traços dos homens e mulheres que aqui se encontravam, sempre de acordo com os valores que em Portugal aprenderam. Assim, a carta de Pero Vaz Caminha mostra o paralelo entre os povos das terras brasileiras e o povo português a partir das diferenças – vistas inclusive com surpresa – entre estes.

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso tem tanta inocência como em mostrar o rosto. (CARTA DE PERO VAZ CAMINHA: 2002, p.95)

Sobre a linguagem dos indígenas que nas terras se encontravam, Pero Vaz Caminha ainda notifica que “não houve fala nem entendimento com eles, por a *berberia* [barbárie] deles ser tamanha que se não entendia nem ouvia ninguém” (CARTA DE

PERO VAZ CAMINHA: 2002, p.100). A barbárie é um termo frequentemente evocado ao tratar da observação das demais culturas. Bárbaro era tudo aquilo que se afastava da helenidade tal qual selvagem era o comportamento daqueles cujo comportamento mais se aproximava dos animais à humanidade (considerando o ponto central da humanidade a própria cultura do observador, certamente).

Para Laplantine, os critérios etnocêntricos são comuns na observação das culturas indígenas feitas pelos europeus no século XIV, sempre atentos ao observar a aparência física, os comportamentos alimentares e a linguagem “ininteligível”. “Assim, não acreditando em Deus, não tendo alma, não tendo acesso à linguagem, sendo assustadoramente feio e alimentando-se como um animal, o selvagem é apreendido nos modos de um bestiário” (LAPLANTINE: 1996, p.41).

É importante ressaltar que a forma de se julgar o outro nunca foi uma forma absoluta. Os relatos de Montaigne sobre o povo Tupinambá, por exemplo, trazia ressalvas sobre os julgamentos de bárbaro e selvagem em pleno século XVI. Assim, dentre suas anotações podemos ler que “na verdade, cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra” (MONTAIGNE *apud* LARAIA: 2001, p.13). Portanto, o relativismo cultural pode ser encontrado em relatos concomitantemente aos discursos evolucionistas, que apregoam uma determinada cultura como o baluarte da evolução humana, modelo para os demais e prova de superioridade.

Os discursos etnocêntricos perpassam séculos. No final do século XIX relatos semelhantes aos dos séculos passados ainda são facilmente encontrados e aceitados pelas sociedades como plausíveis. Um dos formuladores do chamado evolucionismo cultural, Edward Burnett Tylor, em um livro publicado em 1861, escrevia suas observações sobre o povo mexicano. Tylor, em suas conclusões, pontuou que o povo mexicano era “incapaz de liberdade”, o que o fez concluir que “os mexicanos eram ‘totalmente incapazes de governar a si próprios’ e preconizou a total absorção do país pelos Estados Unidos” (TYLER *apud* CASTRO: 2009, p.16). Tylor também conferiu à cultura o sinônimo de civilização. Em sua escrita, cultura “era palavra usada sempre no singular, e essencialmente hierarquizada em ‘estágios’” (*Ibidem*: p.17).

Na obra de Lewis Henry Morgan, outro evolucionista do século XIX, os mesmos contornos aparecem. Para Morgan, a humanidade caminhava em, basicamente, três estágios dispostos de forma hierárquica. O primeiro estágio seria a “selvageria”, que poderia avançar, evoluindo para o segundo estágio, a “barbárie”. O último estágio, no qual se encontravam as potências e, portanto, utilizado como justificativa de suas

expansões, era a fase cunhada de “civilização”. Assim, podia-se ter como diagnóstico do mundo a existência de tribos e nações que “foram deixadas para trás na corrida para o progresso” (MORGAN *apud* CASTRO: 2009, p.46).

Já no novo século XX, em 1908, o antropólogo James George Frazer repercutia – com ácidas palavras - a visão evolucionista da cultura. Frazer apontava a diferença das “raças” como a causa da “inerradicável desigualdade dos homens” (FRAZER *apud* CASTRO: 2009, p.113). Por isso, “nenhuma doutrina abstrata é mais perversa que a da igualdade dos homens [visto que] os homens de mais aguda inteligência e com mais fortes caracteres lideram o resto e dão feitiço às formas nas quais, pelo menos na aparência, a sociedade é formada” (*Idem*). Portanto, usando as expressões de Frazer, uma minoria esclarecida deveria liderar a maioria estúpida. O antropólogo completa: “essa é a salvação e o segredo do progresso” (*Idem*).

Essa visão de progresso está intimamente relacionada à característica autopromoção de civilizados típica das nações ocidentais. No relato da sociogênese da diferença dos conceitos de cultura e civilização, trabalhando as origens francesas, inglesas e germânicas, Norbert Elias pontua que civilização é um conceito que “expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo” (ELIAS: 2011, p.23). A noção de civilidade traz, portanto, a ideia de julgar-se superior a sociedades mais antigas bem como julgar sociedades contemporâneas diferentes como portadora de “traços primitivos”.

Nas ciências sociais, nos anos finais do século XIX e início do século XX, as ideias que consideram a diversidade cultural de forma não evolutiva, fazendo contraponto ao conceito difundido de civilização, começam a ganhar voz nas publicações e concepções da época. O sociólogo Emile Durkheim, conjuntamente com Marcel Mauss, publicara, em 1913, a “Nota sobre a noção de civilização”. Neste texto, o sociólogo “incluía a ideia de pluralidade das civilizações sem enfraquecer, com isso, a unidade do homem” (CUCHE: 2002, p.52). O ponto central da obra estava, portanto, em extrair o viés implícito ideológico que o conceito de civilização carregava.

O antropólogo Franz Boas também se somou nas contribuições sobre uma forma relativista de compreender as culturas. Considerando que o ser humano compreende o mundo a partir da cultura em que cresceu, a visão boasiana acredita que é função do antropólogo relativizar as noções que o próprio carrega, advindas de sua cultura, para compreender as culturas que observa. Em “Os métodos da etnologia”, de 1929, Boas defende que, admitindo-se a coexistência de diversas civilizações de variados tipos, não

se deve manter a hipótese de uma “linha geral de desenvolvimento” (BOAS *apud* CASTRO: 2010, p.42). Para Boas, “seria completamente impossível entender o que aconteceu a qualquer povo particular com base num único esquema evolucionário” (*Ibidem*: p.47).

Em outro texto do antropólogo, “Raça e progresso”, datado de 1931, Boas traz uma reflexão sobre “um problema que há muito tem agitado nosso país e que, pelas suas implicações sociais e econômicas, tem suscitado fortes reações emocionais e produzido diversos tipos de lei” (*Ibidem*: p.67). O problema ao qual ele se refere é sobre a mistura de tipos raciais. Boas compartilhava, assim, as tensões germânicas e combatia as ideias preconceituosas propagandeadas na época. Ainda, alertava: “Enquanto insistirmos numa estratificação segundo camadas sociais, devemos pagar um preço alto na forma de luta inter-racial” (*Ibidem*: p.86). Boas, que havia presenciado uma Guerra Mundial marcada pela busca da expansão territorial e hegemonia política, lançava uma das questões que permearia a Segunda Guerra Mundial, que se iniciaria em 1939.

1.2 – As guerras e a criação da ONU

O armistício da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi assinado em novembro de 1918, mas não foi o ponto final dos confrontos. O que sobrou da Primeira Guerra não era um cenário propício para um retorno de bons tempos, de uma *belle époque*. A guerra deixava fortes cicatrizes para a história, como a “matança de um incontável número de armênios pela Turquia – o número mais habitual é de 1,5 milhão – que pode figurar como a primeira tentativa moderna de eliminar toda uma população” (HOBSBAWN: 1995, p.57), um intenso fluxo de cidadãos repatriados, além de um avanço tecnológico impulsionado pela indústria bélica, como o desenvolvimento de lança-chamas e da telegrafia sem fio, bem como as condições para que um conflito voltasse a eclodir anos depois, visto que

O orgulhoso poderio alemão cedeu lugar à miséria e à frustração da guerra perdida, agravadas pelas reparações impostas pelo vencedor — o que facilitou que prosperasse o mito da *Dolchstoss*, a punhalada nas costas, explorado por dois ex-combatentes: um deles, general e notável chefe da Grande Guerra, Erich Ludendorff. O outro, o cabo da Boêmia, como o chamava Hindenburg aludindo a seu nascimento na Áustria, agitador, demagogo, mestre em discursos inflamados, Adolf Hitler. A paz de Versalhes facilitou a ascensão do nazismo e a preparação da nova guerra. (HOBSBAWN: 1995, p.345)

A busca pelo despertar da Alemanha surgia como uma palavra de ordem do nazismo, ideologia do Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores que se converte em movimento político baseado, dentre outros aspectos, na superioridade da raça ariana, "depositária do progresso e da civilização" (BOBBIO, MATTEUCCI & PASQUINO: 1998, p. 1061). Estrangulada pelos onerosos acordos de paz, a Alemanha vivia um intenso processo de decadência, acompanhado pelo intuito de apontar os culpados por tantos problemas (o chamado mito de *Dolchtopf*). A exaltação da revanche final viria com a instalação da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

O nazismo avançou para a esfera da cultura entendida como objetos simbólicos, como as artes plásticas (proibindo a chamada "arte degenerada", censurando artistas e enaltecendo o bom homem alemão), bem como entendida como modos de viver (perseguido o povo judeu, negro e homossexuais). Essa experiência incluía um pensamento estratégico para a imagem do governo, que, através do Ministério do Reich para Esclarecimento Popular e Propaganda, com Joseph Goebbels à frente, colocava como uma arma ideológica a produção simbólica através do cinema, por exemplo, usado para vangloriar a militância partidária e o homem novo da Alemanha, além de exaltar o perfil negativo do inimigo – negros, comunistas e judeus.¹ O governo nazista estimulou a produção cinematográfica centrada na reprodução de suas ideias - a exemplo de "O judeu eterno", de Fritz Hippler, rodado em 1940, e "Vitória da fé", de Leni Riefenstahl, rodado em 1934 - ao passo que censurava os conteúdos considerados pró-judeus ou cujos diretores não se manifestassem a favor do regime – a exemplo da sátira ao regime nazista feita por Charles Chaplin em 1940 no filme "O grande ditador", onde Chaplin interpreta Adenóide Hynkel, que, além do nome, possuía semelhanças físicas com o líder nazista Adolf Hitler.

Em meio século, o mundo conheceu o poder destruidor de duas guerras mundiais. O mês de agosto de 1945 carregou a marca de duas explosões de bombas atômicas, uma sobre Hiroshima e outra sobre Nagasaki. Os dois bombardeamentos juntos mataram, em números estimados, cerca de 200 mil pessoas instantaneamente, além dos feridos e da destruição da infraestrutura das cidades. As bombas inauguravam o temor nuclear das guerras. Neste mesmo ano, findava-se o segundo grande conflito do

¹ Com isso não se pretende concluir que fosse uma inovação o uso da cultura pela política, apenas sublinhar esse uso em uma conjuntura de importância internacional, que terá reflexos na discussão de diversidade cultural no século XX. A cultura já era usada como elemento da política, como, por exemplo, na Grécia Antiga e no Renascimento. (FEIJÓ, 1992)

século XX, com a derrota, novamente, da Alemanha e demais países alinhados ao Eixo – Itália e Japão.

Se ao final da Primeira Guerra os países resolveram criar a Sociedade das Nações ou Liga das Nações como forma de assegurar a paz no mundo, no final da Segunda Guerra a estratégia se repetia com a incorporação desta liga na criação da Organização das Nações Unidas, a ONU, também com o objetivo de garantir uma cultura de paz. No preâmbulo da Carta das Nações Unidas, que marca o início da ONU, os países signatários firmam compromisso de “preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade” (ONU, 1945). Para alcançar tal objetivo, os países devem se comprometer a “praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais” (*Idem*) e, quanto ao cenário bélico recente, reforçam “que a força armada não será usada a não ser no interesse comum” (*Idem*).

No mesmo ano de sua criação (1945), enfrentando os tempos de guerra, a ONU promove a Conferência de Yalta, reunindo chefes de Estado com o objetivo de firmar acordos que avancem para o fim da Segunda Guerra Mundial. Esta conferência também marcou o início de negociações que buscavam garantir os Direitos Humanos, que resultará, em 1948, na aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Uma premissa marcante desta declaração está em por a igualdade como algo absoluto entre os homens - "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos" (ONU, 1948), diz o primeiro artigo. Esta premissa é um contraponto ao desprezo realizado entre os povos diferentes, realçado em um contexto pós-guerra onde foram evidenciadas as atrocidades de regimes totalitários.

Expressamente para a cultura, a Declaração Universal dos Direitos Humanos destaca dois artigos. No artigo XXII, pontua a garantia dos “direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade” (*Idem*). O termo “cultura” volta a aparecer no artigo XXVII, que profere que “todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios” (*Idem*). Os avanços quanto ao reconhecimento das culturas como direitos e da garantia à diversidade cultura obtêm conquistas na institucionalidade jurídica internacional, junto a outros tratados e convenções da ONU, vinculados, majoritariamente, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura (UNESCO), que tem como um dos objetivos fortalecer o diálogo intercultural. Estes serão passos fundamentais para pensar a institucionalidade das políticas culturais que envolvam a diversidade cultural de uma nação, tal qual acontecerá com o Brasil.

1.3 - A cultura através da Unesco

A Unesco cumpre papel central no debate sobre a diversidade cultural. Voltada para pensar, dentre outras esferas, as relações culturais no mundo, a organização oscila em seus conceitos e abordagens no decorrer do tempo, devido à concepção do termo cultura e ao contexto político mundial. Nas áreas de saber que influenciam o pensamento proposto pela Unesco, há, por exemplo, uma variação e inconstância entre as colaborações da Sociologia, Antropologia e do Direito, tendo este último dominado a percepção do instrumento inicialmente. Futuramente, a colaboração do pensamento antropológico representará uma nova forma de pensar e agir para a cultura. Ainda, a Unesco começa a discutir a cultura através do conceito de identidade cultural fortemente aliado à ideia de consolidação nacional dos países (RUBIM: 2010, p.21) para, posteriormente, especialmente a partir da década de 80, adquirir novos conceitos de cultura e incorporar a diversidade cultural para dentro dos próprios limites nacionais.

A forma como a Unesco aborda a diversidade cultural é cronologicamente estudada a partir de uma seleção de documentos oficiais pela Divisão de Políticas Culturais e do Diálogo Intercultural da própria instituição – “A Unesco e a questão da diversidade cultural: análise e estratégias, 1946-2004”², versão de setembro de 2004. Utilizando esse documento como base e consultando os demais textos e propostas reflexivas sobre, pode-se perceber os avanços e modificações dos discursos da instituição. Essas leituras, porém, não são exaustivas, demonstrando alguns aspectos da discussão em tais períodos, visto que a cultura também aparece como ponto de destaque em outros organismos internacionais, sejam eles relacionados ao mercado, à educação, ao desenvolvimento e ao meio ambiente, por exemplo.

Primeiramente, a Unesco, marcada pela criação dentro de um contexto pós-guerra e, justamente por isso, nitidamente banhada em um discurso de paz, define a palavra cultura em termos de produção artística e de práticas “profundamente

² “L’Unesco et la question de la diversité culturelle: bilan et stratégies, 1946-2004”, conforme original. Tradução livre. Documento de 2004 disponível em <http://portal.unesco.org/culture/fr/ev.php-URL_ID=12900&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em 11 de fevereiro de 2013.

interiorizadas e criadoras da identidade”³ (UNESCO, 2004). A cultura também não está vinculada diretamente à política: “a palavra ‘cultura’ se refere à informação histórica e à produção artística, que não foram ainda explicitamente consideradas como uma experiência particular, portadoras de um conteúdo específico formador da identidade”⁴ (UNESCO, 2004) É marcante, nesse primeiro período, o vínculo constituído entre cultura e conhecimento, sendo ambos formadores da chave para a paz mundial – a ignorância é considerada como uma das colaboradoras para os conflitos mundiais.

Como exemplo ilustrador dessa época, podemos citar a Convenção para a Proteção de Bens Culturais em caso de Conflito Armado, de 1954. Ainda no final do século XIX, durante a Convenção da Haia de 1899, os países já se preocupavam em manter princípios em situações de conflitos armados. Tal Convenção, em 1899, proibiu, por exemplo, o uso de gases asfixiantes, uma polêmica comum na época. Em 1954, a Convenção de Haia adota as resoluções sobre a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado. A preocupação que guia os debates desta convenção está nos graves danos que os bens culturais sofreram nos conflitos que antecedem a convenção. A ameaça é vista como inevitável, devido ao incessante desenvolvimento de tecnologia de guerra. Os países signatários estão, portanto,

convencidos de que os atentados perpetrados contra os bens culturais, qualquer que seja o povo a quem eles pertençam, constituem atentados contra o patrimônio cultural de toda a humanidade, sendo certo que cada povo dá a sua contribuição para a cultura mundial. (ONU: 1954)

Nesta convenção, no artigo 3º, as partes signatárias comprometem-se ainda a “preparar, em tempo de paz, a salvaguarda dos bens culturais situados no seu próprio território contra os efeitos previsíveis de um conflito armado, tomando as medidas que considerem apropriadas” (*Idem*). A intenção é válida: manter os patrimônios da humanidade livres da destruição, preservar bens culturais e monumentos. Porém, pensando uma situação de guerra, onde uma nação enxerga a outra como inimiga, a situação tende, na práxis, ao idealismo, como foi comum em diversas situações (inclusive recentes) onde a convenção não foi respeitada ou não pode ser verificada (o que, contudo, não deslegitima a intenção do documento). Eis, portanto, o início das

³ “Profondément intériorisés et créateurs d’identité”, conforme original. Tradução livre. Unesco, 2004.

⁴ “Le mot “culture” renvoyait à l’information historique et à la production artistique, qui n’était pas encore explicitement considérées comme une expérience particulariste ayant un contenu spécifique formateur d’identité”, conforme original. Tradução livre. (Unesco: 2004)

ações da Unesco: considerando a cultura dentro da lógica dos bens culturais e isolada do campo político.

O segundo período da Unesco quanto à discussão da diversidade cultural teria sido profundamente marcado pelo processo de independência de novos países. No documento da Unesco, é considerada a época em que a organização compreende a política para pensar a cultura. Evocado como emblemático deste período, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais foi aprovado em 1966.

O fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo, em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas, é uma tônica presente no Pacto, enfatizando a compreensão da diversidade cultural como algo imprescindível para a manutenção da paz, ainda que a guerra seja vista como algo inerente ao espírito humano (o mesmo argumento é posto na Convenção para a Proteção de Bens Culturais em caso de Conflito Armado, de 1954, e relevante para perceber a presença, dentro da Unesco, da ideia da paz relacionada ao conhecimento e compreensão do outro). Não restrito aos termos culturais (o pacto, por exemplo, ressalta o direito dos povos à autodeterminação e usufruto de suas riquezas), o Pacto sublinha o dever dos Estados em garantir que os direitos sejam exercidos “sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra situação” (ONU, 1966).

Apesar de não ser restrito aos assuntos de direitos e deveres culturais, o pacto traz inserções sobre o tema. Segundo o Artigo 15, é reconhecido o direito de participar da vida cultural, desfrutar o progresso científico e suas aplicações e beneficiar-se da proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de toda a produção científica, literária ou artística de que seja autor. Assim, o pacto ecoa os direitos humanos conforme assinados na Declaração Universal e não se esquece de retomar, ainda que de forma mais tímida, os direitos autorais, certamente mais amadurecidos em comparação aos demais. Há, porém, um limite quanto ao direito cultural, que se restringe à participação na vida cultural, visão que será ampliada no decorrer da história da Unesco, conforme pontua Mariella Pitombo:

Se o conceito de cultura enfatizado no seu Ato Constitutivo esteve fundamentado numa compreensão mais restrita, identificada com atividades específicas como proteção de obras de arte, de patrimônio histórico e cooperação cultural entre intelectuais e artistas dos diversos países, a partir da década de 50, a ideia de cultura vai paulatinamente se alargando. Desde então ela ganha um tónus político seja pelo contexto de desmonte dos impérios

coloniais, seja pela estreita conexão que vai se estabelecendo com os princípios da Declaração dos Direitos Humanos, promulgada pela ONU em 1948. Desse modo, acultura passa a ser vista como um direito, a ser protegido juridicamente, ao tempo em que sofre uma dilatação no sentido que vinha sendo até então operado, pois passa a abranger a ideia de identidade e, por extensão, de independência de indivíduos e grupos. (PITOMBO: 2009, p.75)

O terceiro período, avaliado como uma extensão e cristalização do anterior, impulsiona a percepção política das culturas, relacionando-as aos modelos de desenvolvimento. “O vínculo entre cultura e desenvolvimento forneceu argumentos a favor de um apoio financeiro e administrativo aos países em desenvolvimento, que reivindicaram o direito de definir seus próprios caminhos de desenvolvimento”⁵ (Unesco: 2004).

Dentre os pontos apontados pela Unesco como fundamentais para se pensar a cultura nesse período, consolida-se a promoção da percepção e do respeito às identidades culturais dos indivíduos, dos grupos, das nações e das regiões. Nesse sentido, desmembrando as possibilidades de identidades culturais, a Unesco descola o conceito de nação ao conceito de identidade cultural, pensando as diversas expressões possíveis dentro de um mesmo território nacional. A Unesco também considerará que a promoção da identidade cultural está diretamente relacionada à independência e solidariedade. Este é o esforço da Unesco em, compreendendo o cenário geopolítico de descolonização das nações, associar a cultura à economia e à política, colocando a identidade cultural como um fator relevante para a independência dos povos.

É a partir deste contexto que a Unesco avança no conceito de cultura, período que compreende a cultura relacionada à democracia. A Declaração do México sobre as Políticas Culturais (Mondiacult), aprovada na Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, em 1982, pontua que “a educação e a cultura, cujo significado e alcance foram consideravelmente ampliados, são essenciais para um verdadeiro desenvolvimento do indivíduo e da sociedade”⁶ (UNESCO: 1982). A cultura é definida de forma ampla, de inspiração antropológica:

O conjunto dos traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam uma sociedade ou de um grupo social. Ela

⁵“Le lien entre la culture et le développement a fourni des arguments en faveur d'un soutien financier et administratif aux pays en voie de développement, les quels revendiquaient le droit de définir leurs "propres" voies de développement”, conforme original. Tradução livre. Unesco, 2004.

⁶ “La educación y la cultura, cuyo significado y alcance se han ampliado considerablemente, son esenciales para un verdadero desarrollo del individuo y la sociedad”, conforme original. Tradução livre. Unesco, 1982.

inclui não apenas as artes e as letras, mas também os modos de vida, os direitos fundamentais da pessoa humana, sistemas de valores, tradições e crenças.⁷ (UNESCO: 1982)

Nos princípios, a Declaração evoca as identidades culturais como únicas e necessárias à liberdade dos povos, sendo todas integrantes do patrimônio comum da humanidade. No ponto de número 5, afirma que “o universal não pode postular-se em abstrato por nenhuma cultura em particular”⁸ (UNESCO: 1982). Assim, a declaração enlaça a identidade cultural à noção de diversidade cultural, sendo um paradoxo sem a outra, e coloca como dever a compreensão das diversas expressões, diferenciando a hegemonia de uma cultura, que não deve ser compreendida como uma necessária relação de identidade única de um país ou de uma comunidade com esta forma de expressão.

Além das diretrizes para se pensar as políticas culturais através da visão da identidade e diversidade cultural, a Mondiacult traz a reflexão sobre a dimensão cultural do desenvolvimento. O incômodo presente está no fato de que

O crescimento tem sido concebido de forma frequente em termos quantitativos, sem levar em consideração sua necessária dimensão qualitativa, ou seja, a satisfação das aspirações espirituais e culturais dos homens⁹ (UNESCO: 1982).

Aqui a convenção traz o que falta em muitos textos anteriores da Unesco. Ela questiona o modelo de desenvolvimento e inclui um ponto de reflexão crítica, colocando o modelo de desenvolvimento seguido pelas nações como distante da dimensão cultural. Esta mesma discussão é colocada, em paralelo, nos debates sobre o meio ambiente, também dentro dos organismos da ONU, mostrando o sintomático diagnóstico que o mundo apontava. No ponto número 15, destaca que “toda política cultural deve resgatar o sentido profundo e humano do desenvolvimento”¹⁰ (UNESCO: 1982).

⁷ “El conjunto de los rasgos distintivos, espirituales y materiales, intelectuales y afectivos que caracterizan una sociedad o un grupo social. Ella engloba, además de las artes y las letras, los modos de vida, los derechos fundamentales al ser humano, los sistemas de valores, las tradiciones y las creencias”, conforme original. Tradução livre. Unesco, 1982.

⁸ “Lo universal no puede postularse em abstracto por ninguna cultura em particular”, conforme original. Tradução livre. Unesco, 1982.

⁹ “El crecimiento se ha concebido frecuentemente em términos cuantitativos, sin tomar en cuenta su necesaria dimensión cualitativa, es decir, la satisfacción de las aspiraciones espirituales y culturales del hombre”, conforme original. Tradução livre. Unesco, 1982.

¹⁰ “Toda política cultural debe rescatar el sentido profundo y humano del desarrollo”, conforme original. Tradução livre. Unesco, 1982.

Na parte destinada a pensar a relação entre cultura e democracia, a Mondiacult declara que não se deve privilegiar uma elite, garantindo uma democracia cultural, constituída pela “mais ampla participação do indivíduo e da sociedade no processo de criação de bens culturais, na tomada de decisões que dizem respeito à vida cultural e na difusão e no desfrute da mesma”¹¹ (UNESCO: 1982). Outras medidas são pontuadas, como a necessária descentralização dos espaços culturais, garantindo que as políticas culturais atinjam a maior quantidade de localidades possíveis.

Anterior a Mondiacult, a Unesco promoveu, em 1970, a Conferência intergovernamental sobre os aspectos administrativos, institucionais e financeiros sobre políticas culturais, em Veneza. Este é um marco da organização na busca da institucionalização do setor cultural nas nações. Como resolução, a conferência recomenda “aos Estados membros designar, se possível, uma instituição a ser responsável para coordenar os intercâmbios do setor das políticas culturais”¹² (UNESCO: 1970). Ainda, ressalta o papel importante de consolidação das políticas culturais pelos Estados Membros e coloca como recomendação “estudar os diversos tipos de infraestrutura institucional para conhecer as especificidades das necessidades culturais de cada comunidade e as vias efetivas de satisfazê-las”¹³ (UNESCO: 1970). A conferência ainda recomenda que as nações destinem parte de suas riquezas para o desenvolvimento cultural. Surge com ênfase, portanto, a temática da regulamentação do setor cultural.

Na história mais recente, pode-se destacar o programa Década Mundial do Desenvolvimento Cultural (1988-1997), que remete às deliberações da Mondiacult. O diretor-geral da Unesco na época, Federico Mayor, pontua que as décadas anteriores à proclamação do programa mostraram que a cultura não poderia ser compreendida sem pensar o desenvolvimento de qualquer sociedade, seja pensando os aspectos políticos ou econômicos. Assim, “o autêntico desenvolvimento deve ser baseado no melhor uso dos recursos humanos e da riqueza material da comunidade. Assim, as prioridades, as

¹¹ “Más amplia participación del individuo y la sociedade nel proceso de creación de bienes culturales, en la toma de decisiones que conciernen a la vida cultural y em ladifusión y disfrute de la misma”, conforme original. Tradução livre. Unesco, 1982.

¹² “To Member States designate if possible one institution to be responsible for the co-ordination of international exchanges in the cultural policy sector”, conforme original. Tradução livre. Unesco, 1970.

¹³ “Study the various types of institutional infrastructure for meeting the specific cultural needs of different communities and the effective ways of providing them”, conforme original. Tradução livre. Unesco, 1970.

motivações e os objetivos do desenvolvimento devem ser encontrados na cultura”¹⁴ (MAYOR: 1988, p.5). A Unesco colocava, portanto, a cultura como inspiração ao desenvolvimento e, na outra mão, o desenvolvimento como responsável em valorizar a cultura em seu papel social. Mayor pontua as quatro diretrizes que guiam a década:

Reconhecimento da dimensão cultural do desenvolvimento: é necessário encontrar meios onde a produção e a criatividade possam ser conectadas, e a economia possa ser enraizada na cultura.

Afirmação e enriquecimento das identidades culturais: o incentivo a todos talentos e iniciativas individuais e coletivas.

Ampliação da participação na vida cultural: mobilizando as forças da liberdade de expressão e criatividade individual e comunitária em nome dos direitos humanos, livre arbítrio e auto-determinação.

Promoção da cooperação cultural internacional: procurar, aumentar e estreitar as formas pelas quais a cultura se inspira e nutre, por sua vez, outras culturas, respeitando as verdades aceitas universalmente.¹⁵ (*Ibidem*, p.6)

Em 1988, como parte das discussões em torno da Década Mundial do Desenvolvimento Cultural (1988-1997), é estabelecida uma Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, que elabora o relatório *Nossa Diversidade Criadora*, lançado em 1996. A obra aborda diversas faces da cultura e desenvolvimento. O relatório traz um retrato amplo das culturas no mundo, especificando aspectos transversais, como propriedade de terras e acesso aos meios de comunicação. A partir do retrato, tido como “complexo [e com] atos de flagrante desrespeito ao pluralismo” (CUÉLLAR: 1997, p.96), o relatório aponta para a necessidade de se pensar as políticas culturais conjuntamente com as demais políticas do Estado, sendo, na opinião expressa no relatório, “chegado o momento de construir um novo paradigma coerente, no qual os diversos atores sociais forjem padrões de desenvolvimento humano sensíveis a todas as questões culturais” (*Ibidem*, p.306).

Em 2001, a Unesco prepara a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. Considerando a cultura conforme a *Mondiacult* havia determinado, a

¹⁴“Genuine development must be based on the best possible use of the human resources and material wealth of the community. Thus in the final analysis the priorities, motivations and objectives of development must be found in culture”, conforme original. Tradução livre. (Mayor: 1988, p.5)

¹⁵“Acknowledgment of the cultural dimension of development: ways must be found in which production and creativity can be linked, and economics can be rooted in culture. Affirmation and enrichment of cultural identities: the encouragement of all individual and collective talents and initiatives. Broadening participation in cultural life: mobilizing the forces of freedom of expression and creativity in the individual and the community, in the name of human rights, free will and independence of mind. Promotion of international cultural co-operation: seeking, increasing and strengthening the means whereby a culture freely draws sustenance from others and in turn nourishes them, while respecting a nucleus of universally accepted truths”, conforme original. Tradução livre. (Mayor: 1985, p.6)

declaração constata que “a cultura se encontra no centro dos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia fundada no saber” (UNESCO: 2001). Reitera, ainda, o papel da cultura para que se criem situações de diálogo e paz. Sobre a conjuntura, a declaração coloca que a globalização, “apesar de constituir um desafio para a diversidade cultural, cria condições de um diálogo renovado entre as culturas e as civilizações” (*Idem*).

Na Declaração, a Unesco volta a concordar com princípios anteriores, considerando a diversidade cultural como parte do patrimônio comum da humanidade e como fonte de desenvolvimento. É sublinhada ainda a relação entre os direitos culturais e os direitos humanos, buscando integrar as diversas esferas políticas necessárias para que a diversidade cultural seja de fato promovida. Porém, dos artigos expressos na declaração, torna-se importante destacar o Artigo 8:

Artigo 8 – Os bens e serviços culturais, mercadorias distintas das demais. Frente às mudanças econômicas e tecnológicas atuais, que abrem vastas perspectivas para a criação e a inovação, deve-se prestar uma particular atenção à diversidade da oferta criativa, ao justo reconhecimento dos direitos dos autores e artistas, assim como ao caráter específico dos bens e serviços culturais que, na medida em que são portadores de identidade, de valores e sentido, não devem ser considerados como mercadorias ou bens de consumo como os demais (UNESCO: 2001).

A diversidade cultural encosta nas discussões do mercado. De fato, é um debate que se estendia há anos nas discussões da Organização Mundial de Comércio e que será um dos eixos que a Unesco terá que enfrentar para a futura Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, fundamental para compreender a entrada definitiva da diversidade cultural na agenda dos Estados e, especificamente, do Brasil durante o Governo Lula.

1.4. Entre o mercado e a cultura

Uma expressão é marcante nas discussões sobre a relação entre cultura e mercado que permearam o século passado: “exceção cultural”. Esta ideia aludia para a característica distinta entre os bens chamados de simbólicos, porque carregam elementos culturais, e bens de mercado. O embate se travou entre países como a França e o Canadá, que defendiam o tratamento diferenciado desses bens, em contraposição aos Estados Unidos, dono de grande indústria de cinema, Hollywood, interessada em tratar

os produtos simbólicos como bens comuns. A discussão, prolongada por décadas, teve as arenas de debates consolidadas na Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Unesco, resultando na Convenção de Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, que busca legitimar a ideia de tratamento diferenciado para os produtos tidos como caracteristicamente vinculados a cultura.

Enfaticamente, os Estados Unidos pressionaram as discussões, tentando até mesmo deslegitimar a conferência. O país esteve ausente da Unesco de 1984, sob o argumento da organização ser “excessivamente politizada”, retornando em 2002, em plena discussão da diversidade cultural e relações com o comércio. Isto demonstra o poder que a indústria de bens simbólicos assumia no país, respondendo por parte de sua riqueza. Ameaçar o que outros países chamavam de “diversidade cultural” era sinônimo, para os americanos, de ameaçar a produção de riquezas da nação. O presidente da época (2001-2009) era George W. Bush, que mantinha, segundo Harvey (HARVEY: 2011, p.112), uma retórica marcada pela tentativa de “equiparar a liberdade ao livre comércio, sem nada dizer sobre a possível incompatibilidade entre, de um lado, as liberdades de autodeterminação e, de outro, a disciplina imposta dos livres mercados e do comércio injusto”. Era a busca dessa liberdade proveitosa que fazia com que o país endurecesse a posição contra qualquer acordo que fosse contra o livre mercado, qualquer forma de pensar o desenvolvimento que se afastasse daquilo que os Estados Unidos concebiam enquanto tal. E a Convenção da Unesco prometia fazer isso com os bens simbólicos – ou seja, era uma afronta ao desenvolvimento visto através dos olhos americanos.

Sequer a escolha da Unesco como local de discussão fora unânime. A Unesco já possuía um consolidado histórico de ações e debates na área cultural. Além dos exemplos citados anteriormente, pode-se citar a presença da organização na elaboração da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural do Mundo, ratificada em 1972, e a Recomendação Internacional para Comércio de Bens Móveis Culturais, de 1978 (onde a organização já se debruçava sobre o comércio de bens culturais). No posterior documento da Convenção da Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, ao discorrer sobre o porquê de um instrumento jurídico sobre o tema, a Unesco explica a sua própria atuação se definindo como “a única agência das Nações Unidas encarregada da cultura” (UNESCO: 2005). Porém, a discordância estava em saber se o novo instrumento iria tratar realmente de aspectos relativos à cultura ou ao mercado. Duas disputas se exerceram: os conceitos e o local de discussão.

As duas disputas se basearam na argumentação de um grupo de países, exemplificado pelos Estados Unidos, mas que também continha países como Japão e Austrália, por exemplo, e pelas OMC e Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) em vincular os aspectos que a Convenção buscava propor a aspectos relativos ao comércio. Eram os reflexos desta Convenção para o mercado que geravam o incômodo. Na discussão sobre os conceitos,

O consenso se estabeleceu apenas na decisão de suprimir as definições de 'cultura' e 'capital cultural', enquanto que conceitos, tais como 'expressões culturais', 'bens e serviços culturais', 'proteção', fulcrais ao instrumento, permaneceram marcados por pontos de vistas divergentes, uma vez que veiculavam os principais interesses em jogo. (PITOMBO: 2009, p.194)

Quanto ao local, a discussão era entre a OMC ou a Unesco como lugar legítimo da discussão¹⁶. Mais uma vez, o pano de fundo era o caráter comercial que os bens simbólicos poderiam carregar, acompanhado pela possibilidade de, abordado em um caráter antropológico, qualquer produto ser caracterizado como comercial (desde a produção têxtil ao cultivo de milho, por exemplo). Pesava neste debate as diferenças entre essas instituições. Entre essas diferenças, estavam a posição no sistema internacional, sendo a OMC uma organização de relação autônoma e independente, ao passo que a Unesco é uma agência relacionada a ONU e responde ao Conselho Econômico Social; a área de atuação, que para a OMC se concentra nas relações de comércio internacional, enquanto a Unesco visa atuar na educação, comunicação, cultural, informação, patrimônio histórico e ciências; além das funções das duas organizações, visto que a OMC tem caráter sancionador, fiscalizados e controlador entre países signatários de cada acordo, enquanto a Unesco tem caráter propositivo, fiscalizador e pesquisador, com abrangência global (BRANT: 2005, p.140). Somava-se à defesa da Unesco como órgão adequado para a discussão (posição veemente defendida por países como a França e Canadá), a universalidade da instituição, que contava com cerca de 190 países-membros, além de possuir experiência na elaboração de instrumentos jurídicos internacionais. Apesar dos esforços em deslegitimar a Unesco enquanto local adequado, foi neste órgão que se deu continuidade à discussão sobre a Convenção.

¹⁶ Os Estados Unidos haviam se retirado da Unesco em 1984, sob argumentação que o órgão havia se tornado um "foro reivindicatório do terceiro mundo" (Evangelista: 2003, 128). O país retorna à Unesco apenas em 2003, dois anos após a Conferência Geral adotar a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural.

A posição dos Estados Unidos foi se acirrando com o passar da discussão da Unesco. Em junho de 2005, ano em que a Convenção fora aprovada, o país, através da declaração final, afirmava que “Esta convenção não é sobre cultura. O que temos visto em muitas publicações na mídia e em declarações dos Estados é que esta Convenção trata, na verdade, de comércio”¹⁷ (MORAES e PETERS: 2006, p.153). Ao delimitar a discussão da Unesco como questão de comércio, e não de cultura, os Estados Unidos visavam deslegitimar a Unesco enquanto órgão propositor da Convenção, o que levaria à anulação desta.

Porque é sobre o comércio, esta convenção excede claramente o mandato da Unesco. Além disso, pode prejudicar os direitos e obrigações acordados em outros acordos internacionais além de comprometer o sucesso das negociações da Rodada Doha de Desenvolvimento. Assim, isto pode recuar o progresso em direção à liberalização econômica que tanto tem feito para aumentar a prosperidade em todo o mundo, particularmente nos países em desenvolvimento, onde a cultura desempenha um papel tão importante no desenvolvimento¹⁸ (*Idem*)

O desapontamento dos Estados Unidos, quanto a forma como a Convenção foi conduzida, foi enfatizado em seus documentos devido ao caráter diverso do país e a compreensão deste da importância de se pensar a diversidade cultural. Esta foi a diretriz dos Estados Unidos para se aproximar da pauta da diversidade e condenar as ações da Unesco. Ainda assim, o país não deixa de afirmar que o modelo econômico tem ajudado os países em desenvolvimento, inclusive dentro do mercado de bens culturais. Não há paradoxo, para os Estados Unidos, nestas afirmações, nem problemas em falar em nome dos países chamados de “em desenvolvimento”. Ainda, a declaração vem com um tom de aviso sobre os problemas a serem enfrentados nos outros órgãos da ONU, bem como de um alerta sobre um possível enfraquecimento da Unesco. Quatro meses depois desta declaração, com a Convenção mantida, uma carta foi enviada pela Secretária de Estado norte-americana, Condolezza Rice, aos Ministros das Relações Exteriores dos países membros da Unesco, reforçando o texto da declaração anterior. Nesta carta, Condolezza

¹⁷ “This convention is not about culture. What we have seen in various press reports and official statements is that this convention is about trade”, conforme original. Tradução livre. (Declaração oficial dos Estados Unidos sobre a Convenção da Unesco *apud* MORAES e PETERS, 2006, p.153).

¹⁸ “Because it is about trade, this convention clearly exceeds the mandate of Unesco. Moreover, it could impair rights and obligations under other international agreements and adversely impact prospects for successful completion of the Doha Development round negotiations. In so doing, it will set back progress toward the economic liberalization that has done so much to increase prosperity throughout the world, particularly in developing countries, where culture plays such an important role in development”, conforme original. (*Idem*)

Rice reafirma o impacto da Convenção nos acordos de mercado e expressa a insatisfação do país.

Acreditamos que esta convenção poderá também ser usada de forma deturpada por alguns governos para justificar restrições ao livre fluxo de informações e para suprimir os pontos de vista minoritários ou práticas culturais das minorias. Esta convenção pode resultar no abuso por parte de forças que se opõem à liberdade de expressão e ao livre comércio.¹⁹ (*Ibidem*, p.155)

Os argumentos, mais uma vez, não diminuem a pauta da diversidade cultural nas discussões, mas continua a deslegitimar a Convenção por, supostamente, ter como consequência uma possível censura ou restrição da liberdade das expressões culturais. Na nota, Rice ainda afirma que não houve tempo suficiente para a discussão, dando à Convenção um caráter apressado e imaturo.

Os esforços dos Estados Unidos para adiar ou suprimir a Convenção, ainda que tenha gerado desconforto, provocando, por exemplo, a saída de alguns países da sala durante a votação, porém, não contornaram a Convenção. O resultado final da votação mostrou que apenas os Estados Unidos e Israel se posicionaram contra a adoção deste tratado. Quatro países se abstiveram - Honduras, Nicarágua, Austrália e Libéria – e 148 Estados-membros se posicionaram a favor da adoção. Portanto, na 33ª Conferência Geral da Unesco, realizada em Paris, entre 03 e 21 de outubro de 2005, a Convenção sobre a proteção e a promoção das expressões culturais foi adotada pelos países membros.

A Convenção prevê entre seus objetivos a criação de condições para a proteção e promoção da diversidade cultural, aliada, sempre, ao desenvolvimento humano e respeito aos direitos presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos. O documento final coloca para os Estados o dever de pensar políticas que possam concretizar os objetivos previstos, como no ponto “h”, que coloca como um dos objetivos da Convenção “reafirmar o direito soberano dos Estados de conservar, adotar e implementar as políticas e medidas que considerem apropriadas para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais em seu território” (UNESCO: 2007). O desafio que surge, portanto, é como garantir que as palavras expostas no documento possam se efetivar enquanto políticas decididas pelos governos dos países signatários.

¹⁹ “We believe this convention could also be misused by some governments to justify efforts to restrict the free flow of information and to suppress minority viewpoints or minority cultural practices. This convention invites abuse by forces opposed to freedom of expression and free trade”, conforme original. (*Ibidem*, p.155)

1.5 - Brasil: pensando as políticas culturais até a diversidade

Destaque foi dado à atuação do Brasil durante todo o processo da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Cultural. Porém é preciso entender em que conjuntura nacional foi possível o papel de evidência do país em tais discussões. Ainda, o decorrer da institucionalidade cultural no país. Olhando para estes fatores pode-se ter uma visão mais apurada do comportamento do país frente às políticas culturais, nacional e internacionalmente, a concepção adotada e a postura diante dos temas que elas foram desenvolvendo, desde o patrimônio nacional até as políticas para a diversidade.

Para entender os primeiro passos do Brasil dentro das políticas culturais é fundamental refletir sobre aquilo que se entenderá enquanto tal. Nestor García Canclini (CANCLINI: 2005, p. 78), que define política cultural como

Al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales em la actualidad (CANCLINI, 2005, p.78)

Assim, a política cultural pode ser vista tanto como o conjunto de normas jurídicas adotas por um Estado ou por outros agentes que definem a relação entre sujeitos e objetos culturais bem como ações diretas de ação cultural (a exemplo de procedimentos de estruturação material ou apoio financeiro).

A partir desse conceito citado, Rubim analisa as dimensões que as políticas culturais contemplam. Sem a intenção de ser exaustivo, o desmembramento do conceito de políticas culturais aciona o entendimento da noção de política, o conceito de cultura utilizado para inscrever as políticas neste campo, a delimitação dos atores, dos públicos, recursos, dos objetivos e metas, bem como a formulação das ações a serem desenvolvidas. Por fim, a transversalidade da cultura (as demais esferas que as políticas culturais compreendem, como comunicação e saúde, por exemplo) e a sistematização de tais políticas. Política cultural, portanto, requer as compreensões das duas palavras que a compõem – política e cultura, ambas revestidas de disputas conceituais e de variadas práxis – resultando numa simbiótica ação advinda da dialética destes conceitos, de

forma a não abrir mão do diagnóstico (necessidades culturais) para um objetivo maior (desenvolvimento simbólico e consenso de uma transformação social) (RUBIM: 2006).

1.6 - A política cultural brasileira

Feita a reflexão sobre política cultural e, para fins deste trabalho, consideradas as políticas de cultura que possuem como agente o Estado, é interessante observar a trajetória de tais políticas na história do país, compreendendo as experiências brasileiras anteriores ao momento estudado e abordando, posteriormente, este período. Os estudos sobre os momentos das políticas culturais no Brasil caracterizam e contextualizam esses momentos históricos, bem como oferecem, ao dialogarem criticamente, uma interpretação menos segmentada sobre a atuação do Estado brasileiro perante as culturas.

Considerando as políticas culturais dentro da atuação do Estado, conforme os conceitos tomados anteriormente, é necessário compreender que este deva trabalhar para a produção e uso da cultura, dentre outras esferas de atuação, voltadas para tal Estado. Dada essa premissa, este entendimento refuta as ações culturais desenvolvidas pela dominação portuguesa no Brasil, sejam nos tempos coloniais ou de império. Conforme Rubim, este período não pode ser inscrito dentro do histórico de ações culturais, pois a monarquia portuguesa “negava as culturas indígena e africana e bloqueava a ocidental” (RUBIM: 2007, p.13), perseguindo tais culturas, negando-as e proibindo a circulação da imprensa e de livros no país. A vinda da Corte Portuguesa, fugida do domínio de Napoleão Bonaparte, não compreende a inauguração das políticas culturais no país, apesar das ações voltadas para as artes e das mudanças quanto ao patrimônio e à imprensa. Tais atitudes são justificadas pela presença da Corte em terras brasileiras, visto que encontrou-se a “necessidade de criar pontos de apoio para o funcionamento de instituições exigidas pela construção de um império nos trópicos” (QUEIROZ, 2010, p.96). Não há, como pano de fundo destas ações, a compreensão do Brasil como público das ações nem a preocupação com o desenvolvimento simbólico local e para si (a ação é externa, baseada em valores portugueses e que integram um conjunto de ações para afirmação da Corte, sem projeto de desenvolvimento nacional circunscrito no Brasil).

Para destacar a diferença das pontuais ações do período colonial e do período da monarquia em terras brasileiras, é importante ressaltar que, em 1808 a Corte instala a

Imprensa Régia, que será o ponto precursor da criação de livros e jornais no país. Dentre as mudanças que o Império trouxe, cabe ainda destacar a missão artística francesa, vinda em 1816 por ordem de D. João VI, que trouxe ao país pintores, arquitetos e desenhistas, e a construção de instituições para o ensino e apresentações artísticas, como Academias para o ensino superior e o Real Teatro de São João, no Rio de Janeiro.

O ponto inaugural dos estudos em políticas culturais no Brasil mais aceito é, portanto, na ascensão de Getúlio Vargas à presidência do país (1930-1945), quando o país vivenciava as palavras de ordem voltadas para o progresso, para o saneamento e para a depuração dos costumes (BOMENY: 2012). Nesta conjuntura, o poeta Mário de Andrade fora convidado para assumir o Departamento Municipal de Cultura de São Paulo. Este novo departamento, criado na década de 30, tem como contexto a nova configuração econômica de São Paulo, que carregava até o ano de 1929 o posto de maior exportador de café e viu uma mudança no cenário econômico e político com a perda desta liderança.

Na nova organização da cidade de São Paulo, o Departamento de Cultura e outras instituições criadas, como a Escola de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo, teriam como objetivo refazer a “modernidade” da maior metrópole do país. Mário de Andrade, uma das figuras de maior destaque na busca de significar o modernismo no país, bem ilustrado na experiência da Semana de Arte Moderna de 1922, teria, assim, esta missão. Para além das discussões sobre a hegemonia de grupos de poder de São Paulo, o papel do Departamento deve ser refletido pelos frutos no meio cultural que ele trouxe, atuando a partir de um “desejo de democratização não só da cultura, como da vida nacional, [...] a construção da nação por meio da cultura independente e na mediação política” (BARBATO: 2004, p.11).

Uma das ações notáveis de Mário de Andrade foi a criação da Sociedade de Etnografia e Folclore (SEF), em 1936. Com a participação de antropólogos nacionais e estrangeiros, a exemplo do Claude Lévi-Strauss e sua esposa Dina Dreyfus, a SEF foi criada “para estimular pesquisas, catalogar e classificar as formas culturais populares ameaçadas de desaparecimento diante do ‘progresso e do internacionalismo’” (BOMENY: 2012, p.79). Assim, temos na experiência de Mário de Andrade a preocupação da política cultural para a cidadania e, dentro do aparelho burocrático, a criação de organizações desenvolvidas para as questões culturais. A identidade é objeto de busca, catálogo e reflexão. O próprio Mário de Andrade participa das Missões de

Pesquisas Folclóricas, financiada pelo Departamento, que passaram pela região metropolitana de São Paulo, pela Amazônia e pelo Nordeste.

Mário também se preocupava com o patrimônio nacional. Em 1937, é instituída a lei que funda o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão oficial para a preservação do patrimônio cultural do país. Autor do projeto, Mário de Andrade “previa oito categorias norteadoras de uma política de preservação do patrimônio: a arte arqueológica, a ameríndia, a popular, a histórica, a arte erudita nacional e estrangeira, as artes aplicadas nacionais e estrangeiras” (*Idem*, p.117), citando, desde então, as categorias de bem cultural tangível e intangível, ideias que, como vimos, foram, depois de décadas, exploradas dentro das discussões internacionais sobre as culturas.

Em 1937, ano do golpe de Getúlio Vargas que instaura o Estado Novo no Brasil, Mário de Andrade é retirado do cargo do Departamento. A mudança da prefeitura de São Paulo, saindo Fábio Prado e entrando Prestes Maia, causa uma fissura nos projetos começados por Mário. Isto porque a tônica do urbanismo e do progresso é intensificada e o receio de uma figura imponente à frente do Departamento, resultando no personalismo da instituição (o que, de fato, ocorrera com Mário de Andrade) levou a nova gestão a amenizar a instituição. Para o poeta, esse desligamento indesejado significou o descontentamento com o percurso político do país, expresso em seus escritos, onde registra que desceu “ao purgatório dum posto de comando” e se debateu “na espessa goma da burocracia”. (ANDRADE *apud* OLIVEIRA: 2005, p.18)

Rubim (2007) destaca as contribuições de Mário de Andrade a frente do Departamento de Cultura de São Paulo, pontuando, entre elas, a atuação de Mário para além da abrangência de São Paulo, local de atuação do Departamento Cultural, o que traz para este momento das políticas culturais no Brasil uma dimensão nacional. Seriam os demais pontos:

1. Estabelecer uma intervenção estatal sistemática abrangendo diferentes áreas da cultura;
2. Pensar a cultura como algo ‘tão vital como o pão’;
3. Propor uma definição ampla de cultura que extrapola as belas artes, sem desconsiderá-las, e que abarca, dentre outras, as culturas populares;
4. Assumir o patrimônio não só como material, tangível e possuído pelas elites, mas também como algo imaterial, intangível e pertinente aos diferentes estratos da sociedade;
5. Patrocinar duas missões etnográficas às regiões amazônicas e nordestina para pesquisar suas populações, deslocadas do eixo dinâmico do país e da sua jurisdição administrativa, mas possuidoras de significativos acervos culturais. (RUBIM: 2007, p.15)

Também no período de Vargas, outro nome marca a história do pensamento cultural pelo Estado no país. Em 1934, Gustavo Capanema assume o Ministério da Educação e Saúde Pública. É uma experiência de esfera federal, diferentemente do caso de Mário de Andrade, dentro de um ministério que, na época, enfatizava o desafio colocado na educação como intrinsecamente relacionado com as condições precárias do saneamento do país. Eram estas duas esferas estratégicas do governo para a construção do novo homem brasileiro. O próprio Capanema definiu o Ministério da Educação e Saúde Pública como: “O Ministério do Homem, destinado a preparar, compor e aperfeiçoar o homem do Brasil” (BADARÓ: 2000, p.248).

A atuação de Capanema na Educação trouxe significativas reformas para o setor no Brasil, com a discussão de um ensino obrigatório, laico e público no país, ainda que com perspectiva conservadora. Na cultura, expressivos nomes das artes deram o tom de suas políticas, como Oscar Niemeyer, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Manuel Bandeira, por exemplo. Sempre rodeado por notórios nomes do modernismo e tendo como chefe de gabinete o poeta Carlos Drummond de Andrade, Capanema buscava em suas ações a identidade nacional²⁰. Amigo pessoal de Mário de Andrade, que o considerava uma “figura simbólica, pelo seu trabalho pessoal, dos esforços culturais” (*Idem*, p.257), Capanema foi responsável por ações marcantes dentro da arquitetura, através do Sphan, e nas instituições de ensino e acervo cultural brasileiro, como a Biblioteca Nacional e diversos museus, como Nacional de Belas Artes, o do Ouro e o Imperial de Petrópolis.

Capanema ficou a frente do Ministério até 1945, quando Vargas foi deposto. Segundo Rubim, as experiências descritas das políticas culturais promovidas pelo Estado no Brasil até o momento caracterizam duas de suas “tristes tradições”: a ausência, com a inoperância do Estado frente às questões culturais, sem possuir uma ação sistematizada para a área, e o autoritarismo, reflexo dos governos ditatoriais, como o caso de Getúlio Vargas. A ausência é novamente o terreno que as políticas culturais encontram depois de Vargas, salvo por ações institucionais isoladas, como a criação do Ministério de Educação e Cultura (MEC) em 1953 e a continuidade das políticas do Sphan. O próximo intervalo de ações culturais pensadas pelo Estado no país será também acionado pela relação de governos autoritários com as políticas para a cultura,

²⁰ Uma dessas ações pode ser encontrada na criação de uma comissão para formular o vocabulário brasileiro, conforme Badaró (2000, p.245).

com a instalação do regime civil-militar em 1964, após um golpe de Estado (RUBIM: 2007).

Durante a ditadura, o contexto nacional sofre a influência de um novo aspecto: a cultura midiaticizada (RUBIM: 2007, p.20), que se sobressai ao circuito cultural universitário, predominante até o momento. O aspecto mais contundente deste período é a violência do Estado, que não recusa o uso de artifícios para instituir a liberdade vigiada, como o decreto do Ato Institucional 5 (AI-5), assinado em 1967, e que suspendia garantias anteriormente previstas na Constituição. Dentro do campo cultural, emergem manifestações de sustentação e contestação, tendo esta como exemplo a cultura marginal, que buscava “questionar certas hegemonias e subverter as posições hierárquicas que, a partir da reordenação da produção cultural brasileira pós AI-5, começavam a ser cristalizadas” (COELHO, 2010, p.27). Com isto é importante sublinhar que analisar as políticas culturais do Estado (e suas tradições, como a ausência, por exemplo) não significa um condicionamento da vida cultural através das políticas desenvolvidas por este, pois a dinâmica encontra-se para além das premissas institucionalizadas pelo Estado.

Quanto a relação de períodos autoritários com o de institucionalização das políticas culturais, assim como verificado no período getulista, a ditadura militar enxerga em seu momento histórico uma oportunidade de investir neste tipo de instituição e em outras esferas que a abrangem, como a comunicação social, visto que a instrumentalização destes gera benefícios para a imagem do governo dominante, através da divulgação de ideias e controle de conteúdo. Ainda, isto enaltece o aspecto político vinculado a cultura, sendo postas em prática ações conservadoras neste campo. É na ditadura que o Brasil irá traçar o seu primeiro Plano Nacional de Cultura, em 1975. São criados órgãos como a Fundação Nacional das Artes (Funarte) e a Fundação Pró-Memória, dentre outras.

No Estado de Segurança Nacional, não apenas o poder conferido pela cultura não é reprimido, mas é desenvolvido e plenamente utilizado. A única condição é que esse poder seja submisso ao Poder Nacional, com vistas à Segurança Nacional. Isto significa que o Estado deve estimular a cultura como meio de integração, mas sob controle do aparelho estatal. As ações governamentais tendem assim a adquirir um caráter sistêmico, centralizadas em torno no Poder Nacional. Daí da busca incessante pela concretização de um Sistema Nacional de Cultura (o que não é conseguido) e a efetiva consolidação de um Sistema Nacional de Turismo, em 1967, ou de um Sistema Nacional de Telecomunicações. O Estado procura, desta forma, integrar as partes a partir de um centro de decisão (ORTIZ: 2006, p.83)

Esta preocupação da ditadura em fortalecer o campo cultural também pode ser justificada pela presença constante deste debate feito internacionalmente pela Unesco, conforme visto anteriormente, que teve, entre as décadas de 70 e 80, ampla discussão sobre a implementação de políticas culturais nos países. Ainda, é importante lembrar que o Brasil passava pela euforia do “milagre econômico”, que substanciou empreendimentos culturais no país.

A terceira triste tradição apontada por Rubim é a instabilidade. Esta marca é bem forte no período de abertura democrática do Brasil, após 1984. O Ministério da Cultura é criado, mas sofre a troca constante de ministro, com dez nomes sucedendo-se no período de nove anos - entre os governos de José Sarney (1985-1989), Fernando Collor de Melo (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994). Neste período, como outro exemplo de instabilidade, Collor “acaba com o ministério, reduz a cultura a uma secretaria e extingue inúmeros órgãos, a exemplo da Funarte, Embrafilme, Pró-Memória, Fundação e Concine” (RUBIM: 2007, p.24).

A presença de José Sarney na presidência da república deixa um marcante legado para a discussão de políticas culturais no país, pois, em dois de julho de 1986, ele assina a lei nº 7.505, conhecida como Lei Sarney, prevendo benefícios fiscais para as empresas que investissem em cultura. A intenção do presidente, através desta lei, era aumentar o recurso financeiro para a cultura através da renúncia fiscal. O caminho, porém, é duvidoso, pois permite que o poder de decisão das escolhas seja feitos através da iniciativa privada, ainda que o recurso a ser investido seja do Estado. A Lei Sarney é interrompida em 1990, por Fernando Collor, mas o formato de lei de incentivo volta para a agenda nacional.

Esse formato de leis de incentivo volta a tomar caráter nacional com a Lei Federal de Incentivos Fiscais nº 8.313, criada em dezembro de 1991 e regulamentada em 1995, que se tornou conhecida como Lei Rouanet. A lei é assim batizada visto que foi proposta pelo ensaísta Sérgio Paulo Rouanet, que integrava a Secretaria de Cultura durante o governo Collor. Tal lei instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), pilar central do incentivo fiscal. Dentro do Pronac funcionam o Fundo Nacional de Cultura (FNC) e o Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart). A lei, em vigor até hoje, foi emblemática do neoliberalismo em consonância com as políticas culturais. (AMORIM: 2010)

A lei Rouanet incitou o debate por diversos autores (OLIVIERI, 2004; BRANT, 2009) sobre o caráter desta política, questionada por privatizar a decisão cultural, financiar o marketing cultural das empresas com dinheiro público e os reflexos desta

lógica, como a concentração de investimentos em grandes centros culturais, por ser de maior visibilidade de público, e de falta de investimento para novas linguagens e grupos, para que o capital investido não sofresse o risco de não retorno em imagem qualificada. Assim, apesar do Brasil levantar o debate do financiamento da cultural e instituir uma lei federal, os fins deste debate reforçam o modelo que vinha sendo seguido até então, com pouco (quando nenhum) espaço para ecoar dentro de variadas expressões culturais, ignoradas por falta de interesse do capital privado e pelo silêncio das políticas públicas para a área.

Nestes anos, dos episódios que podem ser destacadas para uma visão do Estado das diversidades das expressões culturais como algo que diz respeito a políticas públicas, destacam-se a Constituição de 1988, que inscreve a cultura como um direito e, dentro da institucionalidade, a ligação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ao Ministério da Justiça. Ainda em 1988, o Ministério da Cultura cria um órgão federal para promover a preservação, a proteção e a disseminação da cultura negra, a Fundação Palmares.

Como já citado, esta época após a ditadura militar se caracterizou pelo neoliberalismo, entendido como o sistema econômico que privilegiava a iniciativa privada em detrimento das garantias do Estado. Era incorporada a ideia que a gestão do Estado era débil e trazia benefícios menores que a iniciativa privada. Através desta forma de pensar, não apenas a lei Rouanet se explica, como o processo de privatizações ocorridos no Brasil. O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi emblemático nesta condução do neoliberalismo no país, inclusive para a cultura. A inspiração neoliberal para atuar na cultura é encontrada nos museus do Reino Unido e dos Estados Unidos a partir da década de 80, com a ascensão de Margaret Thatcher e Ronald Reagan (nomes símbolos do neoliberalismo no mundo), em 1979 e 1981, respectivamente. Ambos os governos foram marcados por “substituir o governo pelo mercado como instituição econômica e social, e de propagar o etos do mercado capitalista durante seus mandatos” (WU, 2006, p.27). No âmbito das artes e dos museus, as empresas se apossaram de famosas galerias, que chegaram a incorporar os nomes das marcas ao nome da instituição, a expor obras de arte que expressavam os produtos dos financiadores e a promover premiações homônimas à marca, forçando os jornais a grafarem o nome da empresa ao noticiarem as celebrações.

Inspirado neste modelo, o Ministério da Cultura, em 1995, lança uma cartilha para os empresários com o nome “Cultura é um bom negócio”. Na mesma linha que os

governos de Thatcher e Reagan, a intenção era vender o campo cultural como uma oportunidade de rentabilidade. Na Inglaterra, essa mesma estratégia fora realizada pelo governo, que lançou a cartilha “The arts is your business”. O material brasileiro voltado aos empresários explica os mecanismos da Lei Rouanet, mostrando que o investimento na cultura pode significar em lucros, um mercado que pretendia ser estimulado pela entrada do capital privado e assim o governo o vendia: “nunca os museus foram tão visitados, as obras de arte valorizadas e não há paralelo para os lucros que obtêm hoje os entretenimentos culturais e o show business” (BRASIL: 1995, p. 10).

Para o ministro da Cultura de Fernando Henrique Cardoso, o panorama de quantidade de projetos apresentados pelo Ministério deveria ser valorizado e o programa deveria ser ampliado: “O caminho para resolver essa questão não é tanto mudar a política, mas aumentar os recursos, tanto os que vêm das empresas quanto os recursos que vêm do orçamento direto do Estado” (WEFFORT: 2002). O ministro Francisco Weffort, em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo em 2002, último ano do mandato de Fernando Henrique Cardoso, elencou como os pontos fortes de sua administração: a política para o patrimônio, com o Projeto Monumenta e o Projeto de Resgate da Documentação Histórica Brasileira, e a retomada do cinema e das grandes exposições no país. Além disso, pontuou a consolidação do Ministério da Cultura. Dos pontos fracos, pontua a falta de representação nacional. “Nós temos delegados só em São Paulo, Rio, Minas e Pernambuco. Precisaríamos ter delegacias não necessariamente em cada Estado, mas em mais regiões do país” (*Idem*).

O quadro geral das políticas culturais no período de 1985 a 2002, portanto, foi de atitudes isoladas que raramente incorporaram a diversidade cultural dentro do Governo. A prática das políticas culturais no período pós-ditadura não foi suficiente para uma visão não-mercantil e baseada nos direitos culturais para a intervenção estatal no campo. Ao contrário, reforçou a tradição da ausência, ilustrada não apenas pela época em que o país não investia nem institucionalizava políticas para o campo, mas também quando, na possibilidade de o fazer, repassou a tarefa para o mercado e abriu mão de realizar dentro da cultura um projeto político em consonância com a diversidade cultural que se manifesta.

Em outras palavras, a tradução administrativa dessa ideologia é a compra de serviços culturais oferecidos por empresas que administram a cultura a partir dos critérios do mercado, alimentando privilégios e exclusões. Expressa-se pelo efêmero, liga-se ao mercado de consumo da moda, dedica-se aos espetáculos enquanto eventos sem raiz e proliferação de imagens para

consagração do consagrado, e volta-se para os aspectos intimistas da vida privada, isto é, para o narcisismo. (CHAUI: 2006, p.68)

A ausência, neste momento, é, portanto, ilustrada pela abdicação do poder protagonista do Estado em intervir de forma sistemática e eficiente no campo cultural, repassando para a rentabilidade do capital privado essas decisões. Uma mudança substancial na forma de se pensar e concretizar as políticas culturais e, dentro destas, o papel da diversidade das expressões culturais do país, virá com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência do país, acompanhado, em seu Ministério da Cultura, pelas gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira.

1.7. - O governo Lula: marco para as políticas culturais

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva foi a mais eloquente manifestação da nação brasileira pela necessidade e pela urgência da mudança. Não por uma mudança superficial ou meramente tática no xadrez de nossas possibilidades nacionais. Mas por uma mudança estratégica e essencial, que mergulhe fundo no corpo e no espírito do país. O ministro da Cultura entende assim o recado enviado pelos brasileiros, através da consagração popular do nome de um trabalhador, do nome de um brasileiro profundo, simples e direto, de um brasileiro identificado por cada um de nós como um seu igual, como um companheiro. (GIL: 2003)

É assim que Gilberto Gil, primeiro ministro da Cultura de Lula, começa o discurso de posse do MinC. Ele compreende em seu discurso a trajetória de tentativas do Partido dos Trabalhadores em chegar a presidência, desde a abertura democrática do país, junto com as forças sociais que emergiam conjuntamente com o partido. Mas, como vimos, a vitória eleitoral chegou em 2002, depois de experiências de gestões que exprimiram os valores neoliberais na nação. A chegada ao poder de Lula, como enfatizado na fala de Gil, é simbólica não apenas pelo histórico de movimentos de base do partido como também pela origem do próprio presidente Lula, advindo do cerne da classe trabalhadora brasileira. Neste sentido, a escolha do próprio Gil, como o mesmo aponta em seu discurso, também ganhar traços simbólicos: “De um homem que se engajou num sonho geracional de transformação do país, de um negro mestiço empenhado nas movimentações de sua gente, de um artista que nasceu dos solos mais generosos de nossa cultura popular” (*Idem*).

Através do discurso de posse de Gilberto Gil também podemos destacar outras mudanças em relação a forma e conteúdos das políticas culturais colocadas em prática pelo Estado brasileiro até o momento. São elas: (i) o conceito de cultura adotado pelo

Ministério da Cultura, (ii) o papel do Estado diante de tais políticas e (iii) a compreensão da identidade e diversidade cultural brasileira.

Para Gil, é essencial revisitar o conceito de cultura (i). Isso porque a evolução histórica do conceito de cultura, com a compreensão desta cada vez menos limitada ao campo das belas artes e do conhecimento, como mostrado anteriormente, não representou uma imediata absorção de uma visão antropológica para o campo institucional das políticas de Estado. Além disso, a visão elitista da cultura, vinda de governos também elitistas, posicionaram hierarquicamente as culturas populares abaixo da cultura oficial, europeia. Essa compreensão pode ser bem ilustrada a partir das políticas de patrimônio que privilegiaram, durante muito tempo, o apoio a reformas, manutenções e tombamentos de igrejas católicas, em contrapartida o primeiro terreiro considerado patrimônio nacional foi tombado pelo Iphan em agosto de 1986. Para Gil, é preciso ampliar o conceito de cultura dentro das ações do Ministério de Cultura:

O que entendo por cultura vai muito além do âmbito restrito e restritivo das concepções acadêmicas, ou dos ritos e da liturgia de uma suposta "classe artística e intelectual". Cultura, como alguém já disse, não é apenas "uma espécie de ignorância que distingue os estudiosos". Nem somente o que se produz no âmbito das formas canonizadas pelos códigos ocidentais, com as suas hierarquias suspeitas. (*Idem*)

Ele combate também a forma de tratar a cultura popular como folclore, experiência vivida no Brasil nos anos 1930, conforme visto anteriormente, pois essa forma de tratamento colocava a cultura popular em uma posição de atraso, de primitivismo. A ideia é tratar as culturas igualmente, pois a importância delas não pode ser medida. Nas palavras de Gil, “as ações do Ministério da Cultura deverão ser entendidas como exercícios de antropologia aplicada” (*Idem*). Soma-se a essa visão de cultura a noção do acesso à cultura como um direito. Gil inscreve a cultura dentro da mesma importância que a saúde, educação e moradia, direitos também previstos pela Constituição.

Entendendo a cultura como direito, ele também traz para o Estado o dever de cumprir as necessidades para que esse direito seja real (ii). Gilberto Gil enfatiza em seu discurso que “não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, criar condições de acesso universal aos bens simbólicos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, proporcionar condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais.” (*Idem*). O Estado é protagonista, assim, do desenvolvimento cultural do país. Gil diferencia a prática de um

Estado que instrumentaliza a cultura e condena aquele Estado que abdica de seu papel diante das questões culturais. Quando as Estado neoliberal e suas ações na esfera cultura, Gil deixa claro o seu posicionamento e, portanto, o da gestão governamental do Governo Lula diante esta tarefa. No discurso, ele pontua que o Estado “não deve atirar fora de seus ombros a responsabilidade pela formulação e execução de políticas públicas, apostando todas as suas fichas em mecanismos fiscais” (*Idem*), pois isso transfere ao mercado as decisões políticas que cabem ao Estado. Contudo, Gil fala de “correções” das leis de incentivo, e não da supressão destas, visto que se configuraram como um modelo de investimento que garantiu recurso à produção cultural e enfrenta um Ministério que possui poucas verbas para impulsionar os projetos culturais. A proposta de Gil se alinha, ainda, com uma visão da política cultural comprometida com um projeto político para o país, constituindo “parte do projeto geral de construção de uma nova hegemonia em nosso País” (*Idem*), e por isso ele enfatiza a necessidade de extrapolar o Ministério da Cultura ao falar de políticas culturais, enaltecendo o caráter transversal que essas políticas possuem para serem efetivadas.

O último ponto de destaque apresentado (iii) mostra o papel que as questões sobre identidade e diversidade cultural apresentarão no país. Isso será refletido em diversas ações do MinC para a cultura e em avanços em outros ministérios, pensando o projeto político do país em sua amplitude. Gil, que foi nome de destaque nas discussões internacionais sobre diversidade cultural, aponta desde o início de sua posse a relevância deste debate para a sua gestão.

A multiplicidade cultural brasileira é um fato. Paradoxalmente, a nossa unidade de cultura unidade básica, abrangente e profunda também. Em verdade, podemos mesmo dizer que a diversidade interna é, hoje, um dos nossos traços identitários mais nítidos. É o que faz com que um habitante da favela carioca, vinculado ao samba e à macumba, e um caboclo amazônico, cultivando carimbós e encantados, sintam-se e, de fato, sejam igualmente brasileiros. Como bem disse Agostinho da Silva, o Brasil não é o país do isto ou aquilo, mas o país do isto e aquilo. Somos um povo mestiço que vem criando, ao longo dos séculos, uma cultura essencialmente sincrética. Uma cultura diversificada, plural mas que é como um verbo conjugado por pessoas diversas, em tempos e modos distintos. Porque, ao mesmo tempo, essa cultura é una: cultura tropical sincrética tecida ao abrigo e à luz da língua portuguesa. (*Idem*)

Assim, desde sua entrada no Ministério da Cultura, Gil destaca a junção do entendimento de identidade e diversidade cultural. Como dito, esta será uma marca nas políticas culturais do governo nesta gestão. Daremos destaque a institucionalização mais

direta deste discurso, a criação da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural no durante o governo de Lula, institucionalizado em 2004, e as ações desenvolvidas por esta.

CAPÍTULO II - Uma Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural

A expressão diversidade cultural abre o relatório do Ministério da Cultura sobre as atividades do Poder Executivo na pasta durante o ano de 2003, primeiro ano do mandato do presidente Lula, publicado pela Controladoria Geral da União em abril de 2004. O documento enaltece a diversidade cultural como um aspecto enriquecedor para as atuações do Ministério. É o primeiro ano de Gilberto Gil enquanto ministro da cultura. Gil imprimirá desde o início da sua gestão o discurso de proteção e promoção à diversidade cultural brasileira, conforme visto no discurso de posse e, posteriormente, conforme declarações e posições do Brasil nos debates internacionais da Unesco, que foram guiados por este assunto nas últimas décadas. Neste primeiro relatório, é também reforçada a ideia de recondução do Ministério da Cultura às funções de execução de políticas para a cultura com destaque para a inclusão sócio-cultural. Isso significa um contraponto à ausência do Estado frente às políticas culturais bem como a estabilização do Ministério da Cultura, depois das experiências de instabilidades. Ainda, a política cultural enfatiza, ao cunhar a expressão “sócio-cultural”, o aspecto de inclusão, um dos alicerces do discurso do projeto do Partido dos Trabalhadores para a nova presidência. O documento aponta, ainda, os entraves do Ministério para o ano de 2003, visto que este se encontrava vinculado ao Plano Plurianual de 2000-2003 junto ao Orçamento de 2003. O Ministério enfrentava, portanto, os desafios da transição, que incluíam a revisão e reavaliação dos programas na área da cultura, a forma de pensar e agir das políticas culturais do Estado e a formulação do Plano Plurianual 2004-2007.

Este momento inicial, marcado por tais dificuldades, portanto, é utilizado pelo Ministério para pensar estratégias de atuação, tecendo articulações, pontuando prioridades e promovendo debates internos e em conjunto com a sociedade sobre a atuação do Estado para a cultura. Dentre os aspectos de destaque, está a própria burocracia interna do Ministério e a ênfase da democratização cultural.

O Ministério da Cultura colocou-se alguns desafios, com a criação de um sistema nacional de cultura e de um sistema de financiamento, os quais incluem a configuração e a institucionalização de uma política nacional, a reforma dos mecanismos de financiamento e a democratização cultural. A consecução dessas metas impõe ao governo a articulação com diversas instituições como Ministério da Educação, universidades, Ministério do Trabalho, instituições culturais públicas regionais, em especial em estados e municípios, e o aperfeiçoamento dos instrumentos institucionais do próprio ministério. Além disso, impõe-se o aumento dos recursos financeiros disponíveis, compromisso longe de estar selado. (MINC: 2007, p.72)

Neste primeiro ano, o Ministério da Cultura se estruturava com as seguintes secretarias: Secretaria de Formulação e Avaliação de Políticas Culturais; Secretaria de Desenvolvimento de Programas e Projetos Culturais; Secretaria para o Desenvolvimento das Artes Audiovisuais; Secretaria de Apoio à Preservação da Identidade Cultural e Secretaria de Articulação Institucional e de Difusão Cultural. O novo desenho do Ministério da Cultura será feito em abril de 2004. O Decreto nº 5.036, de 7 de abril de 2004, estipula o quadro regimental do MinC, colocando em sua estrutura organizacional a Secretaria de Políticas Culturais; Secretaria de Programas e Projetos Culturais; Secretaria do Audiovisual; Secretaria de Articulação Institucional; Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura e a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural. O mesmo decreto estabelece, no artigo 11, as competências desta última Secretaria.

Art. 11. À Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural compete:

I - promover e apoiar as atividades de incentivo à diversidade e ao intercâmbio cultural como meios de promoção da cidadania, a cargo do Ministério;

II - acompanhar, em conjunto com a Secretaria de Articulação Institucional da Cultura, a implementação dos fóruns de política cultural, responsáveis pela articulação entre o Ministério e a comunidade cultural; e

III - subsidiar a Secretaria de Políticas Culturais no processo de formulação das políticas públicas da área cultural relacionadas com a promoção da diversidade e do intercâmbio cultural e a proteção dos direitos autorais. (CASA CIVIL: 2004)

Cabe ressaltar, para compreensão de competências legais da SID em uma compreensão cronológica, que, em abril de 2009, através do decreto nº 6.835, de 30 de abril, à Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural são acrescidas competências. Há continuidade nas designações para a instituição, mantendo como foco a promoção das políticas para diversidade cultural tendo como guia a cidadania.

Art. 16. À Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural compete:

I - promover e apoiar as atividades de incentivo à diversidade e ao intercâmbio cultural como meios de promoção da cidadania, a cargo do Ministério;

II - instituir programas de fomento às atividades de incentivo à diversidade e ao intercâmbio cultural como meios de promoção da cidadania, a cargo do Ministério;

III - planejar, coordenar e executar as atividades relativas à recepção, análise, controle, acompanhamento e avaliação de projetos culturais de incentivo à diversidade e ao intercâmbio cultural como meios de promoção da cidadania encaminhados ao Ministério;

IV - executar as atividades relativas à celebração e à prestação de contas dos convênios, acordos e outros instrumentos congêneres, que envolvam a transferência de recursos do Orçamento Geral da União, no âmbito de sua área de atuação; e

V - subsidiar a Secretaria de Políticas Culturais no processo de formulação das políticas públicas da área cultural relacionadas com a promoção da diversidade e do fortalecimento de identidades. (CASA CIVIL: 2009)

Da designação das competências, pode-se inferir que a SID é uma síntese institucional de grande parte das discussões acerca da diversidade cultural internacionalmente. Considerando o primeiro decreto, que é válido durante o maior tempo de atuação da Secretaria, pode-se inferir que o inciso I do artigo deste decreto reforça, por exemplo, a ideia da diversidade cultural inscrita dentro do direito, coerente com uma postura de apoio nacional à aprovação de um instrumento jurídico sobre o tema, caso da Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, aprovada em 2005, bem como com a inclusão da cultura dentro dos regimentos jurídicos nacionais desde a Constituição de 1988. O inciso II explana sobre outro aspecto fundante da cidadania cultural, que se baseia na consulta pública para elaboração das políticas culturais, princípio amplamente difundido pelo Ministério da Cultura durante o Governo Lula, reforçando o caráter público das políticas. O inciso III trata da colaboração na formulação de políticas e inclui a proteção dos direitos autorais, também marca da discussão internacional, devido aos pontos discutidos sobre a relação de mercado e cultura. A ênfase na cidadania cultural na criação da SID é um caminho comum de diversas ações do Ministério da Cultura neste período. A compreensão da cultura enquanto direito, por mais que possa exprimir ambiguidades ou deixar imprecisa a sua aplicabilidade, é um elemento crucial para compreender as possibilidades e fundamentos do pensamento desta Secretaria.

2.1 - O direito e a cidadania na diversidade cultural

A ampliação do conceito de cultura proposta por Gilberto Gil, refletida no âmbito da criação da Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural (SID), não busca se restringir apenas a atuação do Ministério da Cultura em determinados setores. Esta concepção buscará diálogos com outras esferas do governo e será tida como um dos destaques da atuação ministerial. Assim, fazendo uma reversão cronológica, pode-se dar destaque ao processo avaliativo das gestões do Ministério da Cultura durante o governo Lula, através das publicações de balanço e relatório do Ministério no final da gestão de

Juca Ferreira (ministro entre os anos 2008 a 2010). Este olhar facilita compreender a atuação e gestão da SID, bem como seu papel dentro do MinC. Com estas considerações, pode-se explicar que o MinC, durante todo o governo Lula, atuará diante da cultura a considerando através de três dimensões: simbólica, cidadã e econômica.

A dimensão simbólica é compreendida como as “possibilidades de criação expressas nas práticas sociais, nos modos de vida e nas visões de mundo” (MINC: 2010, p.8). O sentido inclusivo desta política é destacado pelo Ministério, que propõe manter o reconhecimento da produção simbólica dos atores que já possuíam destaque pelas políticas culturais, como a arquitetura lusa e a música erudita, bem como englobar em sua atuação novos segmentos, por vezes esquecido por tais políticas, como grupos identitários e mestres de saber popular.

Na dimensão cidadã, incorpora-se a discussão da cultura enquanto um direito. O Ministério, em material informativo, reconhece a inspiração na própria Constituição brasileira, citando o artigo 215 que define o Estado como “garantidor ao pleno exercício dos direitos culturais”. Ainda dentro da dimensão cidadã, o MinC potencializa o papel do cidadão para as decisões da pasta, destacando a participação popular em seus fóruns de formulação de políticas culturais, conforme experiências de conferências de cultura.

Por fim, a dimensão econômica. Como visto no capítulo anterior, a relação entre o mercado e a cultura foi aprofundada durante as últimas décadas do século passado. Como reflexo, tem-se a compreensão da cultura enquanto parte integrante da geração de renda e trabalho de um país. De forma ampliada, inscreve-se a cultura como parte integrante de desenvolvimento do país, incorporando ao projeto econômico do país as questões que perpassam o cenário cultural.

Dentro destas três dimensões apontadas pelo Ministério da Cultura, pode-se pensar uma interface com o discurso de diversidade cultural, incluindo citações que apontam para exemplos de práticas da própria SID. Na dimensão simbólica, destaca-se o reconhecimento da diversidade de atores e de expressões culturais bem como a dinâmica administrativa do próprio ministério, a exemplo das políticas de editais, que se redesenha, simplificando o processo de inscrição e permitindo o uso da oralidade. Na dimensão cidadã, enfatiza a Constituição e, portanto, põe na esfera jurídica federal a igualdade das culturas em termos de direitos. Na dimensão econômica, reconhece a diversidade cultural como patrimônio e coloca como desafio o reconhecimento desta “exuberância que desperta admiração” em retorno econômico (MINC: 2010).

A SID, portanto, caminha junto ao Ministério da Cultura como uma síntese das discussões sobre a identidade e diversidade cultural, abrangendo as três dimensões destacadas pelo Ministério da Cultura no período do Governo Lula. Mas o destaque é dado para a compreensão das políticas desta Secretaria como forma de pensar o direito e a cidadania cultural. Em cartilha informativa institucional, a SID se coloca como parte integrante das ações do governo para a dimensão cidadã da cultura:

Orientada pelo princípio da dimensão cidadã da cultura, a SID desenvolve suas políticas em parceria com a sociedade civil, articulando lideranças e entidades representativas, por meio da constituição de grupos de trabalho, colegiados, fóruns, oficinas temáticas, seminários e congressos, além da representação que realiza em diversas comissões temáticas, comitês executivos e instâncias intergovernamentais de formulação e acompanhamento de políticas públicas. A interação permanente garante o protagonismo dos segmentos nas ações do Ministério da Cultura. (MINC: 2010)

A ideia de cidadania é, portanto, a justificativa inscrita nas ações da Secretaria, que engloba a diversidade cultural como elemento fundamental para a formação de uma nação cidadã. O conceito de cidadania, porém, assim como o de cultura, não é posto de forma consensual em sua história. Assim como a política cultural, percorreu contextos e definições variadas. Interligada a ideia de cidade, desde a concepção aristotélica, cidadania advinha da pertença do homem a uma cidade, partícipe da vida pública. Cidadão, porém, não estava necessariamente ligado a ideia de igualdade entre todos os homens, visto que a compreensão já teve caráter restritivo, excluindo, por exemplo, mulheres, escravos e estrangeiros dessa concepção. A tradição contratualista, nos séculos XVII e XVIII, imprime à cidadania a ideia de contrato firmado entre os cidadãos e o Estado, emblemática na obra “O contrato social”, de Jean-Jacques Rousseau. Esta noção viria a ser contraposta com a noção de direitos dos homens, abarcando também a concepção de jusnaturalismo, que concebia o direito como algo natural, vista como leis superiores e não impostas pela relação com o Estado, tal qual dito, posteriormente na Declaração Francesa de 1789, que coloca os homens como livres e iguais em seus direitos desde o nascimento. (BOTELHO e SCHWARCZ: 2012).

O contorno da cidadania conforme incorporado na Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural pode ser compreendido desde as lutas civis que deram corpo a uma noção de cidadania enquanto o convívio entre os diversos grupos sociais, aceitando as diferenças das expressões coletivas e individuais como preceitos da igualdade. Isso é

uma característica destacada pelos movimentos sociais de defesa das minorias, que, principalmente após 1970, inscreveram, progressivamente, a ideia de igualdade em harmonia com a diversidade cultural, sendo esta vista como um direito a ser garantido pelo Estado. Isto foi verificado no Brasil através dos movimentos feminista, ambiental, LGBTs e negro. A transição democrática do país absorveria parte de tais demandas, abrindo a nova possibilidade de compreensão da cidadania no país “com o reconhecimento e o exercício pleno de direitos de todas as ordens garantidos pela Constituição de 1988, não por acaso denominada de ‘cidadã’”²¹ (*Idem*: p. 21).

As crescentes pressões sociais por justiça material levaram à percepção de novos direitos individuais e, conseqüentemente, à ampliação dos significados e sentidos da cidadania, por meio das lutas por direito à moradia, à saúde e à educação básica, por exemplo. A grande inovação ficou por conta da emergência das lutas por novos direitos, que não mais se referem exclusivamente a indivíduos, abrangendo grupos, etnias, nações e a própria humanidade, por exemplo, em seu direito a um meio ambiente equilibrado, à paz ou à transmissão do patrimônio ecológico e/ou cultural às gerações futuras. (*Idem*: p.22 e 23)

A Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural, portanto, incorpora, além da discussão que passa diretamente ao seu fim, ou seja, as políticas de proteção e promoção à diversidade, a ideia de cidadania como um dos elementos centrais de sua atuação. Essa ideia se encontra na percepção da expressão das diversidades culturais enquanto direito. Assim, a SID reafirma a visão do direito à cultura previsto na Constituição - que dispõe do Parágrafo Primeiro do artigo 215 que "o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional" (CF: 1988) - e traz para a institucionalidade um projeto que vislumbre a diversidade cultural enquanto direito e parte fundamental da cidadania. Para isso, ela também integra a esta visão a percepção da aplicabilidade deste direito enquanto forma de atenuar as desigualdades históricas. Assim como o movimento negro lutou para a questão racial no país tivesse o momento de inflexão a partir do reconhecimento das desvantagens estabelecidas inclusive pelo próprio Estado (a exemplo da Lei de Terras, que instituiu a propriedade privada anos antes de abolir a escravidão, dificultando aos negros a posse das terras seja para moradia ou para cultivo), a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural também estabelece como

²¹ A Constituição Federal de 1988 normatiza os direitos culturais, mas pode-se dizer que o Brasil já concebia os direitos culturais visto que eles já estão sinalizados na Declaração Universal dos Direitos dos Humanos, assinada em 1948.

público as culturas desprivilegiadas pela ação do Estado, através da discriminação (vale lembrar que o samba, a capoeira e candomblé, por exemplo, foram tirados da criminalidade durante o governo de Getúlio Vargas) ou da ausência de intervenções e valorização, o que agrega a estas políticas o caráter afirmativo dessas minorias. Esta é uma política conquistada por os movimentos de minorias.

À lei igual para todos incorpora-se o princípio de que desiguais devem ser tratados de forma desigual. Cresce a força de movimentos segundo os quais a lei, pra cumprir suas funções, deve ser desigual para indivíduos que são desiguais na vida real. Assim, passam a ser defendidas a elaboração de políticas que tenham por finalidade diminuir a desigualdade. Políticas afirmativas traduzem a ideia de que cabe à lei e também ao poder público interferir na desigualdade concreta. (SADEK *in* BOTELHO: 2012, p. 34)

A institucionalização de uma Secretaria afirmativa para as políticas culturais de identidade e diversidade cultural representa uma inovação política na agenda brasileira na concepção de cidadania, de cultura e de política cultural. Coloca a cidadania como plenitude da igualdade, com as reparações dos processos históricos que provocaram as desigualdades, concebe a cultura de forma plural, tal qual expressa nos discursos do Ministério da Cultura, e compreende a política cultural como integrada a um projeto político de garantia de direitos aos cidadãos, interligando a cidadania à política da Secretaria através das competências designadas. Ainda sobre a cidadania, também pode-se ressaltar que ela é colocada na parte fundante da Secretaria bem como em seus objetivos, ou seja, além de ser uma competência a ser usada como guia de suas ações, às diversas expressões culturais é tutelado o direito à voz, vistas como sujeitos e não como receptores da política pronta.

Assim como a ampliação do conceito de cultura, esse direcionamento para a cidadania cultural também coloca a Secretaria como uma das ações do Ministério da Cultura que representa uma mudança na relação dos órgãos estatais com a cultura. Resgatando o histórico da forma como o Brasil lidou com as políticas culturais, percebe-se que a Secretaria traz uma ideia de contraponto a tendência antidemocrática, quando o Estado dirigia a cultura, como produtor oficial dela, ou incorporava a cultura elitista como elemento único das políticas.

Se o Estado não é produtor de cultura nem instrumento para seu consumo, que relação pode ele ter com ela? Pode concebê-la como um *direito do cidadão* e, portanto, assegurar o direito de acesso às obras culturais produzidas, particularmente o direito de fruí-las, o direito de criar as obras,

isto é, produzi-las, e o direito de participar das decisões sobre políticas culturais. (CHAUÍ: 2006, p.136)²²

A participação nas decisões, no pensamento de Marilena Chauí, é parte constitutiva da cidadania. Esta compreensão é importante, pois não coloca o Estado no papel de decifrar as necessidades do outro e de agir diante seus diagnósticos. Ao contrário, a formulação das ações passa pelo diálogo com o outro, respeitado, assim, como parte integrante do projeto de nação e, portanto, como reflexo dentro do Estado. Aí reside outra competência da Secretaria, que prevê, em conjunto com a Secretaria de Articulação Institucional, a implementação de fóruns sobre política cultural com a finalidade de promover o diálogo entre o Ministério e a comunidade cultural. Chauí ainda inscreve a cidadania cultural dentro de uma posição política, enfatizando que a cidadania cultural opõe-se “à política neoliberal, que abandona a garantia dos direitos, transformando-os em *serviços* vendidos e comprados no mercado e, portanto, em privilégios de classe” (*Idem*, p. 138).

A Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural, portanto, representa uma possibilidade institucional na configuração do Brasil durante o Governo Lula, pois houve uma ampliação do conceito de cultura com a inclusão da diversidade cultural na agenda brasileira. Assim, foi possibilitado o reconhecimento de expressões culturais organizadas e compreendidas como excluídas de foco institucional em outros governos ou, ainda, reconhecido o caráter excludente nas esferas sócio-econômicas anteriores ou durante as mudanças ocorridas na conjuntura internacional. Há também uma postura de superação da passividade destes atores, sendo colocado o movimento de demandas de baixo para cima na escala hierárquica governamental. Este esforço pode ser reconhecido como uma projeção nova para a diversidade cultural, ainda que esbarre em dificuldades logísticas, como ausência de recursos humanos para o amplo mapeamento das comunidades, resultante também do pouco orçamento destinado à SID e, ainda, da impossibilidade das ações inscritas somente no Ministério da Cultura responder pelas demandas complexas das culturas.

Ao buscar a cidadania, também é importante dizer que SID busca a superação da sua própria existência. Fincada nas desigualdades históricas e em seus reflexos sociais que permanecem na sociedade, atuar para a diversidade cultural tendo como visão estratégica a cidadania coloca o fundamento da igualdade como maior resultado

²² Apesar do uso das expressões “produtor” e “obras”, a autora enfatiza o sentido antropológico da produção, incluindo a preservação da memória.

esperado das políticas. Ou seja, a cidadania cultural aboliria a necessidade de existir políticas específicas para as culturas que não são dominantes, pois, a partir da igualdade destas, podem elas competir em iguais condições pelos editais temáticos das linguagens artísticas, por exemplo. Nas palavras do ex-Secretário de Identidade e Diversidade Cultural, Américo Córdula:

Começamos com essa atuação específica [editais para as expressões culturais] até conseguir uma cidadania cultural plena. Isto implica na possibilidade de um índio, por exemplo, concorrer com quaisquer outros atores que fazem vídeo. Isso, hoje, não dá para fazer, mas é o objetivo de uma cidadania plena. (CÓRDULA: entrevista, 2011)

2.2 - A criação da Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural

Dada a legislação e o aspecto fundante da cidadania introjetado na ideia de identidade e diversidade cultural refletida no discurso e ação da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural, cabe compreender o processo de criação de tal Secretaria. Este processo de criação acontece no diálogo de diferentes aspectos da política nacional, desde a mudança de conjuntura com a troca de partidos no executivo federal, até os aspectos simbólicos dos personagens envolvidos na esfera pública da cultura na época.

O preenchimento dos cargos da nova gestão governamental federal com a saída de Fernando Henrique Cardoso e transição para o primeiro quadriênio do governo Lula requer a habilidade de negociação política com os diversos partidos e setores que compunham a coligação encabeçada pela candidatura do Partido dos Trabalhadores. Olhando para dentro do próprio partido, pode-se inferir que a cultura já encontrara um local de discussão para o programa partidário, ainda que embrionário, institucionalizado partidariamente através da Secretaria Nacional de Cultura do PT, aprovada pelo Diretório Nacional do partido em março de 2003. As expectativas, resultantes dessa organização partidária feita de forma mais consolidada que as demais forças integrantes da aliança, apontavam para a formação de um Ministério da Cultura, por onde seriam desenvolvidas as ações de tal governo para o campo da cultura, destinado ao preenchimento por militantes diretamente ligados ao partido e/ou sua recente Secretaria Nacional de Cultura. Porém, a escolha do presidente para o cargo foi o cantor e compositor Gilberto Gil, então filiado ao Partido Verde. A escolha de Gilberto Gil para o cargo gerou o problema de acomodação de “candidatos virtuais” ao cargo, militantes históricos da cultura do PT que contavam com a pasta da cultura para o partido. Este é o

quadro apontado por Américo Córdula, segundo secretário da Identidade e Diversidade Cultural:

Claro que houve um conflito, um tensionamento sobre onde acomodar as pessoas. O Mamberti teve como proposta ser secretário do Gil para assessorá-lo no gabinete. [...]Ele não ficou satisfeito, pois achava que poderia contribuir nas decisões estratégicas e ficou relegado a um segundo plano. Essa insatisfação chega a Lula que chama o Ministro da Casa Civil e o Gilberto Gil e diz sobre essa insatisfação, colocando que deveria ser solucionada. Assim, o Mamberti apontou que uma das preocupações dentro do partido era a discussão da diversidade cultural, apontando que a diversidade cultural precisava ser atendida e que a secretaria deveria ser criada para dar conta de atender a esses segmentos. (CÓRDULA: 2013)

O mesmo panorama é apresentado por Paulo Miguez, Secretário de Políticas Culturais durante os primeiros anos do governo Lula. Miguez endossa o quadro de “engenharia institucional” com a transição de governos e pontua que o fruto desta discussão (a SID) se consolida em tempos de discussões internacionais sobre a diversidade cultural, sendo uma decisão acertada ainda que feita em meio a indefinições.

Eu diria que quando o MinC criou a SID, e criou atendendo a um conjunto de elementos da engenharia interna do ministério, a gente, naquele momento, atirou no que viu e acertou no que não viu. Vimos a necessidade de acomodar figuras, temas, etc., mas o tema ainda não era efetivamente um tema e no momento seguinte se torna, e o MinC já tinha uma unidade institucionalizada que estaria voltada a isso. (MIGUEZ: 2013)

A efetividade do tema ao qual Paulo Miguez se refere está relacionada diretamente com o processo de aprovação da Convenção da Proteção e Promoção à Diversidade das Expressões Culturais da Unesco, aprovada em 2005, em um longo processo abordado no primeiro capítulo deste trabalho. Aqui fica importante ressaltar que a participação do Brasil teve destaque, com amplo apoio dos países envolvidos na Convenção:

As posições brasileiras receberam apoio significativo de grande parte das delegações presentes, garantindo a inclusão de princípios fundamentais de nossa política cultural no texto da convenção. Entre elas destacam-se: a defesa do direito soberano dos Estados de formularem e executarem políticas culturais voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural; a defesa de um sistema internacional mais equilibrado de trocas de bens e serviços culturais; a defesa da não-inclusão de compromissos adicionais a respeito da propriedade intelectual no texto da citada convenção; a defesa de mecanismos eficazes de cooperação internacional voltados à proteção e promoção da diversidade cultural; e a defesa dos direitos das minorias e das

populações tradicionais, como povos indígenas e quilombolas, notadamente sobre seus conhecimentos tradicionais. (MIGUEZ *in* LOPES e CALABRE: 2005, p. 19 e 20)

Um dos responsáveis pela capacidade brasileira de articular o tema da diversidade cultural internacionalmente foi o próprio ministro Gilberto Gil. Com carreira artística e militância reconhecidas, Gil agregou às discussões brasileiras o seu “capital simbólico”, reconhecido no depoimento de Américo Córdula sobre esta questão: “aproveitamos muito esse patrimônio que o Gil tem como pessoa pública, patrimônio do mundo, e isso potencializou muito a discussão da diversidade” (CÓRDULA: 2013). O tema da diversidade cultural, portanto, partiu também de interesse do gabinete de Gilberto Gil, que costurava em suas articulações a inclusão da diversidade nas políticas.

Américo Córdula destaca que o próprio engrandecer da SID esteve relacionado com o reconhecimento das ações da Secretaria por Gilberto Gil, sendo um soma dos esforços dos trabalhadores da Secretaria e todas as dificuldades administrativas que enfrentavam e a capacidade de capilarização desta política aos setores populares da cultura brasileira.

O marco decisivo para o reconhecimento da Secretaria foi em 2005, quando Gilberto Gil foi à abertura do Seminário de Políticas Culturais para a Cultura Popular. O Seminário teve a presença de 1200 pessoas, sendo que destas 800 eram mestres da cultura popular, vindos de dezesseis estados do país. Ele [Gil] ficou impressionado e disse que foi o maior evento que o Ministério tinha feito. Gil enfatizou que o que estava sendo feito [políticas da SID] era de fato muito sério, trazendo reconhecimento para o que estava sendo feito. (CÓRDULA: 2013)

Este reconhecimento, conforme descrito, e de acordo com a incisiva defesa dos direitos das minorias e percepção da diversidade cultural através do prisma da cidadania, também se relaciona com a forma de perceber as políticas culturais do Estado enquanto ponto de mudança da gestão federal anterior, conforme já abordamos. Assim, tem-se a possibilidade de inflexão com políticas que, em vez de manter a lógica anterior de abastecer apenas a cultura cunhada de elitista, voltar-se para as demais expressões culturais, conferindo legitimidade a elas e igualando-as em riqueza simbólica. É importante destacar, contudo, que a mudança discursiva resultou em incongruências operacionais, como a reduzida percentagem de recursos destinados à SID e a manutenção de políticas de marketing cultural, com a ausência de reforma da Lei Rouanet. Entretanto, firma-se como forte atributo da política desenvolvida pela SID a

capacidade de envolver diversos setores da sociedade, de forma a contemplar a organização destes e de reconhecê-los como parte integrante do universo cultural brasileiro.

2.3 - Delimitando a atuação para a diversidade cultural

Dentro das competências elencadas para a SID encontra-se a articulação de fóruns entre o Ministério da Cultura e a comunidade cultural. Também dentro da ideia de atuação do MinC durante o governo Lula foi posta em destaque a dimensão cidadã da cultura, que abraça a ideia de construção de políticas de acordo com as consultas públicas e participação da sociedade, aliando as políticas culturais a construção de um projeto de cidadania para o país. Esses aspectos são importantes para compreender a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural visto que ela se inscreve na percepção dos públicos alvos conforme esse viés de cidadania bem como se coloca no processo de diálogo com tais grupos, de forma a desviar-se de um possível dirigismo e/ou determinismo estatal quanto a essas políticas culturais a serem postas em prática. Inclui-se, nesse aspecto, a própria forma de concretizar estas políticas, que seguem formatos ampliadores através dos editais e prêmios, não limitando a temáticas específicas (os editais não se apegam a uma parte da expressão cultural, pelo contrário, a torna o próprio motivo) e sendo resultantes de processos de participação.

Ressaltando o aspecto de cidadania, a SID parte de uma conjuntura de desigualdades na qual se encontra o país, enfaticamente no período neoliberal, mas nem por isso negando o histórico de ações que excluía diversos setores da sociedade, conforme visto no decorrer das políticas culturais no país. A desigualdade da sociedade brasileira reflete-se dentro do campo da cultura com o privilégio de alguns setores frente a outros. Como visto, na política cultural brasileira esse fato pode ser ilustrado nas formas autoritárias, dirigistas e elitistas de conduzir as políticas culturais. Até mesmo o recorte conceitual do que se engloba enquanto cultura, que fora entendido como expressão de belas artes e de conhecimento, funciona como um limador de determinadas expressões culturais, reduzidas a grupos tradicionais e folcloristas para atuação de patrimônio intangível, como os indígenas, ou ainda como subculturas ou expressões de falta de cultura.

A SID, portanto, tem o compromisso político de integrar nas políticas culturais os setores culturais da sociedade brasileira que sofreram com a exclusão contínua

estatal. Esse compromisso está em harmonia com o pensamento do Ministério da Cultura e com o plano de governo elaborado pelo Partido dos Trabalhadores para a gestão cultural do Estado. A SID, porém, para cumprir essa hercúlea tarefa, possui o contratempo de escassa verba (a verba total da SID, no primeiro ano de seu orçamento, corresponde a cerca de 0,8% do total de verba do Ministério da Cultura)²³ além da falta de mapeamento da diversidade cultural brasileira (resultado da falta de políticas para a diversidade nos governos anteriores, reflexo da falta de prioridade da área) e problemas de organização e diálogo entre os grupos culturais que ela busca beneficiar com tais políticas.

A maior parte das ações da SID são os editais e prêmios. Eles integram o programa Brasil Plural, que é por onde a execução orçamentária da Secretária é realizada. Em tese, todas as ações da SID passam por este programa, ainda que a parte mais conhecida sejam os editais e prêmios. Antes de passar para tais ações específicas, é importante destacar alguns elementos que exprimem as inovações e posturas da SID dentro do Ministério da Cultura. Para pensar os sujeitos sociais (a visão de inclusão sócio-cultural, conforme visto anteriormente), a visão não hierarquizada da cultura e o papel central da discussão da cultura popular como carro-chefe de todas as demais políticas para expressões culturais desenvolvidas pela SID, destaca-se, a seguir, alguns projetos e ações junto a uma reflexão sobre esses fatores. Ainda, a própria não presença de alguma expressões e os motivos que de tais exclusões.

2.3.1 – Sujeitos sociais, sujeitos culturais: as redes

Dos desafios colocados para SID, o primeiro secretário da Identidade e Diversidade Cultural, Sérgio Mamberti, elenca três:

À recém-criada Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural colocam-se três desafios básicos: a) participar nos debates internacionais em torno da diversidade cultural; b) promover o melhor entendimento do conceito de diversidade cultural no contexto da cultura brasileira e trabalhar de maneira transversal aos segmentos governamentais e da sociedade civil; c) estabelecer diálogos com grupos e redes culturais representativos da diversidade cultural brasileira ainda excluídos do acesso aos instrumentos de política pública de cultura e contribuir para o aperfeiçoamento dos mecanismos de proteção e

²³ Dados disponíveis no site do Ministério da Cultura, referentes a execução orçamentária do MinC nos anos de 1995 a 2007. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/04/execucao-orcamentaria-por-programa-1995-a-2007.pdf>>

promoção da nossa diversidade cultural. (MAMBERTI *in* LOPES e CALABRE: 2005, p.13).

No terceiro ponto, sobre as redes culturais, a expressão será usada como uma das políticas da Secretaria. Serão duas experiências de redes culturais envolvendo segmentos organizados da sociedade: estudantil e sem-terra. Para o segmento estudantil, a rede funcionou em articulação com a União Nacional dos Estudantes (UNE), histórica entidade de representação estudantil, e para o segmento sem-terra, a articulação foi estabelecida com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), maior movimento social do Brasil que trabalha com fatores para além da reforma agrária, como a educação popular e acesso à cultura. A parceria com o MST foi realizada por meio da Associação Nacional de Arte e Cultura (Anca) e com o apoio dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário. A escolha desses dois sujeitos e dessas entidades se relaciona, observando a história recente do país, com a própria consolidação do campo de esquerda no país, bojo formador do próprio Partido dos Trabalhadores, agora na presidência. Inserem-se, assim, segmentos sociais vistos a partir de suas potencialidades para a cultura.

A Rede Cultural dos Estudantes objetivava “fortalecer a rede cultural nas universidades brasileiras, visando a difusão, a fruição e a circulação da produção artística brasileira, especialmente a dos estudantes” (MINC: 2007) enquanto a Rede Cultural da Terra tinha como proposta “constituir e identificar uma rede de atividades tomando como referencial a produção cultural no campo” (*Idem*). O programa buscava realizar oficinas de capacitação para os agentes culturais do campo, bem como atividades ligadas às linguagens artísticas e à memória. Para o segmento estudantil, devido a organização da UNE para este setor, a Rede buscou realizar eventos culturais e apoiar a criação de CUCAS, os Centros Universitários de Cultura e Arte.

Além do apoio para as CUCAS, a Rede Cultural dos Estudantes realizou, em 2004, a Caravana de Cultura e Arte Paschoal Carlos Magno, percorrendo 20 estados brasileiros em dois meses com a parceria de diversas universidades públicas. A caravana homenageia em seu batismo o poeta e romancista Paschoal Carlos Magno, criador do Teatro dos Estudantes do Brasil. Os nomes escolhidos para as atividades e ações da SID possuem, de forma recorrente, homenagens a cidadãos que colaboraram para o enriquecimento cultural do país e para a valorização da diversidade cultural. Magno, em 1964, realizara, junto ao Ministério da Educação e Cultura, a Caravana da Cultura, percorrendo o Sudeste e Nordeste realizando centenas de espetáculos em locais

públicos. Esse histórico também imbuí para a SID a memória das ações político-culturais, visto que pode-se inferir que as redes culturais possuem inspiração histórica nas políticas do Movimento de Cultura Popular (MCP) de Pernambuco e dos Centros Populares de Cultura (CPC) da UNE, ambos movimentos que buscavam promover a cultura associada a uma ideia política de emancipação e igualdade²⁴.

Quanto à Rede Cultural da Terra, o ministro Gilberto Gil, no lançamento desta, em novembro de 2004, enfatizou que a visão do governo sobre a Reforma Agrária era percebida como um processo integrado, incluindo a dimensão cultural.

O Ministério da Cultura, na gestão Luíz Inácio Lula da Silva, vem modificando o acesso aos projetos e aos mecanismos de incentivo e fomento. Anteriormente, o MinC não atingia de modo adequado temáticas como a dos trabalhadores e artistas do campo. Não havia um direcionamento político com essa intenção. Pode-se arriscar mesmo a dizer que pairava quase uma resistência a certas demandas, ligadas a setores excluídos, dito marginalizados. Tanto isso é verdade, que a maioria dos projetos oriundos de uma relação com o mundo agrário, para serem atendidos, necessitavam ser amparados por emendas parlamentares, pois a estrutura do MinC, no passado, não estava voltada para esse segmento. (GIL: 2004)

A Rede Cultural da Terra buscou, nos assentamentos de Reforma Agrária, criar uma articulação de atividades socioculturais, como a prática do cineclubismo e do Teatro do Oprimido. A Rede potencializa a ação do MST para a cultura, setor que já tinha destaque com coordenação interna própria para a área, e resulta na participação do MST em outras ações do governo que também são inspiradas pela diversidade cultural, como os pontos de cultura do programa Cultura Viva, que incorporam os centros de cultura dos assentamentos rurais.

Antes do lançamento da Rede, o MinC já possuía uma relação com o MST. Em agosto de 2004, Sérgio Mamberti pronunciava durante a Mostra-História e Cultura MST no MinC que o evento era a “ponta de lança” do projeto Rede Cultural da Terra. No momento, Mamberti já anunciava que a ação das redes seria acompanhada pela formação e capacitação de animadores socioculturais, agentes envolvidos pela política cultural em tais redes. Cursos de Capacitação de Agentes Culturais foram desenvolvidos, buscando qualificar os agentes das redes culturais. Esse passo é fundamental para possibilitar a gestão das ações culturais pelos próprios atores envolvidos pelas redes. Assim, pode-se ressaltar que uma importante política transversal

²⁴ Estas referências podem ser encontradas na Carta da Rede Cultural da Terra, disponível em: <<http://www.famalia.com.br/?p=477>>. Acesso: março de 2013.

dentro das ações da SID está na possibilidade de colocar os públicos das políticas como gestores da própria política, na medida em que é oferecida a possibilidade de autonomia da utilização dos recursos para as ações e a capacitação para isto. Pode-se inferir que essa ação é um reflexo de uma dimensão cidadã compreendida pela SID, que coloca os indivíduos e grupos culturais não como alvos das políticas, mas como partes gestoras, idealizadoras e executoras de tais políticas. Expresso no Balanço da Controladoria Geral da União de 2005, as redes são assim destacadas:

A realização da Rede Cultural da Terra e da Rede Cultural dos Estudantes deve ser considerada, também, elemento inovador para a construção de ambientes favoráveis à inclusão social, à difusão e fruição cultural desses grupos. Diversos encontros, seminários e grupos de trabalho foram realizados e constituídos no transcorrer do exercício, na tentativa de viabilizar novas ações voltadas para a promoção da cidadania e para o fortalecimento das culturas populares e da diversidade cultural brasileira. (CGU: 2005)

Portanto, as redes culturais corroboram a ideia de cidadania cultural e inscrevem uma ação política do Ministério da Cultura a partir do reconhecimento de instituições que, no decorrer da história do país, por vezes foram criminalizadas em suas bandeiras de lutas. A partir da ideia de rede, que também retoma a horizontalidade das ações e com a autonomia de gestão, a SID imprime em sua ação para as Redes Culturais a intenção de fomentadora, quebrando a visão paternalista do Estado que oferece uma relação dependente e dirigista, ao possibilitar que os rumos das ações sejam decididos pelas partes que compõem tais redes.

2.3.2 – Conhecimento popular e conhecimento científico

A forma como a SID lidou com os mestres das culturas populares também é um destaque da atuação da Secretaria, tanto pelo próprio reconhecimento de tais saberes, seja pelo fomento ou pelas homenagens simbólicas, quanto pela compreensão não hierárquica dos conhecimentos dos mestres e do conhecimento científico, proporcionando diálogos entre estas possibilidades de saberes. Durante o governo Lula, o Ministério da Cultura atuou para o reconhecimento do saber dos mestres populares em diversas esferas. O programa Cultura Viva, por exemplo, executado pela Secretaria de Políticas Culturais, foi uma das ações que repercutiram diretamente neste campo de saber, com o reconhecimento de Pontos de Cultura formados para a tradição oral, como

o Grãos de Luz e Griô²⁵ e a ação Programa Cultura Viva: a Ação Griô. Dentro destas ações, todo um caminho de reconhecimento dos mestres das tradições orais foi trilhado.

A SID somou-se aos Encontros dos Mestres do Mundo, iniciativa da Secretaria de Cultura do Ceará com apoio do MinC através da Funarte para apresentações e trocas de experiências sobre saberes e fazeres de mestres das culturas populares. Realizado no Vale do Jaguaribe, no Ceará, o Encontro é inspirado nas ações para os mestres griô. Os encontros, além de espaços abertos para os diálogos entre os mestres e apresentações das culturas populares, também reservavam espaços destinados para o debate com pesquisadores acadêmicos. Isso aponta para uma compreensão do saber da cultura popular de forma horizontal quanto aos saberes denominados como conhecimento científico. Inscrevendo tal percepção dentro da SID, pode-se averiguar o princípio da equidade, resultando em valorização plena destes saberes, visto que não são vistos por ótica paternalista ou como inscritas em uma lógica hierárquica, e sim representativas do conhecimento tal qual os saberes da academia. Esta mesma visão será incorporada pelo Encontro dos Saberes.

Realizado em 2010, o Encontro dos Saberes anunciou uma parceria entre o Ministério da Cultura e a Universidade de Brasília (UnB) para a inclusão da disciplina “Artes e Ofícios dos Saberes Tradicionais”, ministrada em conjunto por cinco mestres de artes e ofícios populares e indígenas e por professores da UnB. A reciprocidade no ensino e aprendizagem foi um dos destaques feitos por Juca Ferreira, na época à frente do Ministério da Cultura.

A Universidade não é mais o lugar onde os mestres ensinam – é um lugar onde todos aprendem. Sem perder a sua função de razão crítica, de entidade processadora de sínteses e renovadora de conceitos, a Universidade hoje abre as portas para formas de sentir, de criar, de pensar e de fazer que a sociedade produziu para si mesma em momentos e lugares em que não havia Universidade à vista. É nosso dever trazer para perto de nós essas formas de conhecimento do mundo, porque fazem parte essencial do nosso mundo. Elas podem servir como pedras-de-toque para testar os limites do nosso próprio universalismo, porque o universalismo não é a multiplicação do idêntico, e sim a harmonização do que é diferente e vário. Temos muito a

²⁵A palavra griô se refere a todo(a) cidadão(ã) que se reconheça e/ou seja reconhecido(a) pela sua própria comunidade como: um(a) mestre das artes, da cura e dos ofícios tradicionais, um(a) líder religioso(a) de tradição oral, um(a) brincante, um(a) cantador(a), tocador(a) de instrumentos tradicionais, contador(a) de histórias, um(a) poeta popular, que, através de uma pedagogia que valoriza o poder da palavra, da oralidade, da vivência e da corporeidade, se torna a biblioteca e a memória viva de seu povo”, conforme **AÇÃO GRIÔ**, disponível em <http://www.acaoario.org.br/BKP/index.php?pg=pagina&areosite_id=000008>. Acesso em 23 de janeiro de 2013.

aprender com esses mestres populares que a Universidade começa a receber em seu território; e eles sem dúvida terão o que aprender conosco, pois essa disposição aprendiz nunca lhes faltou. (FERREIRA: 2010)

Juca Ferreira, no discurso de apresentação do projeto, situou a universidade como oriunda destes saberes.

A Cultura tradicional é informal, em grande medida, porque muitas de suas manifestações ocorrem dentro de áreas geográficas restritas, ou se referem a práticas específicas de uma região ou de um grupo social. Absorver essas manifestações informais é um dos objetivos das instituições da cultura, porque é nessas manifestações que o povo demonstra seu talento criador, seu espírito lúdico, sua tendência mística, sua engenhosidade prática. Tudo que chamamos hoje de Ciências e Artes teve sua origem nessas atividades de pequenos grupos humanos que procuravam por um lado entender as leis da natureza, e por outro lado criar um mundo feito de formas e idéias brotados de sua imaginação. (*Idem*)

Este leque de ações, que engloba ainda outros programas, como exposições de mestres populares, mostra tanto a valorização destes saberes pelo Ministério da Cultura, absorvida pela atuação da SID, como uma destituição da concepção de cultura enquanto conhecimento, que enaltecia o conhecimento científico como fundante da cultural – uma percepção elitista que designava enquanto cultura aquele que dominava a carreira acadêmica. Sendo assim, na junção destes aspectos, tais ações inscrevem o saber popular horizontalmente com os saberes científicos, sem que isto cause uma nulidade das particularidades de cada um, mas proporcionando o diálogo e compreensão mútuos. Este é um passo político importante para a concepção de cultura e para afirmação dos mestres do saber popular.

2.3.3 – Participação e cultura popular

A criação da SID é convergente com as atividades do Ministério da Cultura voltadas para as culturas populares, que desembocou na realização do I Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, em 2005 (mesmo ano em que, dentro do orçamento, começam os programas de identidade e diversidade cultural). Este seminário aliou tanto as reivindicações dos indivíduos e grupos de cultura popular como os anseios dos militantes e intelectuais que problematizavam a atuação do Estado para este setor. O Seminário é fruto de uma articulação de diversos setores do governo dentro de um Grupo de Trabalho específico para a cultura popular, composto, além da

SID, pelo Fórum Permanente de Culturas Populares de São Paulo e pelo Fórum de Culturas Populares, Indígenas e do Patrimônio Material do Rio de Janeiro, organizados pela sociedade civil, e, por parte do governo, pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pela Fundação Cultural Palmares e pela Secretaria de Políticas Culturais. A realização deste Seminário mostra o envolvimento das unidades do Ministério da Cultura, demonstrando articulação em torno das ações para a cultura populares (e para a diversidade), bem como o processo de articulação com a sociedade, representado tanto pelos Fóruns quanto pelo anterior processo de divulgação e troca de conhecimento, realizado através de catorze oficinas realizadas em 13 estados e no Distrito Federal. Este seminário mostra não somente a importância que o tema de políticas culturais para as culturas populares ganhava neste início de gestão do Ministério da Cultura no Governo Lula, bem como destaca que a inclusão dos atores se relaciona à organização da sociedade e ressalta a articulação da diversidade com variados setores do governo para a valorização destes modos de viver, desta cidadania cultural.

Trata-se, pois, de uma política cultural definida pela ideia de *cidadania cultural*, em que a cultura não se reduz ao supérfluo, ao entretenimento, aos padrões do mercado, à oficialidade doutrinária (que é ideologia), mas se realiza como direito de todos os cidadãos, direito a partir do qual a divisão social das classes ou a luta de classes possa manifestar-se e ser trabalhada porque, no exercício do direito à cultura, os cidadãos, como sujeitos sociais e políticos, se diferenciam, entram em conflito, comunicam e trocam suas experiências, recusam formas de cultura, criam outras e movem todo o processo cultural (CHAUÍ: 2006, p.138)

Esse movimento de inclusão dialoga com a nova gestão para a cultura iniciada por Gil, que passou pelas caravanas do Ministério da Cultura até a criação dos grupos específicos para as diversas culturas. O Grupo de Trabalho que fundamenta o Seminário Nacional de Políticas para as Culturas Populares, segundo Américo Córdula, representou o início do desenho das políticas culturais da Secretaria.

De lá [Grupo de Trabalho] saiu a questão de fazer editais para esse segmento [da cultura popular]. Esse edital teve mais de 400 inscritos, mas não era direto para esse público [grupos de cultura popular], era para intermediários – produtores. Só que a gente queria trabalhar com um edital que contemplasse a cultura popular de forma direta. Paralelamente a isso, trabalhamos um edital indígena. (CÓRDULA: 2011)

Assim, a organização do Ministério da Cultura, especificamente da SID, em torno das ações para as culturas populares e, em seguida, culturas indígenas, conforme depoimento de Américo Córdula, são basilares das futuras políticas para outros segmentos, que seguirão a mesma operacionalidade de tais políticas. As experiências com as culturas populares e indígenas, portanto, são as linhas-guias para as demais demandas da SID, representando o marco inicial das ações da Secretaria. Não surpreendentemente, são tais expressões culturais que terão, dentro do marco histórico da SID, a aprovação de planos setoriais.

2.3.4 –Outras diversidades

Nas delimitações apresentadas, recortadas de forma a perceber institucional e politicamente os contornos feitos pela SID inscrita no Governo Lula, percebe-se que sujeitos compreendidos de diversas óticas culturais são contemplados pela visão cultural da SID. Em outras palavras, a SID trabalha com as identidades enlaçadas seja por questões sociais organizativas, como o caso dos sem-terra e estudantes, ou com a memória da cultura popular dos mestres, e, sobretudo, com o reconhecimento de setores anteriormente excluídos das políticas culturais. Isto é tanto um reflexo do uso do amplo do conceito de cultura como da compreensão da dimensão cidadã através da inclusão social e cultural de tais atores.

Trabalhando com o conceito amplo da cultura, diversas possibilidades de manifestações podem ser acolhidas pela SID – e assim será. Este será o caso de alguns eixos contemplados pelos editais e prêmios da secretaria, conforme o próximo capítulo. Porém, algumas expressões culturais não entram no bojo das políticas da SID, ainda que não lhe falem organização e reconhecimento na agenda de políticas do Estado. Não há, por exemplo, políticas que sejam direcionadas para as culturas negras ou das mulheres. Essa característica expõe no Ministério da Cultura e na organização do Estado a prévia abertura a essas demandas, não sua exclusão. Este é o caso da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, órgão federal criado em 2003 e que desencadeou em semelhantes organizações estaduais, e da Fundação Cultural Palmares, entidade vinculada ao MinC, criada em 1988 para fortalecer a cidadania, a memória e a identidade de grupos afro-brasileiros. É importante, porém, fazer a ressalva de que a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres não possui como finalidade a atuação dentro da pasta da cultura propriamente dita, enquanto a Fundação Cultural Palmares

possui vínculo direto com a pasta. A questão da cultura dentro do debate de gênero, portanto, continua sem representação dentro da pasta. Entretanto, não se deve estabelecer uma direta conexão da inexistência de prêmios e editais específicos para tais expressões culturais e a absoluta ausência da SID para tais setores.

Além da Fundação Palmares e da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres atenderem esses segmentos, a SID considerava que as culturas negras e as mulheres estavam incluídas em diversos editais, como os de cultura indígena – que contemplou diversos projetos voltados para as mulheres indígenas – e os de cultura popular – que, além de também contemplar mulheres, contempla as culturas negras, já que grande número de manifestações da cultura popular tem suas origens na cultura afro-descendente. (DUPIN: 2013).

Dentro do leque de ações da SID, as categorizações foram diversas. Além das políticas para os chamados grupos étnicos, como indígenas e ciganos, foram contemplados diversos setores acolhidos pelo nome cultura popular. Entretanto, categorias de editais e prêmios relacionados à relação da cultura com a saúde e grupos etários também foram contemplados, como é o caso das pessoas com transtornos psíquicos, idosos e juventude. Estes, seguindo o mesmo raciocínio exemplificado por Giselle Dupin, também são incluídos nos demais editais, de forma mais restritiva, visto que são categorias mais abrangentes, presentes nas outras expressões culturais. Contudo, a inclusão de tais formas de expressão dentro da Secretaria evidencia o caráter dinâmico da cultura, visto que emergem enquanto atores de acordo com um contexto social. No caso dos grupos etários, um dos fatores determinantes dessa potencialidade está inscrito no censo brasileiro, retratando o perfil etário e expectativa de vida dos cidadãos. Com isso, cabe acrescentar que mudanças dentro do contexto, advindas por fatores de visibilidade de grupos excluídos ou estigmatizados, bem como por mudanças conjunturais, refletem nas mudanças das políticas culturais. Isto resulta, objetivamente, na compreensão de tais políticas como determinadas historicamente e de caráter dinâmico.

CAPÍTULO III – Um Brasil Plural

A execução das ações da Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural é realizada através do programa finalístico “Identidade e Diversidade Cultural: Brasil Plural”, presente no Plano Plurianual 2004-2007 e 2008-2011. Os recursos das redes e dos projetos de formação até os editais e prêmios passam por tal programa, que centraliza o orçamento da SID. No esforço de sistematizar tais recursos, oferecendo uma visão geral dos investimentos, a SID divulgou o Balanço de Editais de 2005 a 2010, que concentra as informações sobre os editais e prêmios, ainda que, isoladamente, tenha referências a gastos com as redes e dados de captação de recursos via renúncia fiscal de empresas e emendas parlamentares. Utilizando este balanço como referência, pode-se fazer inferências sobre a política de diversidade cultura da SID e refletir sobre seus reflexos no cenário cultural brasileiro.

O programa é apresentado com o megaobjetivo central de promover e expandir a cidadania e fortalecer a democracia. É, mais uma vez, o alinhamento da SID com a dimensão cidadã do MinC. A SID atua, portanto, incluindo atores excluídos para que seja alcançada a meta de fortalecimento da democracia, que é regida pelo princípio da igualdade entre tais grupos, reconhecida, sem paradoxo, a sua diversidade. O objetivo é descrito, no balanço, como

Garantir a inclusão cultural dos grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade brasileira, garantindo-lhes acesso aos mecanismos de apoio e fomento à cultura, de promoção e de intercâmbio cultural entre as regiões e grupos culturais do país, considerando características identitárias definidas por gênero, orientação sexual, segmentos sociais, grupos etários, portadores de necessidades especiais, grupos étnicos, povos tradicionais e das culturas populares. (SID: 2010)

O mecanismo de apoio escolhido foi através do financiamento via editais, incluindo a modalidade de prêmios, que é voltado para o reconhecimento de atuações nas práticas culturais determinadas pelo edital. Dentro do histórico de atuação do Ministério da Cultura para o financiamento cultural, de acordo com panorama apresentado no primeiro capítulo sobre a forma do Estado enxergar a sua atuação perante as demandas do setor cultural, pode-se inferir que a opção pelos editais e, portanto, pela seleção pública busca reduzir os impactos de uma política de financiamento chamada “de balcão”, feita através de indicações e favores, quando o

proponente buscava diretamente os recursos do Estado comumente através de apadrinhamento. Dado o quadro de desigualdade de formação e distribuição de renda de forma sintomática entre as regiões do país, essa forma de financiamento contribuiu para o agravamento das diferenças de recursos entre os territórios, somando grande parte dos montantes para as especializadas produtoras culturais dos grandes eixos comerciais, com consolidados departamentos de marketing cultural motivados pelas leis de renúncia fiscal, prioritariamente favorecendo a região sudeste, especialmente os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (RUBIM: 2012, OLIVIERI: 2004).

O quadro geral de dados da Secretaria de acordo com os dados disponíveis no Balanço apresenta os seguintes destaques:

Quadro 01 – Dados Consolidados da SID

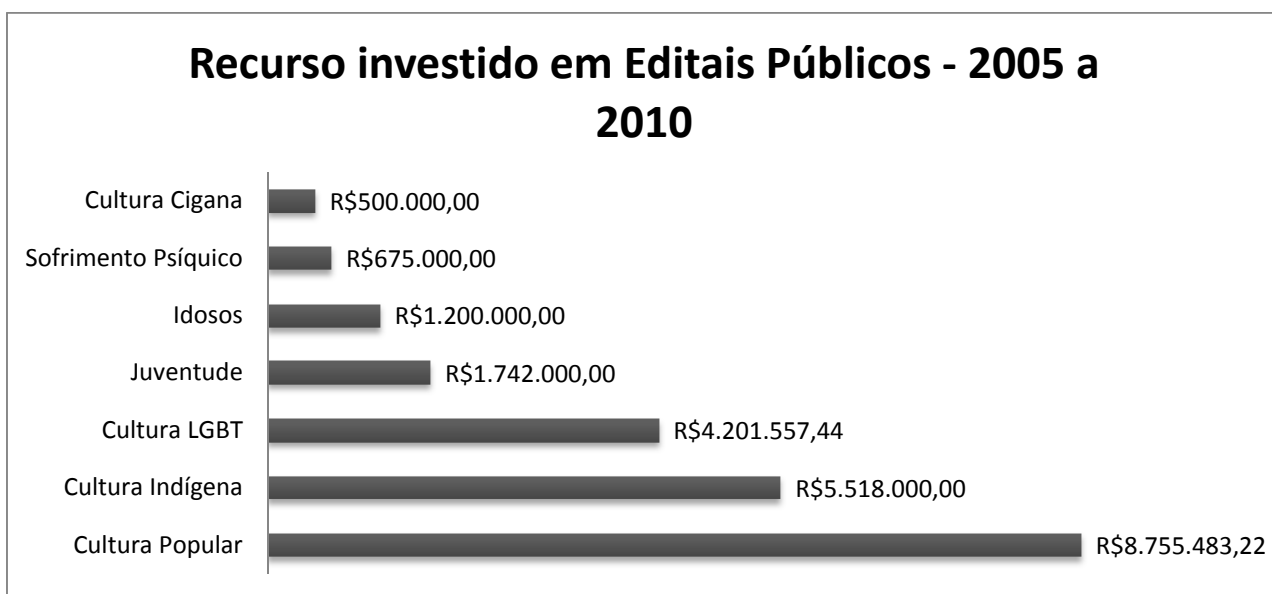
2005 a 2010 – SID – Dados consolidados	
18	Editais
9571	Inscritos
1673	Contemplados
17%	Demanda Contemplada
563	Municípios (10% do total de municípios)
R\$ 22.592.040,66	Investimento

Fonte: Balanço de Editais – SID – 2005 a 2010. Ministério da Cultura, 2010

Os 18 editais foram divididos da seguinte forma: quatro destinados para as Culturas Populares, sendo um edital de fomento e três prêmios; três editais de prêmios destinados às Culturas Indígenas; seis editais para a cultura LGBT, sendo dois para Paradas de Orgulho LGBT, dois concursos culturais e dois prêmios; dois editais de prêmios para Culturas Ciganas; dois editais para Idosos e um edital para Juventude. Contudo, não está contabilizado no quadro, especificamente na contagem de editais, o edital específico para Pessoas com Sofrimento Psíquico, ainda que o próprio Balanço apresente dados dele em outras tabelas. Também é comum que seja considerado neste relatório da SID apenas um edital LGBT para o ano de 2008, ainda que conste editais de diferentes numerações – 19 e 20, respectivamente – para Apoio a Paradas de Orgulho

LGBT 2008 e do Prêmio Cultural LGBT 2008. A soma total de investimento e os demais dados presentes na tabela, porém, refletem a soma de todos os editais, incluindo o voltado para Pessoas com Sofrimento Psíquico. Para fins desta pesquisa, mantem-se o dado de 18 editais considerando que o Balanço da SID engloba os dois editais de 2008 para as culturas LGBT dentro de um único referencial. A divisão de recursos por editais, durante os cinco anos de sua aplicação dentro do governo Lula, deu-se da seguinte forma:

Gráfico 01 – Recurso investido em editais



Fonte: Balanço de Editais – SID – 2005 a 2010. Ministério da Cultura, 2010

O maior investimento para as culturas populares e indígenas tem relação direta com os debates de diversidade cultural da SID junto com a mobilização de tais setores, que resultam na realização de planos setoriais para tais culturas, que também contaram com apoio da Secretaria. A divisão destes recursos por ano, porém, não se apresenta distribuída de forma equânime, sendo oscilante o valor destinado por ano para cada segmento cultural. A periodicidade dos editais, que não se fixaram de forma calendarizada, é também instável, com alguns segmentos não possuindo edital lançado em alguns anos, ou ainda possuindo apenas uma única experiência no período em questão, como é o caso do edital para Juventude e para Pessoas com Sofrimento Psíquico.

A oscilação de recursos por ano é notável, atingindo o menor montante no ano de 2005, com o total de R\$ 2.350.931,21, e o maior montante em 2007, com o valor

total de R\$ 6.685.162,24. Desconsiderando o ano de 2007, a linha de investimento da SID nos editais seria sempre crescente. O maior montante para 2007 é justificável por ser o ano de maior concentração de editais, com o total de cinco editais lançados. Considerando o valor total de investimento por ano e a quantidade de editais, tem-se o seguinte panorama:

Quadro 02 – Valor investido e quantidade de editais

Ano	Valor investido	Quantidade de editais²⁶
2005	R\$ 2.350.931,21	2
2006	R\$ 2.356.673,45	2
2007	R\$ 6.685.162,24	5
2008	R\$ 2.650.273,76	3
2009	R\$ 3.867.000,00	3
2010	R\$ 4.682.000,00	4

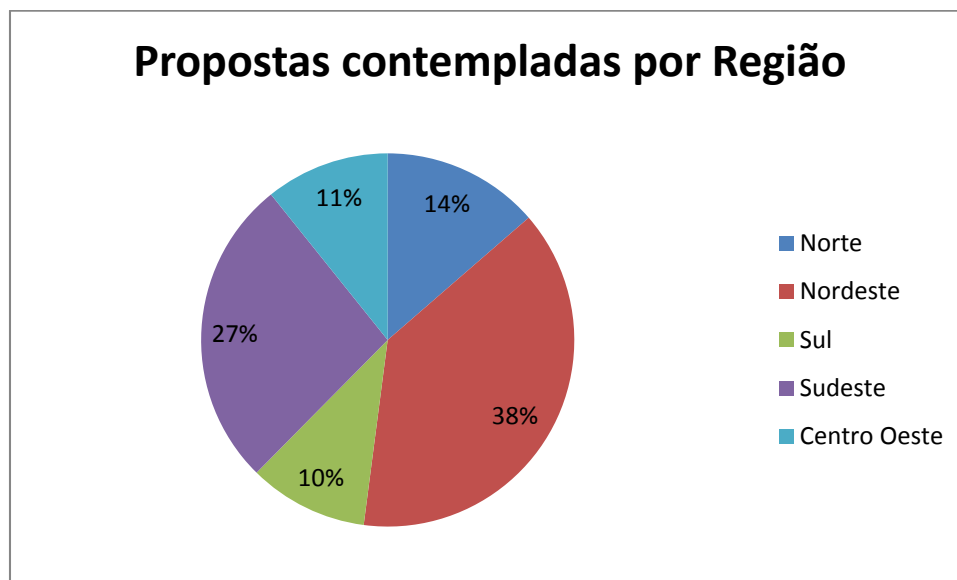
Fonte: Balanço de Editais – SID – 2005 a 2010. Ministério da Cultura, 2010

No que concerne à distribuição entre as unidades federais, apesar do considerável alcance de municipalidades, a SID aparentemente não representou uma quebra da tendência de concentração de recursos no eixo Sudeste. Contudo, há a presença constante de unidades do Norte do país, principalmente devido às culturas indígenas e grande representatividade dos estados na contemplação dos editais da Secretaria. Ainda, cabe ressaltar que a diretriz de territorialização da cultura, que compreende a capacitação e incentivo da cultura ofertada de forma a não criar bolsões de investimentos, que resultam em isolamentos e desestímulo à produção cultural, também deve ser entendida para além das relações interestaduais e de capital versus interior. A capilaridade das políticas culturais, que inclui o investimento financeiro direto, também deve compreender a territorialização dentro destes estados e grandes centros, favorecendo os espaços das cidades e estados que possuem baixos recursos ou

²⁶ Apesar do Balanço da SID contabilizar apenas dois editais em 2008, aqui foi desmembrado os editais para cultura LGBT, registrados como o número 19 e 20 do ano citado. Assim, o resultado total de editais fica em 19, e não em 18, conforme tabela de dados consolidados.

institucionalidade cultural. Assim, em uma primeira análise, do total de 1.673 propostas contempladas pelos editais, temos a seguinte distribuição territorial:

Gráfico 02 – Propostas contempladas por região



Fonte: Balanço de Editais – SID – 2005 a 2010. Ministério da Cultura, 2010

Primeiramente, é interessante cruzar os dados dos contemplados por região com os inscritos por região. Fazendo este cruzamento, percebe-se que não houve um expressivo alargamento de contemplação diante do quadro de inscrição. O Nordeste mantém a mesma porcentagem em ambos os casos, com 38% dos valores totais. Pequenas nuances são encontradas nas demais regiões: o Norte apresenta 11% das inscrições e 14% das contemplações; o Centro Oeste, 9% de inscrição e 11% de contemplação; o Sudeste, 31% de inscrição e 27% de contemplação; e o Sul com 11% de inscrição e 10% de contemplação.

Pode-se considerar o reflexo justo entre inscrições e contemplações, contudo também cabe inferir que os estados com maior circulação de investimentos na área possui uma potencialidade maior de busca dos recursos públicos e de criação de projetos, visto que já possuem a lógica de acesso ao Estado e de construção de projetos e participação em editais de forma mais consolidada. A questão do acesso ao Estado por toda a diversidade cultural brasileira, portanto, também passa pelo esforço pedagógico do Estado em afirmar os meios democráticos de acesso a este e de capacitar os sujeitos para facilitar o encontro entre ambos. Em seguida, é importante considerar outros aspectos da distribuição de recursos por unidade federativa.

Todas as unidades federativas obtiveram recursos da SID através dos editais e prêmios. De fato, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, estados que conseguiram maiores investimentos através das leis de incentivo, colocados no topo da concentração de recursos para a cultura no país, foram os estados que mais conseguiram os investimentos da SID. Juntos, os três estados receberam o valor total de R\$ 5.523.912,56, o que equivale a quase 25% do valor total de investimentos da Secretaria. Contudo, continuando a análise do valor investido por unidade federativa, em sétimo lugar está o estado Amazonas, com o valor total de investimento em R\$ 1.023.178,27, cerca de metade do total investido em São Paulo e dois terços do investido no Rio de Janeiro, estados com total populacional muito superior. Por isso, ainda que os estados na ponta dos investimentos continuem sendo os mesmos que as políticas de financiamento costumam privilegiar, é fundamental compreender o valor investido *per capita*, dado que consta no Balanço Geral da SID.

Quadro 03 – Investimento total e per capita dos editais

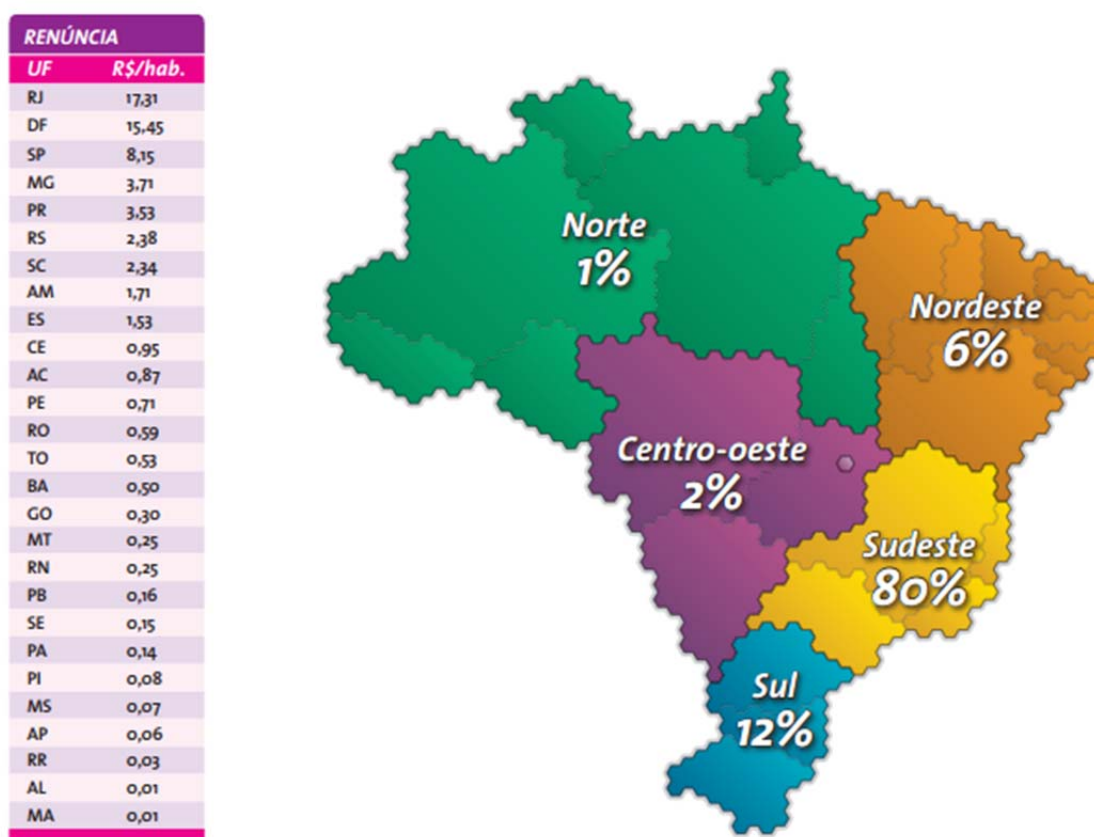
	UF	População em 2010	Investimento	Per Capita
1º	RR	425.398	265.000,00	0,62
2º	AC	707.125	439.000,00	0,62
3º	AP	648.553	347.796,00	0,54
4º	AL	3.093.994	1.106.756,51	0,36
5º	TO	1.373.551	463.688,00	0,34
6º	MS	2.404.256	784.952,00	0,33
7º	MT	2.954.625	911.290,00	0,31
8º	AM	3.350.773	1.023.178,27	0,31
9º	SE	2.036.277	619.807,95	0,30
10º	DF	2.469.489	719.124,89	0,29
11º	RO	1.535.625	336.425,60	0,22
12º	PB	3.753.633	730.666,61	0,19
13º	PE	8.541.250	1.283.983,12	0,15
14º	MA	6.424.340	893.936,04	0,14
15º	GO	5.849.105	734.615,95	0,13
16º	PI	3.086.448	354.824,00	0,11
17º	PA	7.443.904	829.283,92	0,11
18º	SC	6.178.603	675.364,47	0,11
19º	RN	3.121.451	329.544,00	0,11
20º	ES	3.392.775	356.736,00	0,11
21º	CE	8.180.087	850.229,02	0,10
22º	MG	19.159.260	1.966.567,30	0,10
23º	RJ	15.180.636	1.466.007,24	0,10
24º	PR	10.266.737	932.876,56	0,09
25º	RS	10.576.758	919.515,99	0,09

26 º	BA	13.633.969	1.159.533,20	0,09
27 º	SP	39.924.091	2.091.338,02	0,05

Fonte: Balanço de Editais – SID – 2005 a 2010. Ministério da Cultura, 2010

A concentração nos mesmos eixos que ocorria com as leis de incentivo não deve, portanto, deixar de transparecer que houve um esforço das ações da SID de tornar mais democrático espacialmente os investimentos em cultura no país. Como citado, existem outros aspectos que precisam ser considerados para uma política nova de investimento em cultura considerando tais aspectos e que passam por diversas etapas do fazer cultural e de construção da democracia: as etapas que se relacionam ao próprio embasamento do projeto até a capacitação dos cidadãos privados de conhecimento dos mecanismos de acesso, por exemplo. Para que se possa compreender a dimensão da distância da concentração da SID com as políticas de financiamento, tem-se os dados da divisão por Unidade Federativa e por Regiões através da renúncia fiscal via Lei Rouanet.

Ilustração 01 – Distribuição da Lei de Incentivo Rouanet



Fonte: Nova Lei Rouanet – Ministério da Cultura, 2009b.

Assim, como fator relevante e estratégico para o desenvolvimento de ações para a diversidade cultural, a SID representa uma quebra não abrupta, mas relevante, da concentração de recursos, ainda que seja mantido o valor absoluto maior para as regiões que as leis de incentivo privilegiaram e que o valor total revertido para a SID tenha sido ínfimo em comparação com os demais investimentos feitos pelo Ministério da Cultura. A principal forma de atuação da SID foi através dos editais, que buscaram disponibilizar o recurso destinado às ações da secretaria de forma mais democrática. Esta prática é reflexo de uma diretriz de democratização e transparência adotada em todo Ministério.

O uso de editais, pelo MinC, cresceu entre 2003 e 2009. O montante de recursos repassados a projetos e iniciativas culturais vencedores de seleções públicas cresceu de R\$ 32,1 milhões para R\$ 225,4 milhões. Trata-se de um volume sete vezes maior. (MINC: 2010, p.34)

Feito este panorama onde se encontra a atuação da Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural, é importante analisar as principais atividades desenvolvidas pela Secretaria através de editais de seleção e de premiação, que se concentraram em alguns segmentos culturais da sociedade.

3.1 - Culturas Populares

O termo cultura popular está cunhado nas discussões de diferentes momentos históricos e campos do conhecimento. Associada ao termo folclore²⁷ - folk (povo), lore (saber) - a cultura popular era entendida dentro das tradições do povo, do conhecimento transmitido de forma oral. A relação da cultura popular com a chamada cultura da elite não significou embate até meados do século XVII. A futura relação de repressão à cultura popular tem viés político.

A implementação de uma política de submissão das almas com base na doutrina oficial definida pela Teologia, feita por parte da Igreja – tanto católica como protestante – e o processo de centralização do Estado, ou seja, instituição de uma administração unificada dos impostos, da segurança e da língua, podem ser identificados como os principais fatores que levaram à separação entre as duas culturas (CATENACCI: 2001)

²⁷ O termo folclore passa a ser excluído do trato das culturas populares, sendo incluído como palavra negativa da busca dos documentos da SID sobre cultura popular. Isso é fruto de usos ideológicos do termo, incluindo, por vezes, a forma de pensar a cultura popular como algo arcaico e ultrapassado. Contudo, aqui não será feita a discussão quanto ao uso dos termos, utilizando a expressão cultura popular, recorrente nos documentos do MinC, e considerando as possíveis reflexões sobre o uso do termo folclore.

Outros embates são criados quando o assunto é a cultura popular. Colocada como portadora do atraso, a modernidade e o discurso de progresso colocam as culturas populares como incompatíveis com o desenvolvimento necessário do capitalismo. A mudança da dicotomia que sempre coloca na balança positiva os valores das culturas das elites e dimensiona negativamente os valores das culturas populares requer uma transformação destes conceitos, uma relação com o contexto político e a ressignificação dos termos aos quais elas são relacionadas para ratificar a dicotomia, a exemplo de progresso, cultura, modernidade e desenvolvimento. Para pensar as políticas culturais para este segmento, esta conjuntura é fundamental para que se compreenda o aspecto de exclusão colocado às culturas populares e, dentro do aspecto das ações do Estado, a ausência destas próprias culturas como proponentes, como atuantes e como importantes para a nação.

A SID tem uma forte relação com este segmento. Anterior às ações de prêmios e editais desenvolvidas pelo programa Brasil Plural, grande parte do corpo técnico da Secretaria esteve envolvida com a realização do Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, realizado em fevereiro de 2005, em Brasília. A ação envolveu diversos setores do governo e contou com participação da sociedade.

Num processo participativo, a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura estabeleceu um proveitoso diálogo com a sociedade civil, representada pelo Fórum Permanente de Culturas Populares de São Paulo e pelo Fórum das Culturas Populares, Indígenas e do Patrimônio Imaterial do Rio de Janeiro. Estas entidades, em parceria com o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/MinC, a Fundação Cultural Palmares/MinC e a Secretaria de Políticas Culturais/MinC, passaram a constituir o Grupo de Trabalho, que pensou, planejou e construiu o Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, com assessoria metodológica do Instituto Pólis, também responsável pela relatoria do Seminário e edição da presente publicação. (MINC: 2005, p.9)

A ação, portanto, é fruto de outras atividades anteriormente realizadas, como os fóruns de culturas populares, e demanda atenção de diversos setores do governo, que se envolvem com a pauta. Relaciona-se diretamente com a intenção traçada por Gilberto Gil e expressa durante o governo Lula de entender as culturas sem as comparações etapistas de desenvolvimento, que acarretaram descasos com as culturas populares pelas ações governamentais. Esta nova visão representa, portanto, uma ação consonante com a prática democrática de formulação das políticas culturais e de compreensão de cultura.

Este seminário, assim como muitas atividades da SID, foi realizado em uma metodologia que incluía realização de oficinas em diversos estados, buscando compreender a cena cultural brasileira e pensar as estratégias de ações da Secretaria. O documento final deste seminário buscou consolidar as diretrizes apontadas neste processo consultivo e teve também a produção da Carta das Culturas Populares, construída coletivamente na etapa final do Seminário. A carta também pode ser interpretada como uma mudança de relação entre governo e sociedade. Cunhada por cidadãos presentes no processo do Seminário, enaltece o exercício do direito cultural conforme previsto na Constituição Federal e versa sobre as diretrizes prioritárias a serem consideradas pelo poder público na construção de ações para as culturas populares, desde o incentivo à inserção dos saberes populares de forma transversal em outras esferas ministeriais, como educação e comunicação. No mesmo ano do Seminário, começam as ações de editais da SID para as culturas populares. Durante o governo Lula, são quatro editais lançados: um de fomento às expressões das culturas populares e três prêmios de culturas populares.

O edital Fomento às Expressões das Culturas Populares foi aberto em setembro de 2005, traçado durante o seminário supracitado. Foram destinados R\$ 1.815.483,22 para os projetos selecionados. Cada proposta concorreu ao valor máximo de R\$ 80.000,00, sendo que o apoio representava até 80% do valor do projeto, tendo o proponente de dispor de no mínimo 20% dos recursos restantes como contrapartida. No edital, considera-se objeto passível de inscrição projetos que valorizem a diversidade cultural e que promovam o conhecimento e o reconhecimento da importância das culturas populares e seus agentes. Foram contemplados 19 estados, com maior parte dos recursos destinada para Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Goiás, que juntos consumiram cerca de 50% do recurso total do edital. Nos anos de 2007, 2008 e 2009, a SID concentra a ação na realização de prêmios, conforme tabela abaixo:

Quadro 04 – Prêmios de Culturas Populares

Edital	Ano	Inscritos	Contemplados	Investimento
Prêmio Culturas Populares - Edição Mestre Duda - 100 anos de Frevo	2007	791	260	R\$ 2.600.000,00
Prêmio Culturas Populares - Edição Mestre Humberto de Maracanã	2008	826	239	R\$ 2.390.000,00
Prêmio Culturas Populares - Edição Mestra Dona Isabel	2009	2833	395	R\$ 1.950.000,00

Fonte: Balanço de Editais – SID – 2005 a 2010. Ministério da Cultura, 2010.

Através da análise dos dados da tabela, pode-se inferir que a SID buscou manter a estabilidade da agenda dos prêmios, mantendo a publicação anual. Considerando que o ano de 2010, último do governo Lula, foi também um ano eleitoral, percebe-se a continuidade da proposta de ação para as culturas populares. Dentro da procura do prêmio, o crescimento é notável. Do primeiro para o segundo ano do prêmio, houve o aumento bruto de 35 propostas inscritas. Do segundo ano para o terceiro, porém, o crescimento é ampliado. Mais de duas mil propostas a mais foram inscritas. No decorrer dos três anos desta experiência de prêmios para culturas populares, a SID mais que triplicou o número de inscritos.

A crescente busca pelo prêmio, contudo, não foi acompanhada pelo total de contemplados. Com pequena oscilação, a segunda edição do prêmio reduz em 21 projetos o total de contemplados. Comparando o primeiro prêmio com o último do período Lula, apesar do aumento de cerca de 3,5 vezes da quantidade de inscritos, o número de contemplados teve o aumento de apenas 0,5 vezes. O crescimento também não foi acompanhado pelo investimento total previsto por edital. O recurso da SID destinado para cada edital foi diminuindo no decorrer dos três anos, não acompanhando o aumento da busca do edital. A primeira edição, que começou com o aporte total de R\$ 2.600.000,00 foi reduzido para R\$ 2.390.000,00 na segunda edição e, na terceira edição, reduzido ainda mais para R\$ 1.950.000,00. A perda total comparativa entre o primeiro e terceiro ano, em valor bruto, é de R\$ 650.000,00, o que significa que, do primeiro para

o terceiro prêmio, houve uma redução em 25% do valor anual investido. Contudo, é importante observar que esta avaliação é possível visualizando estes dados divulgados pela própria SID, mas eles possuem peculiaridades importantes de serem sinalizadas. Os editais previam a premiação em R\$ 10.000,00 para as propostas inscritas. São premiados mestres e grupos de culturas populares. Com a manutenção do valor do prêmio, há uma incongruência entre as propostas contempladas e o valor total de investimento. Isso porque se considera o valor previsto por edital. A SID, porém, aumentou a quantidade de projetos contemplados no último edital. Foram mais 200 propostas contempladas com recursos futuros somados ao total do edital. Uma correção que condiz com a busca ampliada pelo prêmio.

Em termos de distribuição territorial, os editais tiveram alcance em quase todas as unidades federativas. O prêmio de 2007 só não teve contemplados em Roraima, Rondônia e Amapá. Os estados com mais investimento nesta edição foram Pernambuco (R\$ 300.000,00), São Paulo (R\$ 280.000,00) e Alagoas (R\$ 220.000,00). No prêmio de 2008, as três unidades federativas que não foram contempladas foram Amapá, Mato Grosso e Rondônia. Nesta edição, os estados com maior recurso investido foram Maranhão (R\$ 300.000,00), Minas Gerais (R\$ 260.000,00) e São Paulo (R\$ 230.000,00). A terceira edição do prêmio não teve proposta contemplada apenas em um estado, o Acre. Minas Gerais continuou sendo o estado de maior investimento, com R\$ 260.000,00 investidos, seguindo por São Paulo (R\$ 170.000,00) e Pernambuco (R\$ 160.000,00).

Por ser uma expressão onde cabem diversos dos outros segmentos contemplados pela SID, o edital de prêmios de culturas populares também engloba aspectos importantes dos outros editais, como os editais de juventude e idosos, pessoas com sofrimento psíquico e quilombolas, por exemplo. Neste último caso, pode-se inferir que, apesar de não ser colocado como um segmento de ação direta da SID, as culturas negras acabam sendo também contempladas pela SID a partir do momento que as culturas de origem afrodescendente possuem ampla influência na construção popular das culturas brasileiras.

Outro aspecto recorrente da SID é a generosidade em nomear seus editais com nomes de importantes mestres do segmento para a cultura nacional. É um gesto de reconhecimento e de afirmação destas personalidades como importantes para a cultura popular. O primeiro homenageado do prêmio, Mestre Duda, é regente, compositor, arranjador e instrumentista de frevo. O ritmo, que completou 100 anos no ano do edital

(2007) e ganhou o título de Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro, foi homenageado com este gesto na figura do Mestre Duda. No segundo ano do prêmio (2008), a homenagem foi para o Mestre Humberto do Maracanã, do Maranhão. Compositor e intérprete de toadas desde os 12 anos de idade, Humberto segue a tradição do bumba-meu-boi no estado. A última edição durante o governo Lula, em 2009, homenageia a Mestre Dona Isabel, artesão ceramista do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, famosa por criar as populares noivas de cerâmica da região.

Tanto para as culturas populares como para as culturas indígenas a SID também teve outra importante atuação. Reconhecendo essas expressões dentro da diversidade cultural brasileira e fortalecendo-as institucionalmente, duas marcas que movimentaram o exercício do Ministério da Cultura durante o governo Lula, a SID atuou para a construção dos Planos Setoriais das Culturas Populares e das Culturas Indígenas. Essa institucionalização é importante para comprometer o Estado com as políticas para estas expressões, reconhece-las e, durante o processo de construção destes, consultá-las, firmando parcerias democráticas para o exercício do poder.

Este tipo de institucionalização foi uma marca recorrente do governo Lula que, nos primeiros passos no MinC, atuou com a precisão de institucionalizar a cultura, provendo mais recursos e incorporando setores anteriormente excluídos. A criação dos planos condiz com os discursos apresentados pelo Ministério, conforme vistos anteriormente. A pasta da cultura, por exemplo, trabalhou para que um Plano Nacional de Cultura fosse aprovado. Sancionado em 2010, o Plano funciona como diretriz de ações do Estado para a cultura por um decênio. A inclusão da diversidade cultural no plano e a consolidação institucional destas expressões formam, portanto, uma expressividade de atuação do governo e de cobrança da sociedade.

O plano é um passo novo dentro das práticas de políticas culturais brasileiras. Sem uma atividade sistemática para este segmento, o Estado inicia um processo amplo de inclusão destas culturas em suas ações.

O foco deste Plano é esta porção da sociedade que ainda não tinha sido atendidas pelas políticas culturais de maneira sistemática. Como ainda não sabemos os números, a prioridade é o mapeamento destas manifestações. Muitas iniciativas já foram realizadas por governo estaduais e entidades de pesquisa, mas precisamos sistematizá-las e dar-lhes visibilidade (CÓRDULA in MINC: 2011, p.7)

O plano também pretende garantir investimento para fomentar as culturas populares, desde o desenvolvimento de suas atividades até o intercâmbio, bem como possibilitar ações transversais, que contemplem a educação, o turismo e a saúde, por exemplo. A SID, portanto, imprimiu às culturas populares importância central no tema da diversidade cultural. Dentro da perspectiva cidadã, atuou respeitando a participação democrática, reconhecendo os mestres das culturas populares e buscando viabilizar o comprometimento do Estado com o segmento através de mecanismos institucionais. Os prêmios, de valor pequeno, é reflexo do escasso orçamento da Secretaria, contudo representa uma possibilidade de dar vitalidade a grupos e mestres em um orçamento via Estado praticamente inexistente e de difícil acesso. A SID, compreendendo as culturas populares como expressões dinâmicas, não as circunscreveu dentro de modelos estereotipados ou folcloristas das culturas populares, potencializando a visão de diversidade cultural igualitária adotada em seus discursos. O significativo passo de compreender estas culturas e de conhece-las também foi original na possibilidade de inscrição aos prêmios através da oralidade, seja por gravação em fitas, vídeos ou mídias digitais. Esta mesma oportunidade será fundamental para as culturas indígenas, também uma das expressões de maior vínculo da SID.

3.2 - Culturas Indígenas

Os diagnósticos que recebemos dos agentes do Estado brasileiro não tem sentido para muitos de nossos povos. Foram muitos os crimes que esse chão brasileiro testemunhou sob argumentos como expansão territorial, crescimento econômico e tantos outros. Hoje são garimpeiros, frentes de missionários e ações militares que chegam em nossos territórios, sempre nos causando mais confusões, divisões, fracassos e até perseguições políticas. Temos um calendário cívico muito rico, que fala de liberdade. Infelizmente, esse quadro é visto por nós simplesmente como agressões, pois de fato somos violados, cultural e moralmente. (SAMPAIO: 2010, p.18)

O relato é do indígena Doéthiro (Álvaro Fernando Sampaio) em livro biográfico publicado com o apoio da Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural. Na introdução, Doéthiro relembra o processo de extermínio das diversas culturas indígenas durante a expansão territorial europeia do século XVI. Em cinco séculos, conta Doéthiro, foram exterminados, do território compreendido pelo Brasil, 920 povos, restando cerca de 240 (SAMPAIO: 2010). O Estado brasileiro, seja em monarquia ou em república, manteve uma política de exclusão/aculturação dos indígenas.

Os pontos de destaque da atuação do Estado brasileiro para as culturas indígenas estão na constituição do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e, posteriormente, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). As duas primeiras instituições foram criadas a partir de uma ideia de gestão e/ou delimitação das terras indígenas. Existem dois pensamentos importantes de destacar que guiavam as ações do Estado para tais políticas com os indígenas: o primeiro compreende a delimitação das terras e a gestão dos conflitos fundiários como um marco civilizador e, portanto, etapista, pois, após civilização dos índios, as terras voltariam a ser compreendidas dentro dos marcos capitalistas de propriedade; o segundo afasta essa lógica, colocando como permanente, pois os indígenas seriam isolados do mundo dos brancos, mantendo a sua cultura separada das outras (NEVES: 2008). Nas duas visões, o diálogo entre as culturas é marcado por relações de desvantagens, onde uma compete com a outra, anulando-a. A impossibilidade de uma relação mútua em vantagens, nestas perspectivas, coloca a existência da cultura indígena como possível ou como passado ou como isolamento. A compreensão das culturas indígenas não se relacionava, portanto, com uma compreensão cidadã do direito cultural indígena, ainda que este passe por alguns aspectos contemplados, como a demarcação das terras. A mudança começa a acontecer apenas no início do século XXI.

A atenção voltada para a cultura indígena promovida pelo indigenismo oficial compôs-se fundamentalmente de questões relativas à regulamentação fundiária, reconhecimento étnico, direitos humanos, educação, entre outras agendas, mantendo em um segundo plano a questão dos direitos relativos ao exercício pleno e preservação das culturas indígenas brasileiras, sendo mesmo durante boa parcela do tempo hegemônicas pela ideia de integração gradual dos índios à sociedade nacional. A atenção do SPHAN, e mais tarde do IPHAN, voltou-se para a preservação daqueles aspectos materiais relacionados à cultura indígena, mesmo assim com ações bastante incipientes, relacionados a sítios arqueológicos. Só no início dos anos 2000 é que se começa a perceber alguns dos efeitos das políticas do IPHAN sobre os aspectos imateriais da cultura indígena. Ainda assim, existe um vácuo em termos de políticas relacionadas à manutenção, valorização e difusão do modo de vida indígena e dos aspectos mais cotidianos de sua cultura. (NEVES: 2008)

A atuação do Governo Lula para a cultura indígena pode ser considerada um marco em diversos aspectos, desde as inclusões referentes a esta cultura na formação do Plano Nacional de Cultura até o cuidado com o acesso destes grupos à participação das políticas, através de consultas públicas e formação de Grupo de Trabalho. Formado em

2005, o Grupo de Trabalho Indígena foi composto por representantes governamentais e liderança de povos indígenas, discutindo as diretrizes e as ações de políticas culturais para a área. Dentro da Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural, a cultura indígena (juntamente com as culturas populares) teve grande destaque. No Programa Brasil Plural, foram disponibilizados três prêmios de culturas indígenas, mobilizando diversos povos espalhados pelo país. Cada edição foi nomeada em homenagem a importantes personagens da cultura indígena. No período do Governo Lula, foram realizados os editais de acordo com a tabela:

Quadro 05 – Prêmios de Culturas Indígenas

Prêmio Culturas Indígenas	Ano	Inscritos	Contemplados
Edição Ângelo Cretã	2006	519	82
Edição Xicão Xukuru	2007	729	102
Edição Marçal Tupã-Y	2010	*	92

Fonte: Balanço de Editais – SID – 2005 a 2010. Ministério da Cultura, 2010.

A realização dos Prêmios Culturas Indígenas está diretamente relacionada a uma forma democrática de criar políticas. A ideia foi apresentada ao MinC pelo Grupo de Trabalho Indígena, sendo de iniciativa da Associação Guarani Tenonde Porã a apresentação da proposta através da Lei Rouanet, onde fora aprovada e posteriormente financiada pela Petrobras e com apoio do Sesc-São Paulo. O próprio caminho de construção possibilita voz para os grupos vistos como minorias. Esse protagonismo trouxe inovações para a forma de criar políticas culturais no Brasil, pois flexibilizações de como o Estado funciona e reconhece a sociedade foram transformadas em três importantes aspectos para as culturas indígenas: (i) reconhecimento dos pajés e caciques como representações passíveis de apresentar projetos, (ii) a oralidade como mecanismo de acesso, (iii) adequação do tempo para o modo de viver do indígena. Normalmente, no aspecto (i), o Estado reconhece as associações como organizações capacitadas como proponentes de projetos. A organização indígena difere neste aspecto. Não organizados a partir de associações, o reconhecimento dos pajés e caciques encontra um diálogo entre as expressões culturais, corrigindo as diferenças para possibilitar acesso

igualitário. Quanto ao aspecto (ii), o Estado, retomando um princípio antigo do Direito, o da oralidade, respeita a tradição dos povos indígenas, onde prevalece a oralidade, novamente em uma atitude de acesso. Assim, através de gravações, os indígenas puderam postular projetos junto ao Ministério. No que concerne ao tempo (iii), cabe tanto a forma como o tempo é compreendido pelas culturas quanto pela distância dos povos indígenas, o que implica dificuldades de comunicação entre o Estado e tais povos. Assim, os prêmios indígenas dispuseram de tempo maior para envio de projetos (na primeira edição, o tempo estipulado foi de 60 dias, ampliado para 90 dias nas demais edições).

Os prêmios consistiam na distribuição de valores de R\$ 15.000,00 a R\$ 24.000,00 às aprovadas. As três edições que ocorrem dentro do Governo Lula distribuíram R\$ 5.518.000,00 entre os 276 projetos inscritos. Para chegar às comunidades indígenas, a SID elaborou oficinas para orientar estas comunidades a se inscreverem nos editais. Na segunda edição do prêmio, as oficinas contaram com mais parcerias de organizações indígenas, organizações não-governamentais e entidades governamentais. A eficácia destas ações pode ser verificada na busca das comunidades indígenas aos prêmios. Na primeira edição, 111 povos se inscreveram enquanto que na segunda edição houve a inscrição de 192 povos. As publicações dos Prêmios Culturas Indígenas considera que o país possui atualmente 225 povos. Assim, a primeira edição foi pleiteada por 49,3% dos povos indígenas, com 519 projetos inscritos. A segunda edição foi buscada por 85,3% dos povos indígenas e teve 729 projetos inscritos. Esse representativo esforço de acesso ao apoio público fez com que a SID estabelecesse que a terceira edição continuasse com a premiação dos inscritos no segundo Prêmio, por isso não há abertura de inscrições. Isso demonstra tanto um reconhecimento da mobilização indígena nas versões anteriores e a qualidade dos projetos enviados, como demonstra que o valor disponibilizado para os prêmios fica aquém do ideal para a iniciativa.

Quadro 06 – Dados dos prêmios de Culturas Indígenas

	Inscritos	Contemplados	Investimento
Edição Ângelo Cretã	519	15,79%	R\$ 1.230.000,00
Edição Xicão Xukuru	729	13,99%	R\$ 2.448.000,00
Edição Marçal Tupã-Y		26,61%	R\$ 1.840.000,00
Total	1.248	22,11%	R\$ 5.518.000,00

Fonte: Balanço de Editais – SID – 2005 a 2010. Ministério da Cultura, 2010.

Os prêmios de culturas indígenas contemplaram povos indígenas de diversas regiões do país. Em 2006, apenas cinco unidades da federação não tiveram projeto contemplado: Distrito Federal, Piauí, Rio Grande do Norte, Goiás e Sergipe. Na segunda edição, apenas Goiás e Sergipe ficaram sem participação. No edital de 2010, que continua com as propostas inscritas na segunda edição, continuam as ausências de Sergipe e Goiás, acrescidas do Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte. Os estados de maior participação e investimento da SID através dos prêmios foram Amazonas, Mato Grosso, Minas Gerais e Acre, respectivamente. Os projetos versavam sobre diversos temas, passando, por vezes, pela educação, valorização da língua, potencialidade econômica do artesanato. Nas motivações apresentadas para o desenho do projeto, o retrato da desvalorização cultural era uma tônica comum.

Sobre o conjunto de iniciativas, impressiona sua diversidade e também a predominância de alguns temas. Por exemplo, a preocupação com os jovens e seus desinteresse ou vergonha das tradições em razão da proximidade com o mundo dos brancos aparece como motivação de muitas e muitas ações de fortalecimento cultural. Apresentações de danças e cantos para os brancos ou outros povos e também a confecção e venda de artesanato estão entre as principais estratégias apresentadas para reverter a vergonha em orgulho e geração de renda, fazendo com que esses jovens não precisem procurar trabalho fora das comunidades nem quieram esconder sua identidade indígena. (PRÊMIO CULTURAS INDÍGENAS: 2008, p.21)

Seguindo a tradição vista em outras iniciativas, a SID homenageou indígenas no nome dado aos editais lançados. Os indígenas que nomeiam os editais são Ângelo Cretã, Xicão Xukuru e Marçal Tupã-Y. A história dessas três lideranças indígenas possui pontos em comum: a luta pela demarcação das terras indígenas e, como consequência, a perseguição e assassinato. Esta conexão entre estas histórias demonstra a ainda presente

falta de reconhecimento às culturas e evidencia a necessidade de se pensar as políticas culturais em conjunto com demais ações do Estado.

Assim como aconteceu com as culturas populares, a SID também participou ativamente para a aprovação do plano setorial indígena, para fortalecer a pauta dentro da pasta da cultura e pensar diretrizes da atuação do Estado. Isso também coloca em igualdade a cultura indígena com as já consagradas áreas de atuação do MinC, como as linguagens artísticas. Outras ações também envolveram a SID, como a participação na Campanha Nacional de Valorização das Culturas dos Povos Indígenas, que teve o objetivo de dar espaço a esta cultura nos meios de comunicação, a parceria com a Cinemateca Brasileira, com a realização de uma Mostra Cinema Indígena circulando por todo o país, e a parceria com a Ong Vídeo nas Aldeias, projeto de capacitação para os indígenas na área de roteiro, fotografia e produção audiovisual.

3.3 - Culturas Ciganas

O quadro de exclusão dos ciganos passa por diversos aspectos, demonstrado em atribuições semânticas ao nome, conforme registrado nos dicionários brasileiros²⁸, até a ausência de caracterização destes enquanto sujeitos de políticas públicas. Este quadro é reflexo de uma ausência do Estado para esta cultura, quando não da perseguição, o que resulta na falta de sistematização de dados para um embasamento da ação do Estado.

Quando se fala em ciganos, fala-se em três grandes grupos identitários: Rom (que também se divide em subgrupos), Sinti e Calon. No Brasil, a história dos ciganos passa a ser contada a partir de 1574, quando o cigano João Torres e sua família foram expulsos de Portugal, deportados para o Brasil. A ausência de documentos não permite afirmar, contudo, se João de Torres realmente chegou ao país. O motivo da expulsão de Portugal, porém, é claro: eram ciganos. Os relatos de expulsão dos povos para o Brasil continuam nos séculos seguintes. A política de exclusão do Estado é mantida. Deportados, privados de direitos e colocados em lugares distantes de portos, aos ciganos foi negado até mesmo o uso de suas línguas, que, conforme ordem de Dom João V, rei

²⁸ O Padre Raphael Bluteau, autor do primeiro dicionário de Portugal, define ciganos como "nome que o vulgo dá a uns homens vagabundos e embusteiros, que se fingem naturais do Egito e obrigados a peregrinar pelo mundo, sem assento nem domicílio permanente, como descendentes dos que não quiseram agasalhar o Divino Infante quando a Virgem Santíssima e S. José peregrinavam com ele pelo Egito" (BLUTEAU apud TEIXEIRA, 2008). Em 2012, no Brasil, as editoras Objetiva e Houaiss foram processadas pelo Ministério Público Federal por preconceito devido ao verbete sobre os ciganos, que colocava como sinônimo expressões pejorativas, vinculadas a trapaças.

de Portugal, deveria ser interdita, de modo que não fosse ensinada aos filhos dos ciganos para desaparecer (KIDDER *apud* TEIXEIRA: 2008, p.17).

Portando-se como perseguidor durante séculos, associando a imagem dos povos ciganos à desonestidade, furtos, vadiagem e imundice, o Estado, e a imprensa exerceram continuamente o papel de repressão a estas expressões até o século XX. O silêncio quanto a estes grupos, porém, também continua como uma forma de não-inclusão, visto que, como grupos excluídos do imaginário de progresso, de convívio e de direitos, não foi dada a atenção para incluir estes grupos dentro da democracia brasileira. Uma das evidências do conturbado caminho de reconhecimento destes grupos está no próprio conhecimento do Estado sobre eles. Apenas em 2010 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mapeou os acampamentos ciganos existentes no país, identificando que estes estão presentes em 291 municípios, com população aproximada de 800 mil pessoas²⁹.

Da mudança de postura do Estado brasileiro para com as culturas ciganas, pode-se destacar a atuação das Secretarias Especiais de Políticas da Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e dos Direitos Humanos (SDH) durante o governo Lula. Em maio de 2006, o governo assinou o decreto instituindo o Dia Nacional do Cigano no Brasil, estabelecendo uma ruptura com as ausências do Estado e partindo de uma ação de reconhecimento positivo das culturas ciganas. O Decreto coloca as duas secretarias supracitadas como responsáveis por apoiar as medidas a serem adotadas para a comemoração de tal data.

A criação de uma efeméride singularizando os ciganos revela um gesto positivo de reconhecimento público inédito no concerto das nações modernas, destacando sua importância na formação histórica e cultural da identidade brasileira. Teve como grande artefato simbólico, na ocasião da primeira celebração da data, em 24 de maio de 2007, o selo comemorativo lançado oficialmente no Salão Negro do Palácio da Justiça, diante de líderes ciganos vindos de todas as regiões do Brasil. (MELLO e VEIGA: 2007, p.2)

Dentro do panorama cultural do governo, a SID estabelecerá uma relação de reconhecimento e valorização das culturas ciganas, em consonância com a postura adota pelo governo através das outras secretarias citadas, através do programa Brasil Plural. Estas ações, conjuntamente, vão de encontro às recomendações da presidência da

²⁹ Informações disponíveis na página da Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=914&Itemid=1>. Acesso em 05 de maio de 2013.

república para pensar ações transversais para a etnia cigana. Esta diretriz começou a ser aplicada em 2003.

Foi criado, então, um grupo de trabalho interministerial, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) da Presidência. O MinC é representado nesse grupo pela SID. Em janeiro de 2006, o MinC criou o Grupo de Trabalho para as Culturas Ciganas, com a finalidade de indicar políticas públicas para as expressões desses povos. Por indicação do GT, em 2006, o MinC realizou em Brasília a Oficina de Capacitação em Projetos Socioculturais para Comunidades Ciganas. Em 2007, foi criado o Prêmio Culturas Ciganas, que homenageou, em sua primeira edição, o cigano João Torres, e que terá sua segunda edição em 2010. (MINC: 2010, p.45)

Assim, através do programa Brasil Plural, foram realizados os prêmios de acordo com a tabela abaixo. Os prêmios foram promovidos através de uma parceria entre a SID, o Ministério da Saúde, as Secretarias de Promoção de Políticas para a Igualdade Racial e de Direitos Humanos e a Pastoral dos Nômades do Brasil.

Quadro 07 – Prêmios Culturas Ciganas

Edital	Inscritos	Contemplados	Investimento
Prêmio Culturas Ciganas 2007 Edição João Torres	118	20	R\$ 200.000,00
Prêmio Culturas Ciganas 2010	178	30	R\$ 300.000,00

Fonte: Balanço de Editais – SID – 2005 a 2010. Ministério da Cultura, 2010.

Na primeira edição, foi realizada uma cartilha apresentando o prêmio e orientando sobre a participação, buscando facilitar o acesso ao prêmio. Os prêmios consistiram na distribuição de R\$ 10.000,00 por projeto selecionado. Entre 2007 e 2010, o valor do prêmio aumentou em 50%, acompanhando também o aumento de inscrição, de 118 para 178. Na segunda edição, houve um aumento futuro para mais 30 projetos contemplados, devido a mudança no Plano de Trabalho do Fundo Nacional da Cultura que ampliou o orçamento de alguns fundos setoriais. Contudo, o calendário da SID não se mostra fixo, com o intervalo de três anos entre a iniciativa, o que dificulta a criação de uma agenda de incentivo e, portanto, de uma institucionalização das políticas para o segmento neste formato.

No primeiro prêmio, foram contemplados projetos em nove unidades federativas. A segunda edição, considerando os trinta primeiros projetos contemplados, contemplou quinze unidades federativas. Todas as regiões do país possuíram contemplados. Porém é importante observar que o prêmio foi uma iniciativa pequena. Em duas edições, apenas 50 projetos foram contemplados (aumentando para 80 depois da ampliação do Fundo). Assim, a participação de muitos estados é compreendida por apenas um projeto aprovado. Estado de maior contemplação, São Paulo obteve, nas duas edições somadas, onze projetos aprovados, com um investimento total de R\$ 110.000,00. Assim, muito mais do que o aspecto financeiro, o maior destaque do prêmio está no reconhecimento dos ciganos enquanto expressão cultural. Mais do que isso, a valorização desta expressão, expressa de forma positiva pelas cartilhas e propostas de premiações.

3.4 - Cultura e Saúde

Na interface entre cultura e saúde, a SID teve a experiência de discutir e implementar política cultural voltada para pessoas com sofrimento psíquico. A SID, em parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz, realizou uma oficina intitulada “Loucos pela Diversidade - da diversidade da loucura à identidade da cultura”, em agosto de 2007. Nas etapas abertas ao público, a oficina mobilizou 300 pessoas, contando com 50 participantes convidados nas demais etapas. A oficina objetivou consolidar propostas de diretrizes e ações para atuação do Ministério da Cultura, a partir das discussões feitas em mesas, painéis temáticos e grupos de trabalho, estes divididos com os temas patrimônio, fomento e difusão.

Pensar políticas culturais para pessoas com sofrimento psíquico é uma ação que envolve inclusão cidadã através da incorporação do debate antimanicomial travado pela sociedade brasileira especialmente desde a década de 1970. O aspecto da cidadania deve ser reforçado devido ao tratamento histórico dado às pessoas com sofrimento psíquico, marcado pelas restrições ao convívio social, pelas experimentações de cura e pelo isolamento.

A doença mental, objeto construído há duzentos anos, implicava o pressuposto de erro da Razão. Assim, o alienado não tinha a possibilidade de gozar da Razão plena e, portanto, da liberdade de escolha. Liberdade de escolha era o pré-requisito da cidadania. E se não era livre não poderia ser cidadão. Ao asilo alienista era devotada a tarefa de isolar os alienados do

meio ao qual se atribuía a causalidade da alienação para, por meio do tratamento moral, restituir-lhes a Razão, portanto, a Liberdade. (AMARANTE: 1995, p.491)

No período da redemocratização brasileira, é criado o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES) e da Revista Saúde em Debate, objetivando oferecer uma leitura crítica do campo da saúde pública no país. O período de efervescência da organização da sociedade brasileira também converge com a criação do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), no Rio de Janeiro, que buscou uma reforma nas práticas com a saúde mental. No final dos anos 1980, o MTSM adere o lema “Por uma Sociedade sem manicômios”.

Deste ano [1987] até hoje, o Movimento vem organizando inúmeras atividades culturais, artísticas e científicas nos estados e nas principais cidades do país, com o objetivo de sensibilizar e envolver novos atores sociais na questão: de lá para cá foram organizadas dezenas de associações de familiares, voluntários e usuários de serviços psiquiátricos. Da mesma forma, inúmeras entidades da sociedade civil passaram a incluir o tema em seus debates e pautas de atuação. (*Idem*, p.492)

É referenciado nesse movimento que o secretário da SID, Sérgio Mamberti, saudava a oficina, compreendendo a inclusão das pessoas com sofrimento psíquico dentro das políticas culturais como fruto de “um longo processo, que envolveu, durante várias décadas, a luta e a dedicação de muitas pessoas, dentre médicos, pesquisadores, artistas, cuidadores, pacientes e familiares” (MAMBERTI *in* AMARANTE: 2007, p.24).

Assim, a produção artística desse segmento que a cultura e a sociedade excluíram da cidadania cultural, vem sendo considerada um instrumento de mudança. Mudança que vai do sofrimento psíquico ao encorajamento criativo, do confinamento à emancipação, da exclusão ao aplauso. Sem deixar de lado o fato importante de que essa construção iniciada com a terapia ocupacional e a reabilitação psicossocial por meio do fazer artístico, inclui também a criação de uma nova cultura de olhar e de cuidar da loucura. (*Idem*)

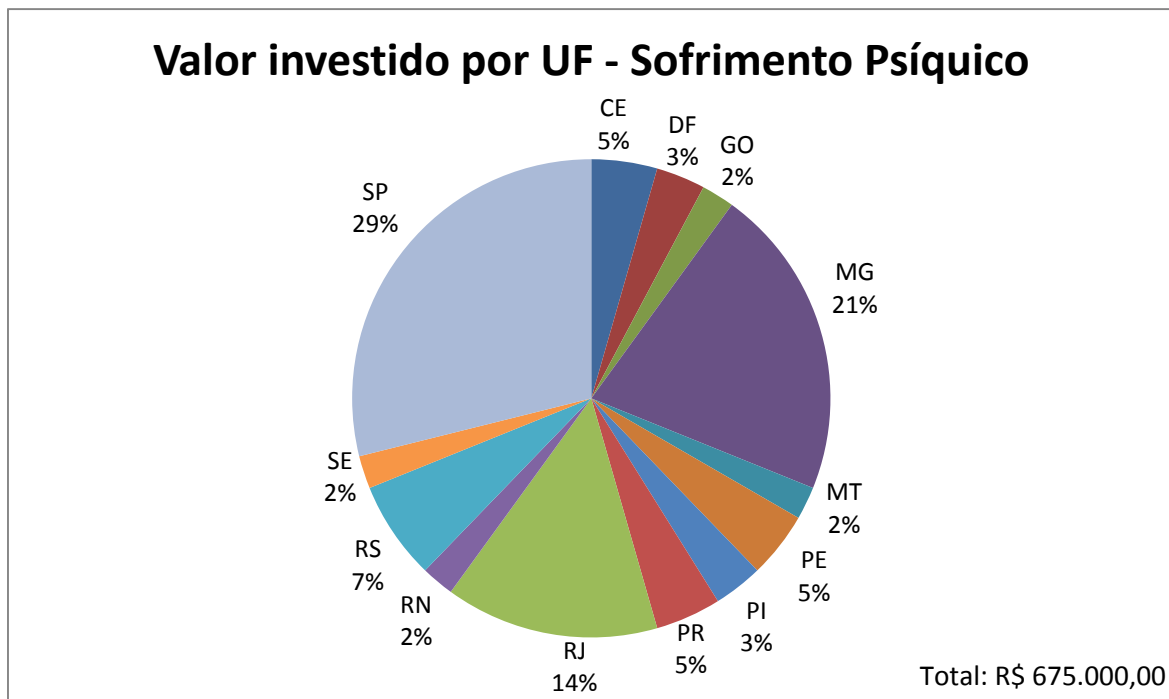
Também presente da oficina, o ministro Gilberto Gil chegou a intervir que “Saúde e Cultura é tudo a mesma coisa... Ministro da Saúde Espiritual”, ao ser chamado de Ministro da Saúde por Antonio Ivo de Carvalho, diretor da Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz, durante a mesa de abertura. Gil defendeu a inclusão cultural de tais atores dentro de um processo de reconhecimento de suas particularidades – o diálogo da diferença com a igualdade.

Ao serem reconhecidos publicamente como artistas, como criadores, essas pessoas são apanhadas pela rede da cultura e trazidas para dentro de sua órbita, ainda que excêntrica. São incluídos após terem vivido um período de suas vidas na exclusão. E incluir é exatamente o nosso papel, juntamente com o de incentivar a tolerância e o respeito à diferença. Esse é o momento de saudar esse encontro, esse evento, essa possibilidade de inclusão de volta ao convívio pleno. (GIL *in* AMARANTE: 2007, p. 27)

Da oficina e dos grupos de trabalho foram tiradas nove diretrizes. Estas diretrizes destacaram ações informativas, formativas e de fomento, dentre outras. Apontando para a aproximação entre o Ministério da Saúde e o MinC, as diretrizes convergiam para a inclusão da área da Saúde no Plano Nacional de Cultura e da área da cultura no Plano Nacional de Saúde - um importante diálogo entre as áreas para consolidação das políticas culturais de forma ampla. As ações elencadas também apontavam para a criação de editais específicos para a área de Saúde Mental, onde se encaixa o Programa Brasil Plural na oferta do Prêmio Cultural Loucos pela Diversidade: Austregésilo Carrano em 2009.

O nome do prêmio é uma homenagem a Austregésilo Carrano Bueno, escritor brasileiro que se somou a luta antimanicomial, autor do livro “Canto dos Malditos”, onde retrata as suas experiências em hospitais psiquiátricos e denuncia as condições dos internos. Apenas uma edição foi realizada durante o governo Lula, em 2009, investindo o valor total de R\$ 675.000,00.

Gráfico 03 – Investimento do edital de Sofrimento Psíquico por estado



Fonte: Balanço de Editais – SID – 2005 a 2010. Ministério da Cultura, 2010.

O edital teve o número total de 361 inscritos, com 134 projetos contemplados - ou seja, cerca de 37% dos projetos foram contemplados. Com apenas um edital, foi destinado para o edital 3% do recurso da SID para o programa. Treze unidades federativas conquistaram recursos para o segmento, conforme gráfico acima. A SID, contudo, desenvolveu outras iniciativas que relacionaram a cultura com a saúde.

O projeto Vidas Paralelas, lançado em abril de 2009, foi realizado pelo MinC, por meio da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, em parceria com o Ministério da Saúde, a Rede Escola Continental em Saúde do Trabalhador (REC-ST), a Universidade de Brasília (UnB) e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP); além do apoio das Centrais Sindicais, Pontos de Cultura e órgãos de saúde e cultura dos estados e municípios. O projeto buscou reunir trabalhadores em uma rede social com o objetivo de revelar seus cotidianos. O olhar dos trabalhadores foi partilhado com o uso de ferramenta de cultura digital. O trabalhador, agora produtor de conteúdo, se insere na comunicação interativa com demais trabalhadores em rede pelo país. Esta mudança possui significativa importância para este segmento. Em entrevista, um dos coordenadores do projeto, Márcio Blanco, explica o impacto do projeto.

Alguém que tem uma trajetória pessoal não é apenas uma estatística, essa é a vantagem de se trabalhar em rede, ganha visibilidade através do seu próprio

discurso, constrói a narrativa sobre a sua vida, isso gera um ganho na estima desse trabalhador enorme, pois ele passa a se sentir parte de um mundo que é cada vez mais mediado pela comunicação. (BLANCO: 2010)

Assim, a partir do instrumento digital, o projeto pode colocar o trabalhador como sujeito atuante de uma rede, o insere dentro do contexto da cultura digital e enriquece o conhecimento sobre sua realidade a partir de seu próprio relato. O uso desta iniciativa, para além da potencialidade de uso das ferramentas culturais, também teve relação direta com os demais ministérios, pois o conhecimento da realidade dos trabalhadores a partir de seus relatos contribuiu para a formulação das demais políticas e diretrizes para a área. O projeto desenvolveu uma rede de apoio dos estados, que realizaram oficinas para auxiliar os trabalhadores na execução do projeto e na avaliação desta produção. Para que o uso de tecnologias não fosse traumático ou distante da realidade dos trabalhadores, foram usados (i) dispositivos de registro largamente difundidos, como os celulares e máquinas fotográficas, (ii) plataforma de publicação de linguagem simples, como o *wordpress*, e (iii) o uso de fundamentos da educação popular para a prática pedagógica do projeto. Durante o governo Lula, 648 trabalhadores de 24 categorias participaram desta rede, produzindo fotos, vídeos e texto.

Outra iniciativa do Ministério da Cultura que envolveu a SID e abordou a interface cultura e saúde foi a realização da 1ª Oficina Nacional para Indicação de Políticas Culturais Voltadas à Inclusão de Pessoas com Deficiência. Trata-se de uma ação de continuidade da oficina Loucos pela Diversidade, contando novamente com a parceria da Fiocruz. Realizada em outubro de 2008, a oficina buscou pensar ações específicas para o segmento bem como pensar a acessibilidade das políticas culturais e dos projetos com apoio do MinC (MINC, 2010). Buscando a participação do público envolvido na política, a SID inscreve novamente a marca da cidadania cultural a partir da participação, possibilitando a voz para os diferentes grupos culturais. Não à toa, a oficina adota o nome-lema do movimento iniciado por este segmento para ter participação na construção das políticas, focadas ou não em suas singularidades: “Nada Sobre Nós sem Nós”.

3.5 - Grupos Etários

Quando uma Secretaria se volta para a promoção de políticas culturais para a diversidade, compreende a sua atuação para as diversas etnias e povos que se

conformam em suas diferentes formas de viver. Assim, é esperado que atue para a promoção de políticas culturais para grupos de culturas distintas, como indígenas e ciganos. Entretanto, uma nova conformação da sociedade brasileira evidencia aos poucos a necessidade do Estado em pensar políticas culturais para além deste recorte. Dentro da SID, este destaque pode ser feito quanto às políticas para saúde, conforme visto anteriormente, e também nas políticas para os grupos etários. Elas consistem em incentivar iniciativas culturais produzidas pela e para a infância, a juventude e os idosos. Isso porque a SID compreende estes grupos como carentes de uma atuação do Estado para políticas culturais e como expressões dinâmicas da diversidade cultural brasileira.

Enquanto grupos merecedores da atenção do Estado, os idosos e as juventudes se destacaram recentemente, com planos de políticas nacionais aprovados ou em processo de aprovação nas últimas décadas. As pautas centrais no pensamento do Estado quanto a estes grupos se destacaram através das políticas pensadas para educação e trabalho, no caso juvenil, e de saúde e previdência, no caso dos idosos. Ambos os grupos chamam a atenção do poder público a partir da pirâmide etária brasileira, em constante mudança de abaulamento nos últimos anos, que conforma uma nova forma de projetar o futuro da juventude e dos idosos, bem como a adoção de novas formas de pensar as culturas e os direitos relacionados a ela, descentralizando a lógica de políticas de mercado e renda, focadas na vida adulta, para pensar a importância de políticas centradas em momentos diversos e que compreenda amplamente as etapas da vida dos cidadãos.

3.5.1 – Cultura e Infância

Para a cultura na infância, a SID, em parceria com a Fundação Orsa, Sesc-SP e Rede Cultura Infância, realizou a oficina "Brincando na Diversidade Cultural na Infância", em outubro de 2008. A ação buscou envolver representantes de diversas áreas que lidam com a cultura na infância para provocar uma reflexão sobre o tema e a viabilidade de inclusão desta no Plano Nacional de Cultura. No documento sobre esta oficina, o ministro na época, Juca Ferreira, enfatizou os seguintes aspectos:

A ideia que permeou essas discussões foi a de trabalhar o tema da infância em abordagens que constituem três grandes eixos: o fomento, a memória e a comunicação. Temos consciência de que a criança é um agente dinâmico e ativo da sociedade. Nesse sentido, discutimos o consumo e a indução ao consumismo das crianças, inclusive no que diz respeito à alteração dos

hábitos alimentares da população brasileira, e a influência da cultura de massa e dos meios de comunicação, fator que vem levando à perda dos jogos e das brincadeiras tradicionais. Igualmente importante como os jogos, existe também a questão dos espaços lúdicos, da expressão cultural da infância e do fazer cultural para a infância. Além desses temas, concluímos que a cultura digital para as crianças também deve ser objeto de uma política pública. (MINC: 2008, p.4)

Dentro dos três eixos apontados por Juca, os objetivos estavam relacionados a ter propostas de políticas de apoio e estímulo para projetos e iniciativas voltados para a infância; a construir ações para preservação, manutenção e transmissão do patrimônio material e imaterial relacionados à esta cultura; e propostas de difusão desta cultura nos meios de comunicação. Estes pontos foram desenvolvidos por grupos de trabalho, para sistematização e posterior contribuição para o Plano Nacional de Cultura.

A SID não desenvolveu nenhum edital no programa Brasil Plural voltado especificamente para as culturas da infância, ainda que isso não impossibilite que os editais voltados para a diversidade étnica e sócio-cultural, como as culturas indígenas e ciganas, por exemplo, tenham oferecido assistência a esta cultura dentro das infâncias manifestadas nestas expressões. A importância do debate das culturas para a infância, realizada em parte de SID, consegui, porém, atender a demanda da agenda nacional, sendo compreendida como uma das metas do Plano Nacional de Cultura a criação de diretrizes, ações e metas voltadas para a infância e juventude. Após o governo Lula, com a incorporação da SID dentro da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC), o desenvolver das políticas para a infância são observadas como promissoras áreas de atuação para a cultura.

É preciso que os planos em elaboração levem em conta o tema da infância e juventude e suas relações com as políticas culturais. E que aqueles que foram elaborados possam incluir em suas revisões futuras as ações voltadas para crianças e adolescentes. Além disso, está em formulação no Ministério da Cultura (MinC), por meio da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC), uma política específica para a infância e a juventude. Essa política pode servir como documento orientador para a criação e a revisão dos planos setoriais de cultura no momento em que forem incluir o tema da infância e juventude. (MINC: 2012, p.125)

A realização da oficina e a manutenção do debate quanto as culturas da infância possibilitaram, assim, reflexões sobre a relação desta fase etária com a sociedade. Cabe destacar que as reflexões tocaram aspectos para além do fazer cultural da infância, perpassando a forma de se ver a criança dentro da sociedade (e por isso compreendê-la e questioná-la enquanto sujeito a ser inserido dentro das agendas políticas) até as demais

políticas que impactam diretamente na formação das identidades e diversidades culturais da infância, como as políticas de comunicação e de cultura digital.

3.5.2 – Cultura e Juventude

Dentro da atuação da SID para a juventude, seguiu-se a dinâmica de atender os segmentos organizados, tal qual ocorreu com a criação das redes e com os grupos LGBT. Para a juventude, o foco do prêmio esteve no movimento Hip Hop. A SID, durante o governo Lula, abriu apenas um edital de premiação voltado para esta expressão, em 2010. Em entrevista para esta pesquisa, o ex-secretário Américo Córdula afirmou que o pedido de atender o movimento Hip Hop teria partido diretamente do presidente Lula, um indício da capacidade organizativa e da expressividade que este movimento obteve nas últimas décadas no país, envolvendo majoritariamente a juventude das periferias.

O Prêmio de Cultura Hip Hop Preto Ghóez, de 2010, foi realizado em parceria com a Secretaria de Cidadania Cultural, com o Instituto Empreender e com a Ação Educativa. O processo de criação do Prêmio está na mesma lógica que os demais editais da SID, com consultas e oficinas voltadas para o segmento, debatendo diretrizes e ações com os envolvidos diretamente com as temáticas.

O edital determinou a premiação de 134 iniciativas culturais com o valor de R\$ 13 mil para cada uma contemplada. Dentre as categorias possíveis de ser premiadas, o edital elencou cinco possibilidades de inscrição ao prêmio:

- I. **Reconhecimento:** destinada a honrar personalidades ou coletivos importantes para o desenvolvimento da cultura Hip Hop no país.
- 10 prêmios, sendo dois para cada macrorregião do país.
- II. **Escola de Rua:** voltada para iniciativas que, por meio dos elementos do Hip Hop, desenvolvam ações sócio-culturais e sócioeducativas.
- 27 prêmios, um para cada Estado da Federação e um para o Distrito Federal.
- III. **Correria:** iniciativas que incidem sobre a geração de renda ou que criem oportunidades de trabalho para os envolvidos, tais como produção e distribuição de bens culturais da cultura Hip Hop, dentre outras.
- 27 prêmios, um para cada Estado da Federação e um para o Distrito Federal.
- IV. **Conhecimento:** iniciativas que fomentem a realização de encontros, seminários, debates, publicações gráficas e eletrônicas (internet), ou a produção de estratégias para a difusão do Hip Hop.
- 35 prêmios, sete para cada macrorregião do país.

V. **Conexões**: iniciativas que promovam o intercâmbio com outras formas artísticas afins à cultura Hip Hop, em particular as expressões culturais afrobrasileiras, criando novas associações, incorporações estéticas e políticas, para além dos quatro elementos consagrados.
- 35 prêmios, sete para cada macrorregião do país. (MINC: 2010)

Na delimitação destas cinco categorias, percebe-se a valorização da cultura tanto pela sua própria expressão, mas também como forma de construção da cidadania, incluindo as dimensões sociais e educativas nas ações e o diálogo demais linguagens artísticas. O edital tem, portanto, uma ampla articulação com as possibilidades culturais do Hip Hop.

Quadro 08 – Prêmio Cultura e Juventude

Prêmio	Inscritos	Contemplados	Investimento
Prêmio Cultura Hip Hop 2010 - Edição Preto Ghóez	1.121	134	R\$ 1.742.000,00

Fonte: Balanço de Editais – SID – 2005 a 2010. Ministério da Cultura, 2010.

O edital, conforme previsto, premiou 134 iniciativas. Isso representou cerca de 12% das propostas inscritas. Quanto a distribuição geográfica, o prêmio contemplou 25 unidades federativas. Os estados com maior participação foram Mato Grosso do Sul (10 iniciativas contempladas), Rio Grande do Sul e São Paulo (9 iniciativas cada). Apenas Minas Gerais e Roraima não possuíram projetos contemplados. O edital permitiu a inscrição de pessoas físicas, pessoas jurídicas (chamadas de Instituições) e grupos ou comunidades sem constituição jurídica própria (chamados de Grupos Informais), ampliando, com esta última possibilidade, a possibilidade de inscrição de grupos do hip Hop que não possuem pessoa jurídica.

Para a seleção das propostas, foi montada as comissões de seleção composta por membros do MinC e por pessoas de notório saber e de reconhecida atuação no campo da expressão cultural. As entidades que trabalham com Hip Hop também atuaram na indicação de nomes. Nos critérios de seleção é importante observar que pontuações foram dadas de acordo com aspectos socioculturais. Por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios foi levado em consideração na pontuação. Gênero, geração de emprego e renda, ações culturais educativas desenvolvidas e inclusão digital também foram designados como critérios de pontuação entre as propostas.

O edital previu também a concessão de um prêmio para a família de Preto Ghóez, homenageado que dá nome ao prêmio, como forma de reconhecimento pelo seu trabalho para a organização do movimento Hip Hop no país. Preto Ghóez (Márcio Vicente Montes Ghóez) fundou e liderou o Movimento Hip Hop Organizado Brasileiro (MHOB), no Maranhão, e integrou o Clã Nordestino, como cantor e compositor.

3.5.3 – Cultura e Idosos

Pensar a relação com o idoso na sociedade é uma preocupação que entra na agenda do governo brasileiro no novo século. O aumento da expectativa de vida junto às melhorias ofertadas para a qualidade da vida muda, paulatinamente, a forma do idoso se inserir e ser reconhecido pela sociedade. O ex-secretário Américo Córdula, quando do lançamento do primeiro Prêmio Inclusão Cultural da Pessoa Idosa, em 2007, assim retratava a relação da sociedade com os idosos:

Infelizmente, a nossa sociedade vê no idoso uma pessoa inútil, que acaba quase sempre excluída do convívio social. A proposta do Prêmio Inclusão Cultural da Pessoa Idosa é mudar a imagem dos idosos no imaginário coletivo, pois ações como esta são capazes de criar uma nova visão sobre a velhice. Acreditamos, portanto, estar contribuindo não apenas para ampliar a valorização de nossos idosos, mas para difundir uma nova percepção do idoso como uma pessoa que acumulou sabedoria graças às experiências da vida. Difundimos, também, a noção de que o envelhecimento é uma realidade para todos os seres, independente de raça e gênero, ainda mais num país no qual a evolução demográfica, somada ao aumento da expectativa de vida, aponta para uma presença cada vez maior do número de pessoas idosas em nossa sociedade. (CÓRDULA *in* MINC: 2007b)

A mudança da pirâmide etária brasileira em consonância com o reconhecimento dos direitos dos idosos fundamenta a reflexão do MinC para pensar as políticas para os idosos, incluindo a percepção de uma nova configuração da sociedade brasileira nos próximos anos.

De acordo com o IBGE, existem atualmente no Brasil 19,1 milhões de pessoas idosas, o que equivale a 11% da população. Esse número deve chegar a 15% até 2025. Diante disto, o Ministério da Cultura, por meio da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, apoiado na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que assegura ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à cultura, criou o Prêmio Inclusão Cultural da Pessoa Idosa. (FERREIRA *in* MINC: 2010)

Para os idosos, a SID lançou dois prêmios de inclusão cultural, um em 2007 e outro em 2010. Os prêmios estão de acordo com os acúmulos sobre o debate de políticas para os idosos realizados pelo país. A SID reconhece a influência da Lei nº 10.741 de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso. A lei buscou assegurar direitos a pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Dentre as obrigações colocadas ao Poder Público, a lei elenca a cultura como uma das prioridades.

Quadro 09 – Prêmios de inclusão cultural da pessoa idosa

Prêmio	Inscritos	Contemplados	Investimento
Prêmio Inclusão Cultural da Pessoa Idosa 2007	264	20	R\$ 400.000,00
Prêmio Inclusão Cultural da Pessoa Idosa 2010	590	40	R\$ 800.000,00

Fonte: Balanço de Editais – SID – 2005 a 2010. Ministério da Cultura, 2010.

A experiência do primeiro prêmio, realizado com recursos da Petrobras, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), foi relatada com entusiasmo pela SID. Na cartilha produzida com as propostas contempladas, Córdula destaca a ampla quantidade de propostas recebidas pelo edital e o envolvimento intergeracional de parte das propostas, o que enfatiza o caráter de diálogo entre culturas pela Secretaria.

Percebemos que muitas iniciativas recebidas agrupam jovens e idosos, fator que reduz sensivelmente a rejeição, violência e distância entre as faixas etárias. Esse diálogo entre o novo e o mais velho, entre a inovação e a experiência, deverá ser encorajado, pois é capaz de fazer com que os mais velhos sejam respeitados e ouvidos, como ocorre em outras culturas onde todos sabem que a vida traz também a sabedoria. (CÓRDULA *in* MINC: 2007b)

A segunda edição do prêmio foi nomeada de Inezita Barroso, na época com 85 anos, atriz, cantora e professora de folclore e história da música popular. Foi dobrado o valor de recurso devido à grande procura no primeiro prêmio. Outra diferença entre os prêmios está na abertura da possibilidade de inscrição por via oral estabelecida no segundo prêmio, uma realidade já admitida em outras experiências de prêmios da Secretaria. Os prêmios buscaram premiar iniciativas apresentadas por grupos informais, pessoas físicas ou jurídicas que beneficiassem diretamente pessoas idosas. Além das

iniciativas de pessoas idosas, o prêmio possibilitou o investimento em ações e produtos culturais destinados a esse público alvo.

Todas as regiões do país possuíram projetos contemplados nos editais para idosos. Dentre as unidades federativas, apenas Piauí e Acre não foram contemplados. A experiência inédita deste prêmio reforça o entendimento amplo de diversidade cultural, mas também evidencia a fragilidade percebida em outras experiências da SID, como a periodicidade das iniciativas. Em 2007, o prêmio foi visto como importante iniciativa devido a grande busca de projetos, contudo só houve viabilidade de uma nova edição três anos depois. Assim, o ineditismo da ação e a atualidade do tema esbarram em aspectos de logística da administração pública, bem como a falta de centralidade dada para as políticas culturais. A experiência demonstra, de outro lado, uma demanda da sociedade para esta área, percebida na busca pelos prêmios e no desenvolvimento de atividades para idosos, bem como acende a discussão de políticas para idosos dentro da agenda cultural.

3.6 - Cultura LGBT

Nas discussões internacionais que influenciaram a SID e que, posteriormente, foram ratificadas pela Convenção da Unesco de 2005, não é consenso a ideia dos grupos LGBT dentro da dimensão cultural. Essa exclusão tem relevância política. Estados partícipes da ONU e, por sua vez, integrantes da Unesco, possuem configurações variadas. O Brasil se constitui como um Estado laico, realidade diferente de outros Estados, que possuem conotação religiosa. O processo de exclusão dos LGBT da sociedade, por sua vez, tem trajetória interligada a discursos religiosos. Este é um caso notável de conflito cultural, adicionado o obstáculo de que, em uma das partes, o caráter cultural não é pleiteado, pois se coloca como não-humano, constituindo a própria natureza. Nesse sentido, o diálogo é comprometido pela incompatibilidade dos discursos dentro de uma mesma “natureza”.

Ao analisar a história da sexualidade, Michel Foucault, pontuando os códigos que regiam as práticas sexuais no século XVIII, elenca não apenas a “pastoral cristã” como também o direito canônico e a lei civil. O Estado e a religião, portanto, fomentaram e corroboraram um entendimento sobre os cidadãos aliados a uma ideia cultural (mas não assumida como tal) dos sexos e dos gêneros. Essa delimitação, em forma de norma, justificou exclusões, violências, abjeções e controles nas mais diversas

esferas da sociedade – educação, direitos, saúde, etc. Para Foucault, as classificações e exclusões, a delimitação do permitido e do promíscuo, se relacionavam diretamente a uma relação de poder³⁰, que teve como um dos resultados a “incorporação das perversões e nova especificação dos indivíduos” (FOUCAULT, 2010, p.50). O sujeito homossexual (conforme adjetivo usado pelo autor, mas que pode ser interpretado para as demais identidades de gênero) passa a ser condenado a ser visto, lido e interpretado na unidade imposta de sua identidade sexual, catalogado como uma espécie, inevitavelmente patológica.

Dentro da história mais recente da luta por direitos dos homossexuais, considerando o século passado, pode-se destacar o período da década de 1960, anos de efervescência do movimento hippie e da contracultura, que buscavam questionar o estado das coisas. Nos Estados Unidos, surge o “Gay Liberation Front”, que teve como marco, em 1969, "uma batalha de três noites, travada por homossexuais, incluindo muitos travestis e prostitutas, contra a polícia no gueto guei de Nova York" (MARRAE in COLLING, 2011, p.26). Neste movimento, são proferidas as palavras de ordem de alusão ao orgulho gay. Diversos outros movimentos são inspirados por esta experiência, questionando os estereótipos do masculino e do feminino, as limitações dicotômicas nas compreensões dos gêneros e a normatização sobre os sexos e gêneros. Uma das formas de se observar esta militância está na apropriação das linguagens e comportamentos estigmatizados como parte integrante de afirmação da identidade. Na década de 1990, também nos Estados Unidos, ativistas se juntam no movimento "Queer Nation" e o “Act Up” para, em torno da bandeira de combate à Aids, dar visibilidade a causa LGBT. A Aids, na década de 1990, aglutina esses sujeitos, que são colocados como vítimas de um “câncer gay”, que resultou no afloramento da visão patológica de suas identidades e na exclusão cidadã destas, visto que o Estado, por vezes, negligenciou o combate à Aids justamente pelo caráter identitário relacionado diretamente aos LGBT. Tais sujeitos culturais não eram enquadrados nas normas da sociedade.

Há coisas e há sujeitos que podem ser pensados no interior de uma cultura e outros que são impensáveis, e o são porque não se enquadram numa lógica ou num quadro admissíveis àquela cultura, naquele momento. Coisas, ou

³⁰ Foucault, na mesma obra, considera poder como “a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, investe; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional tomo corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais” (FOUCAULT, 2010, p.103).

sujeitos, ou práticas aos quais falta um solo, ou uma ‘tábua de trabalho’. Fundamentalmente, o que deixa de existir é um quadro de referências que permita o pensamento operar – essas práticas e esses sujeitos transgridem toda a imaginação, são incompreensíveis ou impensáveis e, então, são recusados e ignorados. (LOURO: 2008, p.70)

Essa recusa e ignorância relegou aos LGBT no Brasil também um quadro de exclusão política e de experiência organizativa. No Brasil, o movimento surge no processo de abertura democrática, assim como outros movimentos sociais, e incorpora a agenda de saúde colocada em questão – o que trazia visibilidade ao grupo e possibilidade de bandeira conjunta, entretanto, fortalecia o “incompreensível” enquanto patologia. Política pública para o grupo é colocada, neste primeiro aspecto, não como uma questão de cultura, mas sim como uma questão de intervenção de saúde.

O movimento LGBT nasceu como movimento social organizado no Brasil há pouco mais de 30 anos. Foi no final da década de 1970 que a ditadura militar começou um processo gradual de abertura política, o qual criou condições para o florescimento desses novos atores políticos, os movimentos sociais. Na década de 1980, a sociedade brasileira se deparou com o drama da epidemia de HIV/Aids, bem em meio à redemocratização do país, quando o movimento sanitarista – formado por médicos provenientes das universidades e mesmo do então Movimento Homossexual Brasileiro conseguiu adentrar no Estado, criando um ambiente mais acolhedor às demandas dos movimentos sociais e uma sensibilidade para a urgência instaurada pela epidemia. Assim, o movimento homossexual foi bem-sucedido no diálogo com o Estado para auxiliar na criação de nosso programa de Aids. (MISKOLCI in COLLING: 2011, p.40)

Esse breve panorama da condição do LGBT na sociedade, com o dramático fato da recente história de inclusão e, portanto, da ainda presente história de intolerância identitária, coloca ao Estado o desafio de formulação de políticas para este grupo que passa, necessariamente, pela forma como o Estado irá compreender tal grupo. Restrito ao viés da saúde, o único destaque acaba por reforçar a visão de identidade patológica. Trazer para o campo das políticas culturais implica visualizar tais sujeitos como expressões culturais, um passo significativo politicamente, pois o destaque de uma condição de gênero como cultural resulta, como efeito reflexo, a condição das identidades de gênero aceitas pelas normas, normalizadas, como também fruto cultural. Assim, a construção de políticas culturais para a diversidade que compreenda os LGBT tem uma dimensão política que ultrapassa o reconhecimento destes como sujeito, pois abre a porta para o entendimento dos gêneros como aspecto da cultura.

Judith Butler defende que os gêneros foram colocados como inteligíveis apenas quando estabeleciam relação de coerência e de continuidade entre o sexo, gênero,

prática sexual e desejo. A “verdade” do sexo, colocada nesta equação, está na heterossexualidade e na discriminação do que pertence ao “feminino” e ao “masculino”.

A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de ‘identidade’ não possam ‘existir’ – isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não ‘decorrem’ nem do ‘sexo’ nem do ‘gênero’. Nesse contextos, ‘decorrer’ seria uma relação política de direito instituído pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade. Ora, do ponto de vista desse campo, certos tipos de ‘identidade de gênero’ parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformarem às normas da inteligibilidade cultural. (BUTLER: 2010, p.39)

Não “inteligíveis”, portanto, são as identidades que desviam do padrão naturalizado de heterossexualidade. A rigidez das identidades também é um aspecto dado: há um comum estranhamento das identidades que possa vir a “borrar” as definições de gênero “catalogadas” pela sociedade. Para a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural, a sigla usada, GLBT, incluía entre os proponentes possíveis: gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais. Dentro da denominação transgênero³¹ incluem as identidades de gênero caracterizadas pela não-identidade entre o sexo e o gênero (transexuais, travestis, crossdressers, drag queens, drag kings). A inclusão deste grupo nas políticas culturais pode ser justificada pela mobilização dos sujeitos, assim como o foi para as políticas voltadas aos sem-terra, estudantes e indígenas, por exemplo. Na fala introdutória ao relatório do Grupo de Trabalho de Promoção da Cidadania GLBT do Ministério da Cultura, o então ministro Gilberto Gil pontua:

A concepção de um espaço político para o debate e a construção de políticas públicas voltadas para a diversidade cultural - a maior marca da nossa identidade nacional - começou a ganhar força através do reconhecimento, por parte do governo federal, das expressões culturais ligadas a vários movimentos sociais, dentre eles, o movimento LGBT. Neste contexto, o governo brasileiro está buscando reconstruir a história do Brasil, ouvindo as mulheres, os quilombolas, os povos indígenas, a população GLBT e outros grupos formadores da identidade e da cultura nacional. (MINC: 2007, p.5)

³¹ Para Jesus (2012, p.10), “no Brasil, ainda não há consenso sobre o termo, vale ressaltar. Há quem se considere transgênero, como uma categoria à parte das pessoas travestis e transexuais. Existem ainda as pessoas que não se identificam com qualquer gênero, não há consenso quanto a como denominá-las. Alguns utilizam o termo queer, outros, a antiga denominação ‘andrógino’, ou reutilizam a palavra transgênero”. Haveria também a diferença de identidade (travestis e transgêneros) e de funcionalidade (drags, crossdressers, etc). Contudo, a formação de identidade destes gêneros “funcionais” vem sendo amplamente discutida, não cabendo uma delimitação precisa dentro deste trabalho.

Como fruto deste reconhecimento, a SID incluiu o GLBT dentro das políticas de diversidade cultural e realizou editais de dois formatos para a área: prêmios e concursos culturais; e apoio a Paradas de Orgulho Gay. Foram realizados, entre os anos de 2005 a 2010, seis editais para a área, distribuídos conforme a tabela:

Quadro 10 – Editais LGBT

Edital	Ano
Parada do Orgulho GLBT	2005
Concurso Cultura GLBT	2006
Concurso Cultura GLBT	2007
Concurso Público de Apoio a Paradas de Orgulho GLBT	2008
Prêmio Cultural GLBT	2008
Prêmio Cultural GLBT	2009

Fonte: Balanço de Editais – SID – 2005 a 2010. Ministério da Cultura, 2010.

Nas ações voltadas a esta expressão cultural, a SID contemplou 506 propostas entre os anos de 2005 a 2010, investindo um total de R\$ 4.201.557,44 (19% dos recursos totais da Secretaria investidos entre tais anos). Foram contempladas ações em quase todos os estados brasileiros, possuindo apenas três exceções: Acre, Roraima e Rondônia. Tanto os concursos como os prêmios buscaram o fomento a atividades culturais de grupos GLBT. No edital específico de 2009, foi ampliada a possibilidade de proponentes, pois abarcou entidades que não possuam vínculo direto expresso em seus estatutos com a identidade GLBT e incluiu também a possibilidade de contemplar projetos que sejam focados no combate à homofobia. Na outra categoria, de apoio a Paradas Gays, o Ministério da Cultura, através do grupo de trabalho supracitado, destacou a compreensão cultural das paradas, justificando a ação voltada para esta manifestação.

Cabe destacar ainda que as Paradas Gays são eventos culturais recentíssimos e difundidos internacionalmente, haja vista algumas famosas paradas como a de Berlim, em que há criativa e inovadora incorporação de elementos originários das linguagens artísticas (tais como a música, artes cênicas, etc), produzindo em uma nova, original e singular manifestação. A singularidade deste evento já o transforma em evento plenamente distinto de outras manifestações culturais que, por exemplo, utilizam o espaço urbano como meio próprio de realização, tais como são o tradicional desfile de Escolas de Samba no Carnaval, ou novíssimas manifestações carnavalescas, como os

circuitos de Trios Elétricos. Não se trata em absoluto aqui de caracterizar as Paradas de Orgulho Gay como manifestações carnavalescas, mas sim apontar que manifestações hoje reconhecidas como eminentemente culturais são invenções históricas e culturais, cujos conteúdos se (trans)formam no tempo fruto de invenções coletivas e populares. (MINC: 2007, p.12)

A SID também esteve relacionada com outros ministérios através de programas nacionais de combate à homofobia. O próprio Grupo de Trabalho estava previsto como um das diretrizes do Programa Brasil Sem Homofobia, programa de combate à violência e a discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual. Este programa foi publicado em 2004 seguindo o Plano Plurianual - PPA 2004-2007, que definia, no Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos, a ação "Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais". O programa Brasil sem Homofobia, lançado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, almejou atender essa premissa. Buscando articulação interministerial e dos movimentos sociais, o programa teve como meta pensar e por em prática políticas para estas expressões culturais a partir de distintas áreas de atuação, dentre elas a cultural. No programa de ações, a oitava colocação, "Direito à Cultura: construindo uma política de cultura de paz e valores de promoção da diversidade humana", além da instauração do Grupo de Trabalho, previa a ação do Estado em promover, mapear, capacitar e dar visibilidade para as culturas GLBT. Isto evidencia tanto a amplitude da ação para esta expressão, possível dentro de um programa política para além de uma Secretaria, como demonstra os reflexos das discussões acerca da cultura desenvolvidos anteriormente pela Unesco e que demonstra suas inspirações dentro das políticas do Governo Lula para a cultura, tal como a visão ampla da cultura e a referência a uma cultura de paz, expressão repetida continuamente nos documentos internacionais.

A SID, em parceria com a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), também se esforçou para fazer o cadastro nacional de instituições que desenvolvem projeto e ações voltadas para a população GLBT. O cadastro buscou facilitar a comunicação com estes grupos, estabelecendo um diálogo sobre as ações do Estado para estes grupos. Ainda, o cadastro possibilitou que os grupos colaborassem na formulação de políticas para a área. No relatório de 2007, foram contabilizadas 98 instituições cadastradas. Destas, 83,78% declaram desenvolver atividades culturais. Assim, na visão antropológica da cultura, a própria expressão GLBT se apresenta como cultural e esta possibilidade, na visão de produção de bens simbólicos, também pode ser contemplada, pois possuem representações que também se

envolvem com a cultura a partir dessa prática. Desenvolver ações culturais pode inclusive ser visto como um fato de afirmação da identidade, visto que os produtos culturais relacionados a temática possibilitam o reconhecimento, trazendo visibilidade para estas identidades, uma das bandeiras atuais do movimento GLBT. Ainda, construindo seus próprios produtos culturais, tem-se a possibilidade de contraponto a uma produção homofóbica, lesbofóbica e transfóbica, ao passo que possibilita a formação e a criação livre de estereótipos. A presença da autonomia deve também ser frisada, visto que tais organizações GLBT, contempladas por editais em projetos culturais, falam de seus lugares de fala, a partir de suas experiências, sobre o que vivenciam - trata-se, potencialmente, de uma pedagogia que quebra com a lógica de recepção para a lógica de produção de cultura.

No levantamento do cadastro, um dado importante que mostra aspectos relevantes para a criação de políticas culturais para as diversas expressões de gênero está na concentração por estado de instituições GLBT. Das 98 instituições, 34,04% encontram-se no Sudeste; 31,91%, no Nordeste; 18,09%, no Sul; 8,51% no Norte e 7,45% no Centro-Oeste, evidenciado a maior parte de instituições nas regiões de maior quantidade de cidades de grande porte. No relatório do GT, essa concentração levanta um retrato de um país com fortes traços de homofobia, que implica na repressão da identidade em ambientes familiares (por isso o maior número de organizações em grandes centros urbanos) e o medo de auto-organização devido às repressões simbólicas e físicas.

Existem certos aspectos políticos, históricos e culturais que nos possibilitam entender e levantar algumas hipóteses sobre tal fenômeno [concentração de organizações em algumas cidades e regiões do país]. As regiões Sudeste e Sul representam a maior porcentagem da população brasileira, mas isso não explica a maior integração da população GLBT nesses contextos. Também podemos acrescentar a essa equação os seguintes fatores: primeiro, essas regiões concentram os dois maiores centros urbanos do país (Rio de Janeiro e São Paulo); segundo, a migração GLBT para estes centros é intensa, o que possibilitaria a criação de mais instituições; e terceiro, a impessoalidade e a distância dos locais de origem (das famílias) dariam oportunidade a estas pessoas de vivenciar sua sexualidade e com isto se filiarem a instituições GLBT. Esse conjunto de fatores poderia ser um dos vetores que possibilitariam o desenvolvimento de organizações e instituições GLBT, especialmente nas capitais destas regiões. (MINC: 2007, p. 27)

A coerção, portanto, faz parte da realidade GLBT no país. É possivelmente uma das políticas que precisam ter caráter mais transversal para efetivar-se. Primeiro, por ser pautada de imediato pela Saúde, com as campanhas de combate à DST/Aids, o que é um

reflexo da patologização que estes grupos sofreram. Segundo, porque é uma expressão cultural que enfrenta dificuldades de ser entendida como tal, tanto pela tentativa de patologizar as manifestações destes gêneros, como nos reflexos que este preconceito causam: rejeição nos campos do trabalho, educação e cidadania em geral. Por estes motivos, pode-se dizer que o governo Lula teve uma posição corajosa e relevante ao colocar na pauta interministerial a preocupação com a homofobia, entendida nas diretrizes do programa para além da homofobia, incorporando também a lesbofobia e transfobia. O Ministério da Cultura ao agregar essa pauta dentro de uma Secretaria específica para identidade e diversidade cultural também alarga dentro da história política institucional brasileira a compreensão das expressões GLBT, enfatizando a dimensão cidadã da cultura de forma revolucionária e colocando a possibilidade de interpretar os gêneros como construções culturais, tirando a heterossexualidade da zona de conforto de normalidade e colocando a igualdade como uma premissa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural pode ser considerada como uma experiência de valorização das expressões culturais brasileiras. Em seus discursos e práticas, buscou fundamentar a dimensão cidadã da cultura, trazendo o sentido de democracia amplo, com participação possível, com preparação de espaços públicos e com compreensão das necessidades das expressões. Pequena, com poucos recursos e com uma nova logística implementada para as políticas culturais, a SID é uma experiência de igualdade pela diferença – reconhece a forma desigual no tratamento das culturas e volta-se para as expressões negadas, excluídas ou esquecidas pelo poder público.

Pequena principalmente se considerar a proporção do seu objetivo: estabelecer políticas para as identidade e diversidade cultural. A SID ocupou uma ínfima faixa de investimento, com apenas R\$ 22 milhões investidos em suas políticas de editais durante seis anos. Considerando o orçamento e a execução orçamentária do Ministério da Cultura, houve um aumento progressivo do montante com o passar dos anos, sempre de forma crescente. O Ministério, que possuía o orçamento de R\$ 540,7 milhões em 2003 passou a ter R\$ 2.239,8 milhões em 2010. O aumento orçamentário do Ministério não implicou aumento de recursos destinados a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural. Esta atitude possibilita entender que a SID, por mais que tenha cumprido importante papel dentro do Ministério, careceu de uma logística que permitisse continuidade e aprimoramento das ações. Em plano mais amplo, ainda que o Ministério da Cultura tenha tido este salto orçamentário, isto ainda não representa a meta de 2% do Produto Interno Bruto para a pasta. A dificuldade histórica do país em compreender a pasta da cultura em sua complexidade e importância provoca as inconstâncias e limites das políticas culturais.

Ainda que com estas limitações, a Secretaria possui pontos de destaque no lidar com a diversidade cultural. No decorrer do desenhar de suas políticas inscritas no Programa Brasil Plural, a SID acompanhou as singularidades das diversas expressões e os contextos aos quais elas são colocadas. Dois exemplos são fundamentais neste aspecto: o reconhecimento das inscrições orais em diversos editais e o tempo de inscrição e de formulação. A oralidade ampliou a possibilidade de participação de comunidades de tradição oral, facilitando o acesso às políticas do Estado. As inscrições puderam ser realizadas através de uma gravação em fita ou vídeo. Esta possibilidade,

incorporada inicialmente pensando nas culturas indígenas e populares, foi ampliada para todos os editais, facilitando a inscrição daqueles grupos que possuem pouca ou nenhuma experiência na burocracia cotidiana do Estado. Quanto ao tempo, os editais obtiveram ampliações de prazo devido a distância e dificuldade de comunicação com algumas das culturas atendidas, a exemplo dos editais de culturas indígenas que, para se tornar acessível, precisava considerar a distância e acesso de barco de algumas comunidades. Assim, a SID representa uma nova forma de o Estado ver a diversidade cultural, pois considera os aspectos que a envolve devido à participação desta na elaboração e execução das ações.

As culturas atendidas pela SID foram, prioritariamente, as comunidades organizadas, que buscaram o poder público para promover e preservar suas expressões. Esta foi a ênfase dada pelos entrevistados quanto aos públicos escolhidos, a exemplo do edital de cultura e juventude ser específico para o movimento Hip Hop. A SID poderia ter um alcance maior, e isso estava em seus planos, a exemplo das políticas para imigrantes, contudo a verba destinada a Secretária e seu pequeno quadro logístico não possibilitaram essa expansão. O alcance deveria ser maior nas próprias propostas traçadas, que apresentaram inconstâncias quanto ao tempo e ao investimento em editais por ano e quanto aos objetivos de suas propostas – outras formas de expressão da juventude, por exemplo, poderiam integrar a política da SID, em um patamar ideal de teoria e prática.

A maior parte dos investimentos da SID está das culturas indígenas e populares. Estas expressões culturais possuem uma história mais consolidada dentro do Estado brasileiro, ainda que não tangesse necessariamente a esfera cultural. Como descrito, as culturas populares, deste a concepção de folclore, e a cultura indígena, ainda que vista dentro do espectro do Ministério da Justiça para causas territoriais e de conflitos, entraram dentro das questões do Partido dos Trabalhadores, que desde seus planos de governo anterior a eleição de Lula caracterizou estas expressões culturais como importantes para o projeto de nação e propôs seminários nacionais sobre estas identidades. A própria existência dessas culturas, ainda que de forma alegórica, dentro dos documentos históricos da nação também possibilitam o melhor entendimento destas, ainda que no senso comum. De outro lado, isto também evidencia a ausência das demais expressões culturais no léxico histórico e cultural do país, a exemplo das recorrentes ausências das culturas ciganas, expostas até os dias atuais, e da nova forma de perceber as identidades culturais, através das interfaces com a saúde e com os grupos

etários, por exemplo. Ainda, acrescenta-se os grupos que não foram contemplados pela SID, visto que ela não conseguiu ser exaustiva em sua proposta e não possui um mapeamento das diversas expressões culturais do país.

No Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2004-2007 do Ministério da Cultura (Caderno 4), tendo 2006 como ano de referência, o Minc apresenta o total de R\$ 661.165.804,00 para execução de programas e ações. Neste relatório, o MinC pontua como dimensões da cultura: (i) cultura enquanto produção simbólica, buscando valorizar a diversidade cultural; (ii) cultura enquanto direito e cidadania, buscando ações de inclusão; e (iii) cultura enquanto economia, focando em geração de empregos e rendas. Ao detalhar sobre Identidade e Diversidade Cultural - Brasil Plural, o MinC aponta para o total de empenho liquidado em R\$ 4.357.082,00. Isto significa que o programa atraiu cerca de 0,7% do total empenhado pelo Ministério. Nas anotações, o reconhecimento de que a atividade ainda encontrava-se frágil.

O MinC reconhece a fragilidade e a inadequação dos indicadores de seus programas. O indicador necessário para o acompanhamento deste Programa ainda não foi construído. Foi realizada em parceria com o IBGE a pesquisa MUNIC - publicada em novembro de 2006 - que fez o mapeamento dos equipamentos culturais em todos os Municípios da federação. No entanto, ainda não atende às manifestações culturais do Programa. Neste sentido, prevê-se um amplo mapeamento da cultura brasileira e de sua força simbólica, como referência em estatística, pesquisa e estudos sobre a cultura brasileira. (MinC)

As ações da SID, portanto, possuem o mérito do ineditismo do reconhecimento, porém tem de contar com as dificuldades da inexistência do histórico e detalhamento de ações como as que se propõe criar. Dentro do discurso governamental, com a ampliação do conceito de cultura e com a retórica constante da diversidade cultural, a SID também não reflete, em termos de investimento, a grandiosidade empregada nos discursos. Contudo, é importante destacar que o seu mérito e o da discussão da diversidade cultural não recai apenas em sua atuação. Primeiro, o governo estabeleceu programas variados que também possibilitaram a diversidade cultural, a exemplo do Programa Cultura Viva, estimulado pela territorialização da cultura e incentivo à gestão cultural das comunidades através dos Pontos de Cultura, ou do Revelando os Brasis, que através do audiovisual possibilitou acesso a esta linguagem artística e circulação de produção. Segundo, as ações da SID, por mais que de pouco recurso, impactaram nas culturas premiadas, representando uma afirmação e valorização destas, além de possibilitarem o uso da verba com autonomia (aspecto coincidente com o Bolsa Família, que provoca a

dignidade na própria gestão dos recursos). Este impacto tem efeito multiplicador, com estados e municípios replicando a iniciativa, como as Secretarias Estaduais de Pernambuco e do Ceará, além de iniciativas privadas como a do Sesc-Sp.

A forma como a SID se posiciona perante as diversas expressões culturais brasileiras também se qualifica como não impondo a visão messiânica, criticada por Paulo Freire em relação às políticas de alfabetização do Brasil. Assim, o Estado não percebeu as diversas culturas que se manifestam em seu território como carentes de conteúdo ou como necessitadas de um guia norteador/suleador para suas ações. Ao contrário, concebeu cada manifestação como ator/sujeito ativo, com voz e capacidade de decisão de seus passos, sendo considerados formuladores de questões e propostas, integrando de forma complementar os objetivos das políticas. (FREIRE: 2011)

Ainda assim a crítica à SID possui interfaces a este ponto. A Secretaria, representativamente, não reflete a diversidade das expressões. Para esse fator, pontuamos dois fatores: (i) a pequena faixa percentual que esses grupos ocupam na sociedade pode ser plausível para compreender que ali representassem mínimas influências, seguindo o número matemático dessas e (ii) o histórico de exclusão desses sujeitos enquanto atores políticos da sociedade como um todo, refletido inclusive em todo o Estado. A SID conseguiu estabelecer em seu quadro apenas um estagiário de origem quilombola, ainda que tenha, segundo relato de Giselle Dupin, buscado maior representatividade. A questão não é simples, contudo, e passa por todo um processo de democratização do Estado e organização política das comunidades.

Outro ponto importante para pensar a SID, também relacionada a dimensão de sua atuação, está em uma visão ampla da atuação do governo. Por vezes, a forma de lidar com a diversidade cultural realizada pela Secretaria esteve desalinhada com a lógica predominante em outras esferas da sociedade, o que causa conflitos das visões sobre a cultura e sua transversalidade, ou esteve prejudicada pela ausência de democracia cultural, aqui entendida não como um fator dado, mas histórico. Isso está compreendido dentro da necessária forma de pensar a cultura de maneira transversal, porque diz respeito a todas as faculdades do ser humano (assim, sem ser paradoxal, a transversalidade evidencia a centralidade da cultura). Um caso a ser pensando está nas políticas de comunicação do país, que não refletem a diversidade cultural e regional do país e mantem-se concentrada em pequenos grupos empresariais e familiares. É importante lembrar que, em outra mão, o governo também soube incorporar medidas de igualdade para a diversidade cultural, como mecanismos de cotas para negros e

indígenas. Essas faces distintas do governo traz uma importante reflexão para compreender a agenda traçada em torno da diversidade cultural, suas complexidades, avanços e estagnações.

Pensar as políticas culturais para a diversidade teve como pano de fundo, dentro das discussões nacionais e internacionais, o mercado e o modelo de desenvolvimento capitalista colocado para as nações. Isto é fruto de diferentes aspectos desse modelo refletidos nas práticas, nos fazeres, nos modos de vida das comunidades. O exemplo da propriedade privada da terra é uma das amostras desse embate ao confrontar comunidades que não possuem essa lógica com a terra, água e minérios, por exemplo. Apesar dos embates não se limitarem a questões econômicas, a exemplo dos valores morais diferentes que grupos culturais expressam, esta questão foi substancialmente refletida e percebida como uma variável necessária para se pensar a convivência cultural. Deste modo, pode-se compreender a SID dentro deste panorama, pois ao tratar da diversidade cultural necessita pensar o modelo de desenvolvimento, visto que este pode colocar em xeque a mera existência das expressões culturais. A Secretaria representa assim uma parte do Estado colocando medidas que, vistas de forma ampliada, significam mudanças em uma lógica de desenvolvimento pautada pela visão de progresso enquanto ampliação de mercado, produção de mercadoria, consumo, acúmulo de patrimônio e relações de trabalho.

O questionamento dos modos de viver dentro do projeto de desenvolvimento ocidental acontece com maior fervor a partir da segunda metade do século XX, junto com a discussão sobre a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento e padrão de vida colocado como progresso para as sociedades. Celso Furtado classifica a ideia de expansão do desenvolvimento tal qual do primeiro mundo para o terceiro mundo como uma lógica do “mito do progresso”.

Com o campo de visão da realidade delimitado por essa ideia diretora, os economistas passaram a dedicar o melhor de sua imaginação a conceber complexos esquemas do processo de acumulação de capital no qual o impulso dinâmico é dado pelo progresso tecnológico, entelequia existente fora de qualquer contexto social. Pouca ou nenhuma atenção foi dada às consequências, no plano cultural, de um crescimento exponencial do stock de capital. As grandes metrópoles modernas com seu ar irrespirável, crescente criminalidade, deterioração dos serviços públicos, fuga da juventude na anti-cultura, surgiram como um pesadelo no sonho de progresso linear em que se embalavam os teóricos do crescimento. (FURTADO: 1974, p.16)

Furtado colocou, dentro do plano cultural, apenas as sensíveis deteriorações dentro da cidade ocidental. Esta reflexão, porém, pode ser levada para as demais culturas mediante a venda da ideia de “progressos linear” que também coloca estas culturas dentro de uma linha de progresso, atrás das sociedades ocidentais, urbanas e capitalistas. É a mesma lógica do evolucionismo cultural integrado travestido de desenvolvimento e progresso econômico. Este modelo de desenvolvimento, caso fosse possível transplantá-lo em todos os povos da terra, causaria, nas palavras do autor, um colapso.

O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. Temos assim a prova definitiva de que o *desenvolvimento econômico* – a ideia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias das periferias nunca serão *desenvolvidas*, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas, como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-lo a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura *arcaicas*, para *explicar* e fazer *compreender a necessidade* de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. (FURTADO: 1974, p.75)

A ideia do mito do progresso como forma de destruir formas de cultura sob a ilusão da possibilidade de uma forma de desenvolvimento vendida como modelo, aceita dentro da visão evolucionista das sociedades, provoca, em outra mão, a busca de deslegitimar esse modelo de desenvolvimento como único, como civilizado e como superior. Ainda que o pano de fundo da argumentação de Furtado seja o embate de classes, a mesma reflexão se dá para as diferentes culturas, até mesmo porque, quando não dentro do sistema de classes, são ameaçadas por este – seja os indígenas e quilombolas com a demarcação das terras, os ciganos com a diferente percepção do tempo, etc. O avanço da ideia do desenvolvimento econômico conforme apresentado como impossibilidade e, ainda, como gerador de tensões para privilégios de poucos, provocou uma crescente reflexão sobre novas formas de compreender o desenvolvimento, de forma que este tenha caráter integrador, dialógico e diverso.

Na década de 1980, Furtado, refletindo sobre o desenvolvimento e a cultura em períodos de crise, pontua que “a política de desenvolvimento deve ser posta a serviço do

processo de enriquecimento cultural” (FURTADO: 1984, p.32). Ele coloca em confronto a ideia de consumidores *versus* criadores.

É certo que um maior acesso a bens culturais melhora a qualidade de vida dos membros de uma coletividade. Mas, se fomentado indiscriminadamente, pode frustrar formas de criatividade e descaracterizar a cultura de um povo. Daí que uma política cultural que se limita a fomentar o consumo de bens culturais tende a ser inibitória de atividades criativas e a impor barreiras à inovação. Em uma época de intensa comercialização de todas as dimensões da vida social, o objetivo central de uma política cultural deveria ser a liberação das forças criativas da sociedade. Não se trata de monitorar a atividade criativa e sim de abrir espaço para que ela floresça. (FURTADO: 1984, p.32)

A questão do desenvolvimento, portanto, tocou de forma implícita ou explícita o campo da cultura e de suas políticas. Isto é visto dentro dos debates de comércio que envolvem a cultura, como no processo que desencadeou a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões na Unesco, e na própria percepção da cultura, como na ampliação conceitual e incorporação dos direitos culturais como deveres do Estado. As discussões geraram diferentes leituras sobre a conjuntura e suas saídas, desde a ênfase nas liberdades individuais até visões moderadas e radicais por uma política de decrescimento econômico.

O que é importante neste debate para pensar a diversidade cultural é que as políticas para estas expressões são incompletas se não foram compreendidas de forma ampla. As possibilidades de convivência das políticas culturais para diversidade cultural, com o conceito antropológico de cultura, e outras políticas que não compreendem tais diversidades podem sinalizar uma falta, pois implica em medidas conflitantes e ameaçadoras da convivência entre as culturas. Porque necessariamente relacionada com as demais esferas da sociedade e de suas políticas, a diversidade das expressões culturais necessita ter um olhar político abrangente e de enfrentamento à lógica (neo)desenvolvimentista nacional.

É importante reconhecer o valor de um Estado assistir aos direitos culturais e trabalhar para garanti-los. A posição firme do Brasil em seus discursos sobre a cultura, com ampla repercussão internacional, como visto no papel de destaque nas negociações com a Unesco, representa um avanço da política cultural, na forma de se fazer e de se compreender a cultura. Observando dentro de um panorama histórico no qual este debate e estas ações foram sistematicamente negadas, a SID representa uma subversão ao modelo de desenvolvimento denunciado nas atuais reflexões. Porém, é importante

observar que para que sua ideia seja mantida como algo original e, sobretudo, fincado na ideia de igualdade entre os povos, a SID requer um projeto político fundamentado na mesma ideia que a origina. Isso significa uma construção de um novo modelo de desenvolvimento que passa necessariamente pelo enfrentamento da concentração de poderes, seja capital, seja meios de comunicação, seja indústria de entretenimento, etc. A forma e a possibilidade dessa subversão não cabem dentro de uma Secretaria, contudo a SID representa o reconhecimento das culturas e a valorização delas, requerendo uma reflexão ampla para sua completa coerência. Assim, a diversidade cultural necessita portar um status maior do que a política cultural dentro de uma pasta ministerial. Ela precisa ser compreendida dentro daquilo que a garante, ou seja, dentro da ideia radical de igualdade entre as culturas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Elder Patrick Maia. **Diversidade cultural, patrimônio cultural material e cultura popular: a Unesco e a construção de um universalismo global**. Brasília: 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 janeiro de 2013.

AMARANTE, Paulo. **Novos Sujeitos, Novos Direitos: O Debate em Torno da Reforma Psiquiátrica**. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, volume 11, páginas 491-494. Jul/Set, 1995. Disponível em <<http://static.recantodasletras.com.br/arquivos/416799.pdf?1174221107>>.

AMORIM, Ana Maria. **A Cultura Privatizada: Políticas de Financiamento Neoliberal: o caso da Lei Rouanet**. In: Dikamba: Diálogo e diversidade. Centro de Estudos Latino Americanos. - V.1, n.1. (Fev. 2011), São Paulo: CELLAC, 2011.

BADARÓ, Murilo. **Gustavo Capanema: a revolução na cultura**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BARBATO JR, Roberto. **Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o departamento de cultura de São Paulo**. São Paulo: AnnaBlume, Fapesp, 2004.

BLANCO, Márcio. **Sid 7 anos**. Ministério da Cultura, 2010. Entrevista disponível em <<http://www2.cultura.gov.br/site/2010/12/21/sid-7-anos-15/>> Acesso em 29 de abril de 2013.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 1998.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). **Cidadania, um projeto em construção – minorias, justiça e direitos**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

BRANT, Leonardo. **O poder da cultura**. São Paulo: Editora Petrópolis, 2009.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Cultura é um bom negócio**. Brasília, 1995.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Definiciones en transición**. In: MATO, Daniel (org.) *Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales em tiempos de globalización*. Buenos Aires: Clacso, 2001.

CARTA da Rede Cultural da Terra. Disponível em: <http://www.famalia.com.br/?p=477>. Acesso em março de 2013.

CARTA das Culturas Populares. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/10/carta-das-culturas-populares.pdf>. Acesso em março de 2013.

CARTA de Pero Vaz Caminha. São Paulo: Martin Claret, 2002.

CASA CIVIL. **Decreto nº 5.036, de 7 de abril de 2004**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5036.htm>. Acesso em 03 de janeiro de 2013.

_____. **Decreto nº 6.835, de 30 de abril de 2009**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6835.htm>. Acesso em 03 de janeiro de 2013.

CATENACCI, Vivian Silva. **Cultura Popular: entre a tradição e a transformação**. In: *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 2, pp. 28-35, 2001.

CF. **Constituição Federal do Brasil**. 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em março de 2013.

CGU. **Ministério da Cultura.** 2005. Disponível em <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/BGU/2005/Volume%201/Cap%C3%ADtulo%205/V.04.pdf>>

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: o direito à cultura.** Editora Perseu Abramo, São Paulo, 2010.

COELHO, Frederico. **Eu, brasileiro, confesso minha culpa e meu pecado: cultura marginal das décadas de 1960 e 1970.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

COELHO, Teixeira. **A cultura e seu contrário.** São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

COLLING, Leando (org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: Edufba, 2011.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>. Acesso em 17 de abril de 2013.

CUÉLLAR, Javier Pérez. **Nossa diversidade criadora. Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento.** Campinas : Papyrus, Brasília: UNESCO, 1997.

CUCHE, Denys. **A noção de Cultura nas Ciências Sociais.** Bauru: EDUSC, 2002.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** Volume I: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIOT, T. S. **Notas para a definição de cultura.** São Paulo: Realizações Editora, 2011.

EVANGELISTA, Ely G. dos S. **A Unesco e o mundo da cultura.** Brasília: UNESCO, Goiânia: Editora da UFG, 2003.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Volume I. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, Juca. **Discurso do ministro da Cultura, Juca Ferreira, proferido durante o encontro dos saberes na Universidade de Brasília**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/discursos>>. Acesso em 29 de março de 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade – a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural – para a liberdade e outros escritos**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2008.

FRY, Peter. **O que a Cinderela Negra tem a dizer sobre a política racial brasileira**. Disponível em < <http://www.usp.br/revistausp/28/09-fry.pdf>>. Acesso em 23 de janeiro de 2013.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

GIL, Gilberto. **Discurso de posse**. Janeiro de 2013. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml>. Acesso em fevereiro de 2013.

HALL, Stuart. **Da diáspora – Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. São Paulo: Objetiva, 2004.

IBGE, **Censo demográfico 1940-2007**. Até 1970 dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1981, vol. 42, 1979.

JERONYMO, Guilherme. **A Diversidade Cultural da gestão Gil**. Disponível em: <<http://www.culturaemercado.com.br/noticias/a-diversidade-cultural-da-gestao-gil/>>. Acesso em 27 de janeiro de 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Goiânia: Ser-Tão, 2012. Disponível em: <http://www.sertao.ufg.br/uploads/16/original_ORIENTA%C3%87%C3%95ES_SOBR E_IDENTIDADE_DE_G%C3%8ANERO__CONCEITOS_E_TERMOS_-_2%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o.pdf?1355331649> Acesso em 17 de abril de 2013.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LOPES, Herculano e CALABRE, Lia. **Diversidade Cultural Brasileira**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

LOURO, Guaciara Lopes. **Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MAYOR, Federico. **The World Decade for Cultural Development.** in Unesco: The Courier. Novembro, 1988. p. 5-6.

MELLO, Marco e VEIGA, Felipe. **Os ciganos e as políticas de reconhecimento: desafios contemporâneos.** Disponível em <http://www.abant.org.br/conteudo/000NOTICIAS/OutrasNoticias/ciganos.pdf>. Acesso em 3 de fevereiro de 2013.

MINC. **Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares.**

São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Ministério da Cultura, 2005.

_____. **Relatório anual de avaliação do plano plurianual 2004-2007.** Ministério do Planejamento e Gestão: Brasília, 2007. Disponível em http://www.mp.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/plano_plurianual/avaliacao_PPA/relatorio_2007/07_PPA_Aval_cad04_MinC.pdf

_____. **Prêmio Inclusão Cultural da Pessoa Idosa.** Brasília: Minc/SID, 2007b.

_____. **Relatório do Grupo de Trabalho de Promoção da Cidadania GLBT do Ministério da Cultura.** 2007c. Disponível em <http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/10/relatorio-gt-gltb.pdf>. Acesso em 17 de abril de 2013.

_____. **Oficina Brincando na Diversidade - cultura na infância.** São Paulo: Minc, Sesc-Sp, 2008.

_____. **Loucos pela diversidade: da diversidade da loucura à identidade da cultura.** Relatório final. Rio de Janeiro: Minc, 2008b.

_____. **Nada sobre Nós sem Nós. Relatório final.** Rio de Janeiro: Minc, 2009. Disponível em: <http://www.medicina.ufrj.br/acesibilidadecultural/sitenovo/wp-content/uploads/2013/04/nada-sobre-nos-sem-nos.pdf> Acesso em março de 2013.

_____. **Nova Lei Rouanet.** 2009b. Disponível em: <http://www.culturaemercado.com.br/wp-content/uploads/2009/12/PublicidadeRouanet.pdf>. Acesso em 15 de fevereiro de 2013.

_____. **II Prêmio Inclusão Cultural da Pessoa Idosa. Edição Inezita Barroso.** Brasília: Minc/SID, 2010.

_____. **Plano Setorial para as Culturas Populares.** MINC; SID – Brasília, 2010b.

_____. **As metas do Plano Nacional de Cultura.** MinC/SPC, 2012.

MORAES, Geraldo; PETERS, Débora (org.). **Diversidade cultural e a Convenção da Unesco**. Edição Do Congresso Brasileiro de Cinema/ Coalizão pela Diversidade Cultural. Função Ford: 2006

NEVES, Sandro Campos. **O Plano Nacional de Cultura e os índios: dilemas e tradições políticas na articulação de um pensamento sobre povos e culturas indígenas no Brasil**. Políticas Culturais em Revista, 2(1), p.93-113, 2009. Disponível em <<http://culturadigital.br/setorialculturasindigenas/files/2010/02/texto-culturas-indigenas-no-PNC.pdf>>. Acesso em 20 de abril de 2013.

OLIVEIRA, Francini. **Intelectuais, cultura e política na São Paulo dos anos 30: Mário de Andrade e o Departamento Municipal de Cultura**. Plural - revista de ciências sociais. 12ª edição, 2005. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/ds/plural/edicoes/12/artigo_1_Plural_12.pdf>. Acesso em 23 de fevereiro de 2013.

OLIVIERI, Cristiane. **Cultura neoliberal – leis de incentivo como política pública de cultura**. São Paulo: Instituto Pensarte, 2004.

ONU. **Carta das Nações Unidas**, 1945. Disponível em: <<http://www.oas.org/dil/port/1945%20Carta%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas.pdf>>. Acesso em dezembro de 2012.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em dezembro de 2012.

_____. **Convención para la Protección de los Bienes Culturales en caso de Conflicto Armado y Reglamento para la aplicación de la Convención**, 1954. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000824/082464mb.pdf>>. Acesso em dezembro de 2012.

_____. **Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos**, 1966. Disponível em: <<http://www2.ohchr.org/spanish/law/ccpr.htm>>. Acesso em dezembro de 2012.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PITOMBO, Mariella. **Reinventando sentidos para a cultura: uma leitura do papel normativo da Unesco através da análise da convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**. Salvador, 2009.

PRÊMIO CULTURAS INDÍGENAS. **Edição Xicão Xukuru**. São Paulo: Sesc-SP, 2008.

_____. **Edição Angelo Cretã**. São Paulo: Sesc-SP, 2007.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Política e cultura no império brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas Culturais entre o possível e o impossível**. Comunicação apresentada no II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult). Salvador: FACOM/UFBA, 2006.

_____. (org). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: Edufba, 2010.

_____. **Financiamento da cultura e editais**. Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/2012/05/17/secretario-de-cultura-antonio-albino-canelas-rubim-fala-sobre-o-fomento-da-cultura-na-bahia/>>. Acesso em 30 de março de 2013.

RUBIM, Antonio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre (orgs.) **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

SAMPAIO, Álvaro Fernandes. **Doéthiro: Álvaro Tukano e os séculos indígenas no Brasil**. Porto Alegre: Ed. do Autor, 2010.

SCHWARCZ, Lilia. **Questão Racial e Etnicidade** In MICELI, Sérgio (org). O que ler na Ciência Social Brasileira (1970 – 1995). São Paulo: ANPOCS, 1999.

SECRETARIA de Identidade e Diversidade Cultural. **Balanco de Editais – SID – 2005 a 2010**. Ministério da Cultura, 2010. Disponível em <<http://www2.cultura.gov.br/site/2009/09/28/balanco/>>.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença**. Editora Vozes: Retrópolis, 2010.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida – por um conceito de cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **História dos ciganos no Brasil**. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 2008.

UNESCO. **Conférence intergouvernementale sur les aspects institutionnels, administratifs et financiers des politiques culturelles. Rapport Final**. Venise 24 août-2 septembre, 1970. Paris: Unesco, 1970.

_____. **Conférence mondiale sur les politiques culturelles: informe final**. México, D.F., 26 de julho-6 de agosto. Paris: Unesco, 1982.

_____. **Declaração universal sobre a diversidade cultural**. Paris: Unesco, 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em dezembro de 2012.

_____. **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**. Paris: Unesco, 2005. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>

WEFFORT, Francisco. **Entrevista à Folha de São Paulo**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1612200206.htm>>. Acesso em fevereiro de 2013.

WU, Chin-Tao. **Privatização da cultura – a intervenção corporativa nas artes desde os anos 80**. São Paulo: Editora Boitempo, 2006.

ENTREVISTAS REALIZADAS

CÓRDULA, Américo. Entrevista concedida em 2011.

DUPIN, Gisele. Entrevista concedida em 2013.

FERREIRA, Juca. Entrevista concedida em 2011.

MIGUEZ, Paulo. Entrevista concedida em 2013.